

# **Diversificação e diversidade dos sistemas de ensino superior**

## **O caso Português**

Fernanda Correia, Alberto Amaral, António Magalhães  
Cipes - Fundação das Universidades Portuguesas

Março de 2000

# Índice

## Capítulo I

### Diferenciação, diversidade, diversificação Conceitos e utilização no ensino superior

1.1. Conceitos: Diferenciação, diversidade e diversificação	2
1.2. A importância da diversidade nos sistemas de ensino superior	5
1.3. Políticas nacionais para manter ou aumentar a diversidade	6

## Capítulo II

### Diferenciação e diversidade. Teorias organizacionais.

2.1. Introdução	10
2.2. Teorias organizacionais	10
2.3. Estudos de diferenciação e diversidade no ensino superior	16

## Capítulo III

### Do centralismo à autonomia institucional

3.1. Introdução histórica	20
3.2. Do século XIX aos anos sessenta	22
3.3. Autonomia e supervisão pelo Estado	24

## Capítulo IV

### Regulação estatal e regulação pelo mercado

4.1. Regulação	28
4.2. A regulação no modelo do controlo pelo Estado	29
4.3. A regulação pelo mercado	30
4.4. As falhas dos mercados e dos governos	31
4.5. Supervisão estatal e hibridismo	33

## **Capítulo V**

### Formas de regulação e diversidade. Alguns exemplos

5.1. Regulação estatal e diversidade	37
5.2. Mercados, contestabilidade e bens posicionais	39
5.3. Algumas lições	42
5.4. Que políticas de ensino superior parecem beneficiar a diversidade?	44

## **Capítulo VI**

### Diversificação e diversidade no sistema de ensino superior de Portugal

6.1. O desenvolvimento do ensino politécnico	46
6.2. O desenvolvimento do sector privado	48
6.3. A distribuição regional do ensino superior	50
6.4. Diversidade de oferta de cursos	63
6.4.1. Ensino Público: universitário e politécnico	66
6.4.2. Ensino Politécnico - outro	70
6.4.3. Ensino Particular e Cooperativo	70
6.5. Conclusões	72

## **Anexos**

Anexo 0 - Informação sobre a base de dados	77
Anexo 1 - Codificação das instituições	82
Anexo 2 - Codificação das áreas científicas	89
Anexo 3 - Codificação de distritos e concelhos	92
Anexo 4 - Variação do número de vagas de acesso entre 1992/93 e 1998/99	99
Anexo 5 - Código de cursos/áreas científicas	109

***Observers shall remain confused  
because higher education is inherently confusing  
and will be more confused in the future***

*Burton R. Clark (1996)*

## Capítulo I

### Diferenciação, diversidade, diversificação Conceitos e utilização no ensino superior

#### 1.1. Conceitos: Diferenciação, diversidade e diversificação

Nos estudos de sociologia, em geral, e no estudo dos sistemas educativos, em particular, têm sido utilizados, nomeadamente nas últimas duas décadas, alguns conceitos derivados das ciências biológicas. Uma excelente análise destes conceitos pode encontrar-se na tese de doutoramento de Jeroen Huisman<sup>1</sup>, à qual recorreremos na procura de algumas definições.

Segundo Huisman<sup>2</sup> em ciências biológicas a diferenciação significa a emergência de várias partes a partir de um todo inicialmente integrado; um exemplo é o do crescimento de um ser vivo a partir de um ovo fertilizado, onde se vão diferenciando diversos órgãos com funções específicas, componentes do mesmo ser. Por analogia, numa instituição de ensino superior um processo deste tipo corresponderá, por exemplo, à emergência de diversos serviços especializados (relações internacionais, computação, biblioteca...) ou departamentos (biologia aquática, estatística...) dentro da instituição inicial e fazendo parte dela. O conceito de diferenciação é, portanto, um conceito dinâmico.

Para o mesmo autor<sup>3</sup> a diversidade em biologia (e, principalmente, em ecologia) é um conceito estático que se refere ao maior ou menor número de espécies numa comunidade, ou à maior ou menor dispersão dos organismos pelas espécies (a sua importância relativa ou igualdade). Também por analogia, um sistema de ensino superior onde coexistem universidades, politécnicos, escolas não integradas, colégios de ensino superior vocacional terá, evidentemente, mais diversidade do que um sistema com um único tipo de instituições. Por exemplo, a decisão do Reino Unido de unificar o sistema binário (universidades e politécnicos) corresponde, em princípio, a uma diminuição de diversidade.

---

<sup>1</sup> Huisman, J., (1995), “*Differentiation, Diversity and Dependency in Higher Education*”, Utrecht, Lemma.

<sup>2</sup> *ibid*, nota 1, pp. 13-14.

<sup>3</sup> *ibid*, nota 1, pp. 15-16.

Finalmente, Huisman<sup>4</sup> considera que a diversificação é um processo dinâmico pela qual um sistema aumenta a sua diversidade, quer por aumento do número de espécies, quer por aumento da dispersão dos organismos pelas várias espécies. Enquanto que a diferenciação traduz alterações num mesmo organismo, a diversificação refere-se a vários organismos numa mesma comunidade.

A transposição destes conceitos biológicos para os sistemas sociais apresenta algumas dificuldades; por exemplo, em relação ao ensino superior, podem existir diversos tipos de diversidade. Assim, Birnbaum<sup>5</sup> distingue sete tipos de diversidade de que referiremos apenas os três de maior relevância para o nosso estudo:

- Diversidade sistémica - refere-se a diferentes tipos de instituições num sistema de ensino superior.
- Diversidade estrutural - refere-se a diferenças institucionais que existem por razões históricas ou de fundação legal das instituições, ou a diferenças internas na estrutura de poder institucional.
- Diversidade programática - refere-se a diferenças nos cursos e serviços oferecidos pelas instituições do sistema de ensino superior.

Também Guy Neave<sup>6</sup> sublinha que a avaliação da diversidade de um sistema, ou da forma como este evolui no sentido do aumento ou da diminuição da diversidade, depende muito do nível de observação e da posição do observador. Neave formula uma proposição muito importante:

*“..... a natureza do desenvolvimento ou da evolução que tem lugar numa dimensão nem sempre é confirmada quando se observa acima ou abaixo desse nível ou dimensão. E é também possível que coexistam padrões aparentemente contraditórios dentro de um sistema quando se passa de um nível para outro ou de um sector para outro.”*

Esta proposição é também invocada por Meek *et al*<sup>7</sup>:

*“.....Tem importância analítica fundamental a proposição formulada por Neave de que o grau de dinamismo de qualquer*

---

<sup>4</sup> *ibid*, nota 1, pp. 16-17.

<sup>5</sup> Birnbaum, R., (1983), “*Maintaining Diversity in Higher Education*”, San Francisco, Jossey-Bass

<sup>6</sup> Neave, G., (1996), Homogenization, Integration and Convergence: The Cheshire Cats of Higher Education Analysis, in Meek, V.L., *et al*, (eds.), “*The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*”, pp. 26-41, Oxford, Pergamon.

<sup>7</sup> Meek, V.L., *et al*, (1996), Conclusion, in Meek, V.L., *et al*, (eds.), “*The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*”, pp. 206-236, Oxford, Pergamon.

*sistema de ensino superior depende do nível de agregação a que decorre a observação. Neave salienta a importância de definir a que nível se investigam as questões de diversidade e convergência: área científica, instituição ou sistema.”*

Por exemplo, se por decisão governamental se congela a criação de novas instituições, ou se diminui o seu tipo, como aconteceu em Portugal com a integração de algumas escolas independentes em Universidades (por exemplo Belas Artes e Medicina Dentária), um observador dirá que a diversidade do sistema de ensino superior está a diminuir. Porém, se a mesma observação for feita ao nível da criação de novos cursos (e aqui a proliferação no sistema de ensino superior português foi extraordinária), o mesmo observador concluirá que se está a dar um grande aumento de diversidade.

Mas as observações podem, também, como diz Neave (*ibid*), conduzir a resultados contraditórios; por exemplo, é natural que numa área científica bem estabelecida e solidificada como a Engenharia Civil as conclusões sobre a evolução da diversidade sejam completamente diversas das que resultam da observação de uma área de desenvolvimento explosivo, como a da Informática ou da Biologia Molecular.

Recorde-se, ainda, que Huisman<sup>8</sup> acaba por concluir na sua tese que nos estudos sobre ensino superior é insustentável manter a distinção típica ideal (no sentido biológico) entre diferenciação, diversidade e diversificação... Por esse motivo, ele reduz a classificação apenas à distinção entre processos dinâmicos e processos estáticos. Assim, ele reserva os termos diferenciação e diversificação para processos em que o número de entidades aumenta, ou em que emergem novos tipos de entidades, reservando o termo diversidade para indicar a variedade de tipos de entidades num sistema.

Para concluir esta breve introdução, apresenta-se a definição operacional de diversidade de Martin Trow<sup>9</sup> a qual pode ajudar a clarificar este conceito:

*“Por diversidade no ensino superior quero significar a existência de formas distintas de educação pós-secundária, de instituições e de grupos de instituições dentro de um estado ou nação com missões distintas e diferentes, que educam e treinam para vidas e carreiras diferentes, que tem estilos diferentes de instrução, que são organizadas e financiadas de modo diferente e que operam com leis e relações com o governo que são diferentes.”*

---

<sup>8</sup> *ibid*, nota 1, pp. 51.

<sup>9</sup> Trow, M., (1996), Comparative Reflections on Diversity in British Higher Education, in “*Higher Education in the 1990s - A Special Digest Report of the Quality Support Centre*”, Milton Keynes, The Open University Press.

## 1.2. A importância da diversidade nos sistemas de ensino superior

Com a passagem dos sistemas de ensino superior de sistemas de elite para sistemas de massas, a diversificação dos sistemas assumiu uma importância crescente na gestão e condução dos sistemas e das instituições, sendo a diversificação considerada, na generalidade dos casos, como extremamente positiva. Já em 1980 Stadtman<sup>10</sup> afirma que a diversidade é importante por seis razões principais:

- por aumentar as escolhas à disposição dos alunos;
- por tornar o ensino superior virtualmente acessível a todos;
- por adaptar a educação aos desejos e capacidades individuais dos estudantes;
- por permitir que as instituições escolham a sua própria missão e limitem as suas actividades;
- por responder às pressões da sociedade (elas mesmas complexas e diversificadas);
- por ser um pré-requisito da liberdade e da autonomia dos colégios e das universidades.

Mais recentemente, van Vught<sup>11</sup> refere, também, sete argumentos a favor da diversidade os quais ele adapta, de algum modo, de Birnbaum<sup>12</sup>:

- o aumento da diversidade é uma estratégia importante para responder às necessidades dos alunos;
- a diversidade aumenta a mobilidade social;
- a diversidade permite uma melhor resposta às necessidades do mercado de trabalho;
- a diversidade responde às necessidades políticas de grupos muito diversificados;
- a diversidade permite a manutenção de instituições de elite num sistema massificado de ensino;
- a diversidade permite aumentar o nível de eficácia das instituições de ensino superior;
- a diversidade aumenta as possibilidades de experiências inovadoras a baixo custo (podem fazer-se experiências numa parte do sistema em vez de no todo, as quais poderão ser generalizadas se tiverem êxito, ou suprimidas, com custo limitado para o sistema, se falharem).

---

<sup>10</sup> Stadtman, V.A., (1980), *Academic Adaptations: Higher Education Prepares for the 1980s and the 1990s*, San Francisco, Jossey-Bass.

<sup>11</sup> van Vught, F.A., (1996), Isomorphism in Higher Education? Towards a Theory of Differentiation and Diversity in Higher Education Systems, in Meek, V.L., *et al*, (eds.), *The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*, pp. 42-58, Oxford, Pergamon.

<sup>12</sup> *ibid*, nota 5.



Com base nestes argumentos não admira, portanto, que os governos tenham assumido que a diversidade é, em geral, um aspecto positivo dos sistemas de educação. O que não é tão clara é a forma de criar ou aumentar diversidade. Como veremos seguidamente os governos têm utilizado políticas diferentes para conseguir este objectivo.

### **1.3. Políticas nacionais para manter ou aumentar a diversidade.**

Segundo Huisman<sup>13</sup>:

*“em geral, os políticos presumem que um sistema diferenciado ou diversificado é necessário para lidar com as actuais e futuras necessidades de um corpo de alunos cada vez mais heterogéneo, com um mercado de trabalho em mudança e com uma sociedade cada vez mais complexa”*

ao passo que Goedegebuure et al<sup>14</sup>, depois do estudo comparativo de sistemas de ensino superior de diversos países, concluem que ou os governos afirmam a necessidade de manter a diversidade (Califórnia, Canadá, França, Alemanha e Suíça) ou os governos defendem a necessidade de aumentar essa diversidade (Austrália, Dinamarca, Japão, Holanda, Suécia e Reino Unido). Porém, a forma como os diversos países se propõe manter ou aumentar a diversidade é, ela própria, extremamente diversificada, por vezes mesmo contraditória, e nem sempre leva aos efeitos desejados. Uma primeira grande divisão sobre a forma de intervenção é a dos que acreditam que as leis do mercado são a melhor receita para a criação de diversidade e a dos que defendem a necessidade de uma acção governamental para atingir esse objectivo.

Os Estados Unidos são muitas vezes apresentados como o protótipo de um sistema de ensino superior diversificado<sup>15</sup>, no qual o mercado desempenha um papel determinante abstendo-se o governo federal de tomar medidas em matéria de ensino superior. A diversidade dos Estados Unidos é uma diversidade de tipo essencialmente institucional, sendo o sistema de ensino superior constituído por um enorme número de instituições que abrangem desde as mais avançadas universidades de investigação (cerca de 3% do total das instituições), até aos mais modestos “community college”. Um método de regulação baseado num sistema de acreditação privado e de carácter regional, no qual a definição da missão da instituição desempenha um papel

---

<sup>13</sup> *ibid*, nota 1, pp. 1.

<sup>14</sup> Goedegebuure, L.C.J., *et al*, (1994), International perspectives on trends and issues in higher education policy, in Goedegebuure, L.C.J., *et al*, (eds), “Higher education policy. An international comparative perspective”, pp. 315-348, Oxford, Pergamon.

<sup>15</sup> Teichler, U., (1988), “Changing Patterns of the Higher Education System”, pp. 31, London, Jessica Kingsley.

fundamental associada ao critério do “fitness for purpose”, permite proteger esta enorme diversidade em termos de dimensão e de qualidade<sup>16</sup>.

Os Estados Unidos tem orgulho na diversidade do seu sistema de ensino superior e, como diz a Fundação Carnegie<sup>17</sup>:

*“(...) Temos neste país uma rica gama de instituições que servem uma variedade de necessidades. Nós celebramos a diversidade, reconhecendo que o nosso sistema de ensino superior é a inveja do mundo. (...) O nosso objectivo deve ser o da promoção continuada, tanto da excelência como da qualidade.”*

No final da década de 80 também a Austrália entendeu que era necessário promover a diversidade do seu sistema de ensino superior mas, ao contrário dos Estados Unidos, não atribuiu essa função ao mercado. Pelo contrário, considerou que era necessária uma intervenção directa do Governo para criar pelo menos as condições que permitissem aumentar a diversidade.

Segundo o Ministro Dawkins (Ministro do Emprego, Educação e Treino)<sup>18</sup>:

*“(...) as novas medidas irão promover maior diversidade no ensino superior, em vez de uma igualização artificial do papel das instituições. (...) O objectivo último é o de conseguir um sistema equilibrado de instituições de alta qualidade, cada uma com as suas áreas particulares de força e de especialização.”*

Curiosamente, a primeira medida do Governo Australiano foi transformar o sistema binário (de Universidades e colégios - CAE's) num sistema unificado - Unified National System (UNS) - por meio de um processo de fusões institucionais em grande escala. Segundo o Governo, só a partir de instituições de maior dimensão seria possível tornar eficazes as medidas governamentais para criar entre estas novas instituições uma diversidade maior do que a anterior. Entre estas medidas de política contam-se a criação de um sistema nacional de avaliação de qualidade, independente do Governo, e prémios financeiros para as instituições com melhor performance ou que melhor respondessem às prioridades nacionais. Segundo Huisman<sup>19</sup>, o governo pretendia com estas medidas estimular a diversificação: a primeira medida devia tornar evidentes as diferenças entre as instituições em termos de

---

<sup>16</sup> El-Kahwas, E., (1993), Accreditation and Evaluation: Reciprocity and Exchange, in *Conference on Frameworks for European Quality Assessment of Higher Education*, Copenhagen.

<sup>17</sup> Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching (1987 edição revista), “*A classification of institutions of higher education*”, Princeton, CFAT.

<sup>18</sup> Department of Employment, Education and Training (1988), “*Higher Education: A Policy Statement*”, Canberra, Australian Government Publishing Service.

<sup>19</sup> *ibid*, nota 1, pp. 4.

qualidade, enquanto que a segunda medida devia estimular as instituições a definir a sua própria missão, o que as tornaria, também, diferentes.

Tal como a Austrália, também o Reino Unido unificou o seu sistema, inicialmente binário, na busca de maior diversidade. Veremos, mais tarde, até que ponto estas políticas tiveram êxito.

Do mesmo modo a Finlândia procedeu a uma reforma importante do sistema de ensino superior para aumentar a diversidade; segundo o Ministério da Educação Finlandês<sup>20</sup>: “ (...) o *objectivo era desenvolver programas de estudo individuais e flexíveis e diversificar a oferta educativa.* ” Outros *objectivos*<sup>21</sup> incluíam o aumento da taxa de participação no ensino superior, a promoção da cooperação interinstitucional, a aproximação aos padrões internacionais e a resolução do problema das universidades superpovoadas.

Porém, o governo finlandês seguiu uma estratégia justamente oposta à da Austrália e do Reino Unido: partindo de um sistema unificado transformou-o em sistema binário, criando um sector não universitário (politécnico) de ensino superior. Surgiram, assim, novas instituições (*ammattikorkeakoulo*), criadas em regime experimental até 1996, altura em que se tomou uma decisão favorável ao desenvolvimento do novo sector. No entanto, o governo decidiu que estas novas instituições ficariam directamente dependentes do poder local, o que se traduziu numa evolução aparentemente negativa. De facto, numa recente avaliação de três universidades finlandesas efectuadas pela CRE - Associação das Universidades Europeias, constatou-se que estas temiam que, por via do *academic drift*, apoiado no desejo das autoridades locais em promover as suas instituições, se criassem fortes pressões para a promoção destes “politécnicos” a universidades.

Na Áustria o sistema universitário era considerado demasiado clássico, conservador e inflexível ou, como diz Gruber<sup>22</sup>, o sistema universitário era “(...) *um extremo de homogeneidade sistémica, programática e estrutural.* ” A existência de um sector não-universitário formado por colégios de formação de professores, colégios de serviço social e colégios de paramédicos não tinha resolvido o problema por não conseguir atrair alunos: em 1990/91 havia 170 000 alunos nas universidades e apenas 14 000 nestes colégios. Por esse motivo, o Governo publicou em 1993 um novo diploma legal (*Fachhochschul-Studiengesetz*) permitindo que as universidades e os colégios ofereçam graus intermédios de *Magister FH* e de *Diplom-Ingenieur FH*, procurando assim diversificar o sistema sem criar novas instituições.

---

<sup>20</sup> Ministry of Education (1992), “*Developments in education 1990-1992. Finland*”, Helsinki, Ministry of Education.

<sup>21</sup> Ahola, S., (1992), “*The Finnish model of vocational higher education*”, artigo para o European Higher Education Advanced Training Course, Budapest, Hungary, 25-29 de Maio.

<sup>22</sup> Gruber, K.H., (1993), “*Breaking the (university) mould? The beginning of higher education diversification in Austria*”, artigo para a Conferência Diversification in Higher Education, University of Turku, Finland, 13-15 de Agosto.

Uma solução do mesmo foi implementada em Itália, onde as universidades foram autorizadas a criar diplomas curtos, para além das licenciaturas tradicionais. Esta é igualmente a opção da Espanha para introduzir diversidade no sistema sem criar um novo tipo de instituições. Assim, estamos perante uma situação de diversidade programática em que, nas mesmas instituições, coexistem ofertas de cursos de dois tipos.

Também na Hungria, ao abrigo de um contrato de financiamento celebrado com o Banco Mundial, o governo magiar decidiu implementar cursos vocacionais de ensino superior, para além dos dois níveis de formação que já eram ministrados pelas universidades e pelos colégios. Também como nos exemplos anteriores se autorizaram as instituições existentes a diversificar o número de níveis de formação, sem criar novas instituições de ensino.

Fica assim documentado que, embora a diversidade dos sistemas de ensino seja uma preocupação dos diversos países, as soluções encontradas para dar corpo a essa preocupação são muito diversas. Iremos, também, analisar o sistema português o qual parece oferecer, à partida, um amplo conjunto de possibilidades de diversificação, quer institucional (coexistência de universidades, politécnicos e escolas não integradas e coexistência de um sector público com um sector privado), quer programático, face à desregulação do sistema em relação à criação de novos cursos por efeito da autonomia das universidades públicas e pela falta de rigor na regulação que devia ser exercida pelo poder público em relação aos politécnicos e ao sector privado. quer ainda de natureza estrutural devido à presença simultânea de universidades multisseculares e de instituições de criação muito recente, com organizações internas de poder igualmente diversificadas.

## Capítulo II

### Diferenciação e diversidade. Teorias organizacionais.

#### 2.1. Introdução

Na procura de teorias explicativas para a evolução dos sistemas de ensino, quer no sentido do aumento de diversidade, quer no da sua diminuição, há que recorrer a diversas teorias das organizações. Iremos referir, apenas, as que têm sido mais utilizadas no contexto do ensino superior. Numa segunda parte analisaremos diversos estudos que tem sido feitos sobre a evolução da diversidade de sistemas de ensino superior.

Deve reconhecer-se, porém, que estamos a lidar com problemas muito complexos, em que vários peritos formulam teorizações contraditórias sobre a tendência natural de evolução dos sistemas. Como reconhecem Meek et al<sup>23</sup> na conclusão do seu livro sobre diferenciação, convergência e diversidade do ensino superior, o trabalho levantou mais questões do que aquelas a que conseguiu responder.

#### 2.2. Teorias organizacionais.

O primeiro modelo a analisar é o da “*ecologia das populações*”, por vezes também referido como modelo da “*selecção natural*”<sup>24</sup>. Como o nome indica este modelo baseia-se nos modelos biológicos homónimos e considera as organizações como entidades abertas que interactuam com o ambiente em que estão imersas (a sociedade, o sistema educativo, etc.), condicionadas por condições sociais, económicas e políticas. Segundo Morgan<sup>25</sup>:

---

<sup>23</sup> *ibid*, nota 7.

<sup>24</sup> Ver, por exemplo:

- Aldrich, H.E., and Pfeffer J. (1976), Environments of Organizations, in *Annual Review of Sociology*, **2**, Palo Alto, C.A., Annual Reviews, Inc.
- Hannan, M.T., and Freeman J., (1977), The population Ecology of Organizations, in *American Journal of Sociology*, **82**, pp. 929-964.
- Aldrich, H.E., (1979), “*Organizations and Environments*”, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- McKelvey, B., (1982), “*Organizational Systematics: taxonomy, evolution, classification*”, Berkeley, University of California Press.
- McKelvey, B., and Aldrich, H.E., (1983), Populations, natural selection, and applied organizational science, in *Administrative Science Quarterly*, **28**, pp. 101-128.
- Carrol, G.R., (1984), Organizational Ecology, in *Annual Review of Sociology*, **10**, pp. 71-93.
- Hannan, M.T., and Freeman J., (1989), “*Organizational Ecology*”, Cambridge, Harvard University Press.
- Hall, R.H., (1996), “*ORGANIZATIONS. Structures, Processes and Outcomes*”, 6ª ed., Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall.

<sup>25</sup> Morgan, G., (1986), *Images of Organization*, London, Sage.

*“(...) Para sobreviverem, as organizações, tal como os organismos na natureza, dependem da sua capacidade para adquirir um fornecimento de recursos adequado para sustentar a sua existência. Nesta tarefa têm de enfrentar a competição de outras organizações e, como os recursos são, em regra, escassos, só sobrevivem os mais adaptados”.*

De acordo com este modelo o ambiente é o factor crítico que em última análise determina se as organizações vão sobreviver ou serão eliminadas. Segundo Aldrich<sup>26</sup> as organizações podem tornar-se diversificadas, por exemplo, devido a planeamento estratégico, a erros cometidos, ao acaso, à sorte ou a conflitos... mas das interacções com o meio serão seleccionadas as mais aptas, ao passo que as outras serão eliminadas. Em princípio, parece que este modelo determina que, com o tempo, a diversidade diminuirá. Por exemplo, Hanan e Freeman<sup>27</sup> afirmam que:

*“(...) as condições de competição (por recursos escassos) originam respostas organizacionais semelhantes e, além disso, à eliminação das organizações (diversas) mais fracas. O resultado é um aumento da homogeneidade (isomorfismo estrutural)”.*

Porém, Aldrich<sup>28</sup> (ibid) admite a existência de nichos organizacionais no ambiente que define como *“(...) combinações distintas de recursos e outras restrições suficientes para suportar uma forma organizacional.”* Isto está relacionado com a ideia de que dando autonomia às instituições de ensino superior, num ambiente regulado pelas leis do mercado, estas procurarão nichos particulares que permitirão a sua sobrevivência. Por exemplo, um estudo recente mostra que o Instituto Politécnico Gaya<sup>29</sup> ao apostar na oferta de cursos para completar os estudos dos seus antigos alunos está a usar um nicho de mercado que tem assegurado a sua sobrevivência, apesar das condições gerais do ambiente lhe serem extremamente desfavoráveis (diminuição do número de candidatos ao ensino superior e dificuldade em competir com outras instituições na atracção de alunos tradicionais).

Segundo Carrol<sup>30</sup> e Freeman e Hannan<sup>31</sup> nichos estreitos tendem a manter organizações muito especializadas, ao passo que nichos mais largos

---

<sup>26</sup> Aldrich, H.E., (1979), *Organizations and Environments*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.

<sup>27</sup> Hannan, M.T., and Freeman J., (1977), The population Ecology of Organizations, in *American Journal of Sociology*, **82**, pp. 929-964.

<sup>28</sup> *ibid*, nota 26.

<sup>29</sup> Projecto TSER/HEINE, estudos de caso.

<sup>30</sup> Carrol, G.R., (1984), Dynamics of Publisher Succession in Newspaper Organizations, in *Administrative Science Quarterly*, **29**, 93-113.

<sup>31</sup> Freeman J. e Hannan, M.T., (1983), Niche Width and the Dynamics of Organizational Populations, in *American Journal of Sociology*, **88**, 1116-1145.

permitem a subsistência de organizações mais generalistas. O ISPGaya é, certamente, uma organização do primeiro tipo.

Estes exemplos ilustram muitas das dificuldades da aplicação deste tipo de teorias. De facto, o modelo da ecologia das populações tanto pode ser usado para justificar a perda de variedade de um sistema devido à eliminação das organizações menos adaptadas, como pode justificar o aparecimento de grande diversidade organizacional desde que existam nichos em número e diversidade suficiente. O que justifica a seguinte proposição da van Vught<sup>32</sup>:

*“Quanto maior for a uniformidade das condições ambientais das instituições de ensino superior, tanto menor será o nível de diversidade do sistema de ensino superior.”*

O modelo apresentado tem sido objecto de inúmeras críticas, por exemplo a de ser um modelo ideal com as mesmas limitações que as teorias económicas que assumem “competição perfeita” a qual regra geral não existe, ou a de considerar as organizações inflexíveis, no sentido de não poderem fazer opções estratégicas ou inflexões de percurso que lhes permitam corrigir falhas eventuais de adaptação ao ambiente. Por exemplo, uma instituição de ensino superior com dificuldade em captar alunos criará estratégias para assegurar a sua sobrevivência oferecendo novos cursos, apostando em acções de formação contínua, recorrendo a operações de marketing, ou mesmo diminuindo as exigências impostas aos candidatos à primeira matrícula.

A teoria da “*dependência dos recursos*”<sup>33</sup> pretende corrigir o facto de o modelo da “*ecologia das populações*” ignorar o papel dos actores organizacionais na determinação dos destinos das organizações e assume, naturalmente, que estas têm alguma flexibilidade.

Segundo Hall<sup>34</sup> este modelo parte do princípio de que as organizações tomam decisões, de acordo com a sua política interna, em relação às condições ambientais em que actuam. Por outro lado, as organizações não são passivas em relação ao ambiente, procurando manipulá-lo de acordo com os seus interesses, tomando decisões estratégicas sobre a sua adaptação ao ambiente. Exemplos tirados do ensino superior são a actuação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para conseguir a aprovação do Decreto-Lei

---

<sup>32</sup> *ibid*, nota 11.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo:

- Aldrich, H.E., e Pfeffer, J., (1976), *Environments of Organizations*, in *Annual Review of Sociology*, 2, 79-105.
- Pfeffer, J., e Salancik, G.R., (1978), “*The external control of organizations. A resource dependence perspective*”, New York, Harper and Row.
- Pfeffer, J., (1982), “*Organizations and Organization Theory*”, Boston, Pitman.
- Hall, R.H., (1996), “*ORGANIZATIONS. Structures, Processes and Outcomes*”, 6ª ed., Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall.

<sup>34</sup> Hall, R.H., (1996), “*ORGANIZATIONS. Structures, Processes and Outcomes*”, pp. 288, 6ª ed., Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall.

nº 252/97, de 26 de Setembro (Decreto-Lei de flexibilização da gestão das universidades), as recentes afirmações públicas do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e das suas associações estudantis procurando actuar sobre a proposta de Lei de Enquadramento do ensino superior, ou o ofício dirigido pela APESP ao então Ministro da Educação, Professor Marçal Grilo, procurando criar melhores condições para o desenvolvimento do sector privado do ensino superior. E já nem referimos aqui as recentes declarações de distintos políticos denunciando alguns dos inúmeros “lobbies” que actuam no País.

Este modelo, considerando embora a importância da influência do ambiente, admite que as organizações, por seu lado também têm a possibilidade de o influenciar em seu proveito e podem tomar decisões estratégicas escolhendo opções que permitam a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. Segundo Hall<sup>35</sup> esta capacidade de actuação das instituições não é ilimitada, podendo por exemplo existir barreiras de natureza legal ou económica quanto a determinadas acções, ou porque o mercado está de tal forma dominado por algumas empresas que impede a emergência de uma nova pequena empresa, ou ainda porque a organização é demasiado pequena para influenciar o ambiente.

O modelo da *dependência dos recursos* também inclui o método de selecção que era central no modelo da *ecologia das populações*; porém, em vez de considerar apenas a selecção dos mais aptos pelo ambiente inclui, também, os esforços das próprias organizações na procura de interacções com o ambiente que garantam a sua sobrevivência. Finalmente, o novo modelo considera as formas utilizadas pelas organizações para reterem as adaptações ao exterior que tiveram êxito, o que inclui mecanismos como a burocratização, a transmissão da cultura da organização aos seus novos membros e a estrutura de liderança.

Terminaremos esta resumida exposição com uma referência às teorias institucionais<sup>36</sup>. De acordo com o modelo institucional admite-se que as

---

<sup>35</sup> *ibid*, nota 34.

<sup>36</sup> Veja-se, por exemplo:

- DiMaggio, P.J., e Powell, W.W., (1983), The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, in *American Sociological Review*, **48**, 147-160.
- Scott, W.R., (1987), “*Institutions and Organizations*”, Thousand Oaks, Sage.
- Oliver, C., (1991), Strategic Responses to Institutional Processes, in *Academy of Management Review*, **16**(1), 145-179.
- Oliver, C., (1997), Sustainable competitive advantage: combining institutional and resource-based views, in *Strategic Management Journal*, **18** (9), 697-713.
- Tolbert, P.S., e Zucker, L., (1983), Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform, 1880-1935, in *Administrative Science Quarterly*, **30**, 22-39.
- Maassen, P., e Gornitzka, A., (1999), Integrating two theoretical perspectives on organizational adaptation, in Jongbloed, B. *et al* (eds.), From the Eye of the Storm, Higher Education’s Changing Institutions, Dordrecht, Kluwer.
- Hall, R.H., (1996), “*ORGANIZATIONS. Structures, Processes and Outcomes*”, 6ª ed., Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall.



organizações, para sobreviverem, têm de se adaptar à existência e às pressões de outras organizações<sup>37</sup>. Di Maggio e Powell<sup>38</sup> definem “campo organizacional” como o conjunto de organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional, tais como os fornecedores de bens essenciais, as agências de regulação, as universidades, etc., que produzem bens e serviços semelhantes. Como as condições ambientais são idênticas e as organizações reagem de forma mais ou menos semelhante a essas condições para poderem sobreviver, o resultado é uma homogeneização dentro de cada “campo organizacional”, ou seja, cria-se um isomorfismo institucional.

Hall<sup>39</sup> afirma que *(...) deste modo as universidades adquirem uma certa semelhança entre si, do mesmo modo que os shoppings, as companhias de aviação, os clubes de futebol profissional, etc.* o que é o resultado de um conjunto de forças coercivas tais como as citadas por DiMaggio e Powell<sup>40</sup>. De acordo com estes autores, um primeiro tipo de forças resulta da existência de regulamentação governamental e de expectativas culturais que podem impor uma standardização das organizações. O segundo tipo de forças é o que resulta de as organizações se imitarem uma às outras na busca de êxito; recorde-se, por exemplo, o efeito dos exercícios de bench-marking na procura explícita dos melhores padrões de funcionamento da concorrência, ou o facto de o número de empresas de consultadoria utilizadas ser muito restrito. Finalmente, a terceira fonte de isomorfismo institucional é o resultado das pressões normativas à medida que a força de trabalho e, em especial, a administração se profissionalizam, tornando-se cada vez menos distintas.

Segundo a perspectiva institucional as alterações organizacionais não resultam de um processo totalmente racional de procura das melhores soluções, mas das pressões internas e externas que levam a que dentro de algum tempo as organizações de um dado campo se assemelhem. Em Portugal, um exemplo claro deste tipo de comportamento é o das estações de televisão, RTP1, SIC e TVI que oferecem programas do mesmo tipo na procura de um melhor lugar no mercado.

Algo diferentes são os modelos neo-institucionais. Oliver<sup>41</sup> diz que:

*(...) de acordo com a teoria institucional as empresas fazem escolhas normativas racionais que são moduladas pelo contexto social da empresa, ao passo que do ponto de vista da dependência dos recursos as empresas fazem escolhas economicamente*

---

<sup>37</sup> *ibid*, nota 11.

<sup>38</sup> DiMaggio, P.J., e Powell, W.W., (1983), The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, in *American Sociological Review*, **48**, 147-160.

<sup>39</sup> *ibid*, nota 34.

<sup>40</sup> *ibid*, nota 38.

<sup>41</sup> Oliver, C., (1997), Sustainable competitive advantage: combining institutional and resource-based views, in *Strategic Management Journal*, **18** (9), 697-713.

*racionais que são moduladas pelo contexto económico da empresa”.*

Segundo Zucker<sup>42</sup> os actores individuais das organizações têm sentimentos e propósitos, não são apenas actores de vistas estreitas, fazedores de decisões tecnocráticas e as organizações não são modeladas apenas pelas forças pessoais da tecnologia ou pelas exigências sem descanso do meio (Hall<sup>43</sup>).

De acordo com van Vught<sup>44</sup> instituições como as universidades desenvolvem um conjunto muito forte de normas e valores académicos (nomeadamente nas instituições mais antigas) que condiciona a sua capacidade de transformação e que leva mesmo à ineficácia de legislação governamental que não tenha esse aspecto em conta<sup>45</sup>. Também Maassen e Gornitzka<sup>46</sup> consideram que:

*(...) As alterações que são compatíveis com a identidade ou cultura institucional de uma organização podem ser respondidas de uma forma rotineira, sem sobressaltos. Nestes casos a adaptação organizacional a alterações do ambiente é parte dos procedimentos correntes da organização, o que já não sucede no caso de tentativas de grandes reformas ao arripio das (sub)culturas institucionais. Para que as organizações mudem em resultado de iniciativas governamentais é necessária uma compatibilidade normativa, i.e., congruência entre as normas e valores na base do programa ou da política propostos e a identidade e tradições da organização.*

E daqui resulta a segunda proposição de van Vught<sup>47</sup>:

*“Quanto maior for a influência das normas e valores académicos numa organização de ensino superior tanto menor será o nível de diversidade do sistema de ensino superior.”*

Em Portugal, as universidades públicas, de acordo com a lei de Autonomia (Lei nº 108/88), têm autonomia para criar livremente novos cursos.

---

<sup>42</sup> Zucker, L.G. (1988), *Institutional Patterns and Organizations: Culture and Environment*, Cambridge, MA, Ballinger.

<sup>43</sup> *ibid*, nota 34.

<sup>44</sup> van Vught, F., (1989), *Strategies and Instruments of Government*, in van Vught, F. (ed.), *Governmental Strategies and Innovation in Higher Education*, London, Jessica Kingsley Publishers.

<sup>45</sup> Ver a propósito o interessante trabalho de Cerych, L. e Sabatier, P., (1987). *Great Expectations and Mixed Performance. The Implementation of Higher Education Reforms in Europe*, Chester, Bemrose Press, Ltd.

<sup>46</sup> Maassen, P., e Gornitzka, A., (1999), Integrating two theoretical perspectives on organizational adaptation, in Jongbloed, B. *et al* (eds.), *From the Eye of the Storm, Higher Education's Changing Institutions*, pp. 299-300, Dordrecht, Kluwer.

<sup>47</sup> *ibid*, nota 11.

Porém, enquanto que as universidades mais tradicionais foram apenas marginalmente inovadoras na utilização desta prerrogativa, já as universidades mais novas foram muito mais imaginativas na criação de novas ofertas de ensino, o que pode ser interpretado como o resultado da prevalência de normas e valores académicos mais fortes nas instituições mais antigas.

Poderemos concluir que as várias teorias ou modelos que tentam explicar a transformação das organizações são incompletas ou, pelo menos, aplicam-se a algumas situações específicas. Como sugere Hall<sup>48</sup>:

*(...) Nenhuma das explicações se aguenta por si própria, apesar do que alguns dos seus advogados possam afirmar. Cada uma tem os seus pontos de vista e aplicações especiais. (...) há cada vez mais uma aceitação da necessidade de aplicar estas teorias em combinação, em vez de explicações em competição. Parece haver um sentimento crescente entre os teóricos das organizações de que chegou o tempo de deixar de ser 'paladino dos paradigmas'<sup>49</sup> e, em vez disso, procurar explicações mais completas combinando perspectivas".<sup>50</sup>*

### **2.3. Estudos de diferenciação e diversidade no ensino superior**

Neste domínio também as dificuldades são substanciais. Meek e Wood<sup>51</sup> reconhecem que, em boa verdade, existem muito poucos estudos detalhados de caso nacionais sobre a relação entre iniciativas políticas e diversidade do ensino superior e, na prática, não existe investigação coerente sobre estudos envolvendo diversos países. Além disso, os estudos existentes apresentam conclusões contraditórias.

Num primeiro grupo podem incluir-se os estudos que concluem que os sistemas de ensino mostram uma tendência imanente no sentido da diferenciação e do aumento da diversidade, por exemplo os de Parsons e Platt<sup>52</sup> e os de Burton Clark<sup>53</sup>. No segundo grupo situam-se os que como Riesman<sup>54</sup>,

---

<sup>48</sup> *ibid*, nota 34.

<sup>49</sup> Aldrich, H.E., (1988), Paradigm Warriors: Donaldson versus the Critics of Organization Theory, in *Organization Studies*, **9**, 18-25.

<sup>50</sup> Oliver C., (1991), Strategic Responses to Institutional Processes, in *Academy of Management Review*, **16(1)**, 145-179.

Jackson, N., e Carter, P., (1991), In defense of Paradigm Incommensurability, in *Organization Studies*, **12**, 109-127.

<sup>51</sup> Meek, L.V. e Wood, F.Q., (eds.), (1998), "*Managing Higher Education Diversity in a Climate of Public Sector Reform*", Canberra, Department of Employment, Education, Training and Youth Affairs.

<sup>52</sup> Parsons, T. e Platt, G.M. (1973), "*The American University*", Cambridge, Harvard University Press.

<sup>53</sup> Clark, B.R., (1978), United States, in van de Graaff, J.H., Clark, B.R., Furth, D., Goldschmidt, D., e Wheeler, D., (eds), "*Academic Power: Patterns of Authority in Seven National Systems*". New York, Praeger.

Clark, B.R., (1983), "*The Higher Education System: A Cross-National Perspective*", Berkeley,

Birnbaum<sup>55</sup> e Rhoades<sup>56</sup> defendem que, pelo contrário, os sistemas de ensino tendem naturalmente para uma diminuição da diversidade.

Segundo Parsons e Platt<sup>57</sup> ocorrem processos de diferenciação quando surgem funções novas no sistema, por exemplo a criação recente das escolas de investigação (pós-graduação) no sistema holandês. Os autores reconhecem, porém, que a diferenciação pode ocorrer por integração em organizações já existentes, sem ser necessário criar novas instituições, como é o caso da criação dos diplomas curtos na Áustria e em Itália.

Por seu lado, Clark defende que o crescente aumento da complexidade do conhecimento é a causa de uma fragmentação cada vez maior entre e dentro das instituições de ensino superior. Segundo ele<sup>58</sup> :

*“A fragmentação disciplinar é sem dúvida a fonte da complexidade sempre crescente do sistema, uma fonte mais poderosa nos seus efeitos do que a expansão do número de alunos ou as saídas mais variadas para o mundo do trabalho em que em regra nos concentramos quando observamos a dimensão e o objectivo das universidades modernas e dos sistemas nacionais de ensino superior.”*

No seu livro “The Higher Education System”, Clark<sup>59</sup> atribui o aumento da complexidade dos sistemas de ensino superior a três forças interligadas: o aumento da variedade da população estudantil (num ensino de massas), o crescimento do mercado de trabalho para os detentores de um diploma de ensino superior e a emergência e o crescimento de novas áreas científicas (no sentido anglo-saxónico de disciplinas) - vejam-se os próximos capítulos.

Por seu lado, Riesman<sup>60</sup> compara a evolução do sistema de ensino superior dos Estados Unidos a uma espécie de movimento reptilino, a uma espécie de cobra em movimento, em que novos anéis vão ocupando o lugar

---

University of California Press.

Clark, B.R., (1996), Diversification of Higher Education, in Meek, V.L., Goedegebuure, L., Kivinen, O., e Rinne, R. (eds.), *The Mockers and the Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*, pp. 16-25, Guilford, Pergamon.

<sup>54</sup> Riesman, D., (1956), “*Constraint and Variety in American Education*”, Lincoln, University of Nebraska Press.

<sup>55</sup> *ibid*, nota 5.

<sup>56</sup> Rhoades, G., (1990), Political competition and differentiation in higher education, in Alexander, J.C., e Colony, P., (eds), “*Differentiation Theory and Social Change*”, New York, Columbia University Press.

<sup>57</sup> *ibid*, nota 52.

<sup>58</sup> Clark, B.R., (1996), Diversification of Higher Education: Viability and Change, in Meek, V.L., et al, (eds.), “*The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*”, pp. 16-25, Oxford, Pergamon.

<sup>59</sup> Clark, B.R., (1983), “*The Higher Education System: Academic Organization in Cross-National Perspective*”, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

<sup>60</sup> Riesman, D., (1956), “*Constraint and Variety in American Education*”, Lincoln, University of Nebraska Press.

deixado livre pelos anteriores, numa vivida imagem biológica do que mais tarde Neave<sup>61</sup> haveria de chamar “academic drift”, o que traduziremos por “desvio para o academismo”. Ou seja, Riesman refere o comportamento típico das instituições de menor reputação ou nível que procuram melhorar a sua posição imitando as universidades de maior prestígio, do que resulta uma diminuição da diversidade do sistema.

Birnbaum<sup>62</sup> analisa a evolução do sistema dos EU no período de 1960 a 1980 em que o sistema conheceu um grande desenvolvimento, sem que se verificasse um aumento significativo da diversidade institucional. Segundo ele as políticas governamentais são a causa de uma diminuição da diversidade dos sistemas, em especial se houver regras muito rígidas para a aprovação e/ou acreditação de novos cursos e novas instituições.

Finalmente, Rhoades<sup>63</sup> compara a evolução dos sistemas de ensino superior nos EU, França, Suécia e Reino Unido para concluir que a actuação dos académicos na defesa das suas normas e valores impediram o surgimento de um processo de diferenciação. Segundo Rhoades, quer as políticas governamentais quer a estrutura de administração dos sistemas de ensino superior conferem um grande poder aos académicos, os quais tendem a ter um comportamento extremamente conservador. A este propósito é interessante citar o recente relatório do Banco Mundial<sup>64</sup> relativo a um empréstimo negociado pela Hungria para desenvolvimento do ensino superior, no qual se tecem críticas ao sistema de acreditação e aprovação de cursos e instituições, dominado pelos académicos estabelecidos, do que resulta uma grande rigidez dos programas de estudo, a dificuldade em introduzir inovações e em desenvolver um sector privado de ensino superior. Neste último caso, os académicos das universidades públicas dominam o sistema e tornam muito difícil a aprovação das iniciativas privadas. Outro exemplo é o do controlo que os velhos académicos italianos exerciam sobre o sistema de ensino superior por intermédio do CUN (Conselho Universitário Nacional; na avaliação de uma universidade italiana foi mesmo dito que o CUN é a Mafia.

Como se verifica, estamos em presença de um conjunto de estudos dispersos, com interpretações derivadas de casos restritos, sem que tenha sido construída uma teoria que permita, com um mínimo de segurança, prever quais os mecanismos e as políticas que geram ou diminuem a diversidade dos sistemas de ensino superior.

Nos dois próximos capítulos iremos analisar a evolução do relacionamento entre ensino superior e governos no sentido de maior

---

<sup>61</sup> Neave, G., (1979), Academic drift: some views from Europe, in *Studies in Higher Education*, 4, nº2, pp. 143-159.

<sup>62</sup> *ibid*, nota 5.

<sup>63</sup> *ibid*, nota 51.

<sup>64</sup> Human Development Unit, (1998), *Staff Appraisal Report, Republic of Hungary, Higher education reform Project*, World Bank.

autonomia institucional e esta questão da diversidade, discutindo se a nova moda da regulação pelo mercado, frequentemente apontada como sendo capaz de promover a diversificação do sistema, é ou não eficaz, bem como até que ponto a regulação estatal é ou não perniciosa sob este mesmo aspecto.

## Capítulo III

### Do centralismo à autonomia institucional

#### 3.1. Da Idade Média à Idade Moderna

A Universidade é uma instituição europeia, uma criação da Europa medieval, da Europa da Igreja Católica Romana. Na verdade, a Universidade é a instituição europeia por excelência<sup>65</sup>.

Giovanni Agnelli<sup>66</sup>, na conferência que proferiu durante as comemorações dos 900 anos da Universidade de Bolonha disse sobre as universidades que:

*“...desde o início foram internacionais em espírito. Mesmo nos tempos mais difíceis e de maior intolerância defenderam que o conhecimento devia ser livre e universal”*

e Guy Neave<sup>67</sup> considera que as primeiras universidades,

*“...na medida em que o Cristianismo era universal, também podiam ser consideradas como uma expressão organizada dessa universalidade”.*

O facto de o Papa permitir que os *studia generalia* conferissem a *licentia ubique docendi*, ou seja, a qualificação para ensinar em qualquer instituição sob jurisdição papal, conjuntamente com o uso do Latim como a língua comum de ensino, com a existência de uma grande uniformidade dos programas de ensino, com um sistema uniforme de exames e com uma estrutura universitária semelhante, desempenharam um papel muito importante na promoção da *peregrinatio academica* e na criação de um espaço europeu de ensino superior: as universidades não eram regionais, a sua influência estendia-se ao espaço de toda a Cristandade.

Como resultado desta grande uniformidade, os alunos podiam mudar facilmente de universidade para universidade; aliás, os estudantes dos tempos medievais tinham, em regra, um grande prazer em viajar, apesar dos riscos e do desconforto que as deslocações apresentavam na altura. As instituições de

---

<sup>65</sup> Ruegg, W. (1996), Prólogo, in Ridder-Symoens, H. (ed), “As Universidades na Idade Média”, pp. XVII-XXIV, Imprensa Nacional, Lisboa.

<sup>66</sup> Agnelli, G. (1988), Industry’s expectations of the university, in *CRE-action*, nº.83, pp.11-17.

<sup>67</sup> Neave, G. (1997), The European Dimension in Higher Education; an historical analysis, apresentado na Conferência “*The Relationship between Higher Education and the Nation-State*”, Enschede, Netherlands.

ensino eram poucas e muitos governantes encorajaram os seus súbditos a empreender essas viagens na procura de uma boa formação de nível superior, então um bom passaporte para uma carreira bem paga ao serviço do Estado ou da Igreja<sup>68</sup>.

Recordando de novo o que diz Neave<sup>69</sup>:

*“...estas três instituições - Poder Divino (Sacerdotium), poder na Terra (Imperium) e o poder do Conhecimento (Studium) - formavam uma espécie de autoridade super ordenante sobre uma comunidade que não estava identificada prioritariamente pelas suas fronteiras geográficas...”*

Com o reforço do territorialismo, as autoridades seculares aperceberam-se da necessidade de disporem de uma fonte regular de funcionários melhor treinados e educados, pelo que os monarcas criaram novos *studia*; à medida que novas instituições foram sendo fundadas nos diversos países europeus, muitas vezes como forma de evitar a dependência absoluta em relação a instituições estrangeiras para a criação de quadros com formação superior, a anterior política de mobilidade foi alterada de forma significativa, havendo mesmo casos em que os governantes, como forma de proteger as novas instituições, promulgaram leis que excluía os súbditos “estrangeirados” de qualquer emprego público.

Por exemplo, o rei Frederico II, depois de criar o *studium* de Nápoles, em 1215, decidiu proibir os seus súbditos de abandonarem o reino da Sicília para ensinarem ou estudarem no estrangeiro e chegou mesmo a ameaçar punir todos os pais cujos filhos não tivessem regressado a tempo para as celebrações de São Miguel, em 29 de Setembro. Ele fez também alguns convites insistentes a professores e alunos da Universidade de Bolonha, pedindo-lhes que viessem para Nápoles. Medidas do mesmo tipo foram tomadas a favor da Universidade de Pavia em 1361, 1392 e 1412 e a favor da Universidade de Padua em 1407 e 1468. Para retirar o *studium* de Aix do seu declínio, os Condes da Provença tentaram, no século XV, forçar os seus súbditos a frequentarem esta instituição para a obtenção dos seus diplomas.

Em 1215, a Comuna de Bolonha proibiu os professores de se associarem *in sectam vel conspirationem* com o objectivo de deixarem o *studium*, e exigiu que os reitores, como representantes da instituição, jurassem solenemente que nunca promoveriam a transferência do *studium* para longe da cidade; neste caso os académicos foram protegidos pelo Papa Honório III que condenou todas as leis limitando a *libertas academica* e ordenou a sua revogação<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Amaral, A., (1997), Mobility and Quality Assessment in Europe, apresentado na Conferência “*The relationship between Higher Education and the Nation-State*”, Enschede, Netherlands.

<sup>69</sup> Ver nota 67.

<sup>70</sup> Nardi, P. (1996), Relações com as autoridades, in Ridder-Symoens, H. (ed), “*As Universidades na Idade Média*”, p. 75-106, Lisboa, Imprensa Nacional.



Esta política foi, também, implementada em Portugal; em 1440, o rei Afonso V deferiu uma petição dirigida às Cortes pela Universidade de Coimbra, na qual se pedia que todos os súbditos com diplomas obtidos no estrangeiro tivessem que pagar 20 coroas à Universidade e fossem preteridos, a favor dos licenciados por Coimbra, nos concursos a empregos públicos<sup>71</sup>.

Daqui resultou<sup>72</sup> que a autoridade super ordenadora fosse repatriada ou apropriada pelo Príncipe, e estas alterações tornaram-se ainda mais evidentes quando a autoridade do Papa foi enfraquecida pela Reforma e pela Contra Reforma. A universidade conservou a universalidade do ensino, mas o recrutamento tornou-se mais regional ou local, e a missão da universidade alterou-se para incorporar a nova autoridade acrescida do Príncipe.

Durante o século e meio que precedeu a Revolução Francesa, em especial durante a vigência do Despotismo Iluminado, foram estabelecidos os fundamentos do “modelo de controlo pelo Estado” do ensino superior<sup>73</sup> e verificaram-se os primeiros exemplos da intervenção do Estado para definir “conhecimento útil”<sup>74</sup>. De facto, o Estado procurou definir padrões locais de conhecimento (territorialização do conhecimento) a ministrar como condição necessária para a obtenção de emprego na administração do reino, enquanto que o emprego público ficava, regra geral, restrito aqueles que obtinham as suas qualificações no País.

### **3.2. Do século XIX aos anos sessenta**

Segundo Neave e van Vught<sup>75</sup>, o principal agente de modernização e estabilidade no período pré-industrial consistiu na criação de uma burocracia profissional, associada à universidade como o seu reservatório; as grandes reformas universitárias do século XIX que marcam o advento da universidade moderna estavam associadas à ideia da universidade como agente da reconstrução nacional, aliada ao recrutamento para os quadros do aparelho do Estado:

*“...A burocracia e a universidade estavam ligadas, não apenas como símbolos das regras legais e da igualdade de todos perante elas, mas, também, na realização prática do princípio básico das carreiras abertas ao talento.....”*

---

<sup>71</sup> Mira, M.F., (1947), “*História da Medicina Portuguesa*”, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade.

<sup>72</sup> *ibid*, nota 67.

<sup>73</sup> Neave, G., van Vught, F.A. (eds.), (1994), “*Government and Higher Education Relationships Accross Three Continents: The Winds of Change*”, pp. 264-319, Pergamon, Oxford.

<sup>74</sup> Ver nota 67.

<sup>75</sup> van Vught, F.A., (1989), “*Governmental Strategies and Innovation in Higher Education*”, Jessica Kingsley Publishers, London.

*Essencialmente, este era um processo de modernização política que também envolvia o fortalecimento da identidade nacional, a definição da cultura nacional.....*

*Igualmente significativo era o facto de a principal alavanca da mudança nas sociedades pré-industriais residir no "sector estado" da vida nacional..... o qual era, efectivamente, o principal "mercado" para mão-de-obra com qualificação elevada”.*

Neave<sup>76</sup> diz ainda que:

*“...a incorporação da universidade no âmbito da coordenação do estado foi concomitante com o desenvolvimento do Estado-Nação na Europa, quer como símbolo e como repositório da identidade nacional, como instrumento para conservação da cultura nacional e, através da unificação cultural, como a manifestação da exigência de um país a um lugar entre as nações - o equivalente cultural das preocupações actuais, mais restritas, com a competitividade económica”.*

Em termos operacionais o “modelo do controlo pelo Estado” encontra justificação no princípio da homogeneidade legal, ou seja, na semelhança do produto das diversas instituições de ensino superior como forma de assegurar igualdade de oportunidades para todos os indivíduos e igualdade na competição pelos empregos do Estado, por outras palavras<sup>77</sup>:

*“...Contra os mercados tradicionais de emprego local, a homogeneidade legal criava um mercado que não era só nacional mas, também, moderno. A universidade, como emanação do estado modernizador, actuava como uma espécie de entidade supra paroquial”.*

Mas a postura do Estado era, regra geral, centralizadora, assumindo como tarefa determinar o que era “conhecimento útil” a ser leccionado pelas instituições; e, em consequência, o conhecimento, pelo menos no que toca às manifestações do pensar, da identidade e da cultura nacional, perdeu algum do seu carácter universal. Gruber<sup>78</sup> a propósito das reformas educativas de Maria Teresa e de seu filho José II, na Áustria, afirma:

*“...Os três princípios da reforma educativa eram a uniformidade, a universalidade e a utilidade..... um sistema estável de educação, universal e uniforme, devia salvaguardar em todos os temas um sistema mental uniforme (virtudes cívicas e espírito nacional) e o sistema educativo devia ser colocado sob o controlo firme do Estado”.*

---

<sup>76</sup> *ibid*, nota 67.

<sup>77</sup> *ibid*, nota 73.

<sup>78</sup> Gruber, K.-H., (1982), The State and higher education in Austria: an historical and institutional approach, in *European Journal of Education*, 17, (2), pp. 260.

Por outro lado, é interessante perceber que no “modelo de controlo pelo Estado” as alterações do sistema não resultam de acções da indústria, e muito menos do sector privado do mercado de trabalho, mas de exigências de dentro dos serviços do Estado para conhecimentos mais especializados ou técnicos, para acompanhar o desenvolvimento das funções técnicas assumidas pelo governo central. Tais reformas, pouco frequentes, eram negociadas entre a oligarquia académica e a administração estatal.

### **3.3. A autonomia e a supervisão pelo Estado**

Esta situação mudou nas últimas três décadas devido à incapacidade do “modelo de controlo pelo Estado” para gerar nas instituições capacidade para se auto-reformarem - o que estava virtualmente excluído devido ao princípio da homogeneidade legal - e para criarem soluções diversas e flexíveis necessárias à adaptação rápida a um mundo agora em constante transformação. Na maioria dos países desenvolvidos verificou-se uma evolução do “modelo do controlo pelo Estado” para um modelo de autonomia e auto-regulação (supervisão pelo Estado).

Segundo Clark<sup>79</sup> a autonomia, o controlo e a coordenação do ensino superior são a resultante de três forças: as forças do mercado, do Estado e da oligarquia académica que ele representou no chamado triângulo de coordenação ou de autoridade. Omari<sup>80</sup> usou esse mesmo triângulo para incluir alguns países africanos, como mostra a figura seguinte.

---

<sup>79</sup> *ibid*, nota 59.

<sup>80</sup> Omari, I. M., (1991), “*Higher Education at Cross-Roads in Africa*”, Nairobi, Mangraphics Press.

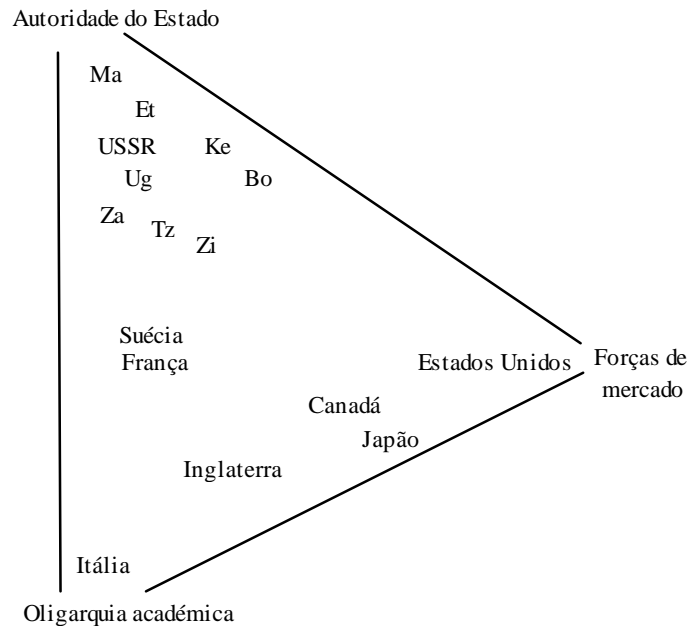


Figura 1 - O triângulo da autoridade no sistema universitário

Ke - Quênia; Bo - Botswana; Ma - Malawi; Et - Etiópia; Ug - Uganda;  
Tz - Tanzânia; Za - Zâmbia; Zi - Zimbábue

Na figura vê-se que nos países em desenvolvimento, onde as forças do mercado são débeis e governos jovens e frágeis ainda não criaram confiança em si próprios, ou nas instituições de ensino superior<sup>81</sup>, o Estado tende a assumir um papel determinante no controlo e coordenação do ensino superior. Segundo van Vught<sup>82</sup>:

*“Nos países em desenvolvimento o modelo do controlo do ensino superior pelo estado parece predominar..... o governo regula e controla fortemente as instituições de ensino superior. Mesmo nos países onde inicialmente existia o modelo de supervisão pelo estado agora o modelo de controlo pelo estado já aparece muitas vezes instalado”.*

Uma discussão muito interessante da questão da autonomia pode encontrar-se no livro editado por Guy Neave e Frans van Vught<sup>83</sup>; durante as últimas décadas, os “modelos de controlo pelo Estado” foram confrontados com dificuldades crescentes em se adaptarem com velocidade suficiente às mudanças impostas pelo novo sector dominante da actividade, o sector privado. Em resumo, segundo estes autores, o desenvolvimento do ensino deixou de ser o resultado da modernização política e administrativa, liderada pelo sector público administrativo, que foi substituído pelo sector privado do comércio, da indústria e dos serviços, pagos pelos consumidores individuais e não pela

<sup>81</sup> ver nota 80.

<sup>82</sup> van Vught, F.A., (1991), “Autonomy and Accountability in Government University Relationships”, artigo preparado para o Banco Mundial, Kuala Lumpur.

<sup>83</sup> ver nota 73.

comunidade, ao mesmo tempo que o sector público deixou de ser o principal empregador dos graduados pelo ensino superior.

O reconhecimento de que o princípio da homogeneidade legal, apropriado às exigências da modernização administrativa, era um obstáculo à procura das soluções diversificadas e em permanente mutação necessárias à capacidade de inovação e de geração de novos conhecimentos de uma economia industrial, levou ao seu progressivo abandono em favor da concessão de autonomia às instituições e do estabelecimento dos princípios da auto-regulação, em suma, em favor do “modelo da supervisão pelo Estado”.

Nestas condições, a estratégia governamental alterou-se e é interessante registar que, num prazo de tempo relativamente curto, houve um movimento no sentido da aprovação de leis de autonomia. Um exemplo típico desta nova forma de actuação é o documento de política HOAK (Ensino Superior: Autonomia e Qualidade) do Governo holandês. Outros exemplos são o "Plano Saint-Ann" na Bélgica, a "Ley de Reforma Universitária" em Espanha ou a Lei de Autonomia (Lei 108/88) em Portugal. Reformas do mesmo sentido tiveram lugar na Finlândia e nos outros países nórdicos e, mesmo em França, tradicionalmente tão centralizadora, o "Groupe d'Étude pour la Renovation de l'Université Française" propôs um alargamento da autonomia. Mais recentemente, também a Itália começou a alterar a legislação no mesmo sentido.

Ou seja, os governos, reconhecendo que as tentativas de controle detalhado do sistema eram contraproducentes, elaboraram leis de autonomia que, em maior ou menor grau, transferiram para as instituições os detalhes da aplicação das políticas educativas para o ensino superior, bem como a gestão corrente. Pelo contrário, passaram a controlar apenas algumas das variáveis do sistema consideradas importantes, como os custos por aluno, o número de alunos admitidos, as taxas de retenção, o número de licenciados produzidos, e atribuíram às instituições orçamentos envelope. Às instituições passou a competir auto-regular-se, por forma a que os parâmetros do seu funcionamento se situem dentro dos valores aceitáveis para o Governo.

De acordo com Neave<sup>84</sup> dá-se uma verdadeira “repatriação de funções” para o nível institucional cujos contornos aparecem sob a forma de:

*“...orçamentos envelope, financiamento por contrato, maior liberdade na alocação interna de verbas, aumento da importância da produtividade do pessoal e dos meios de a medir, atribuição à liderança institucional e ao seu pessoal de apoio da responsabilidade pelo “desenvolvimento estratégico”, pela “gestão estratégica”....*

---

<sup>84</sup> ver nota 67.

Na evolução natural deste processo criou-se uma nova figura, a da avaliação, nascida de uma necessidade de uma prestação de contas das universidades perante a sociedade, a qual veio, de forma insistente, pedir uma demonstração da boa utilização dos orçamentos crescentes a serem despendidos pelo ensino superior, numa fase em que outros sectores, como a saúde e a segurança social, apresentam, também, claros sinais de rotura face às necessidades de financiamento em aumento permanente. Esta nova atitude governamental foi designada por Guy Neave como "The Rise of the Evaluative State"<sup>85</sup>.

É importante perceber que autonomia não significa independência das instituições. Em qualquer país, o sistema de ensino superior tem de algum modo que ser regulado e, por outro lado, existem sempre laços de ligação das instituições com a sociedade em que se inserem, mesmo quando gozam de autonomia muito alargada,. Por esta razão no próximo capítulo abordaremos a questão dos mecanismos de regulação.

---

<sup>85</sup> Neave, G., (1988), On the Cultivation of Quality, Efficiency and Enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988, in *European Journal of Education*, **23**, (1&2), pp.7-23.

## Capítulo IV

### Regulação estatal e regulação pelo mercado.

#### 4.1. Regulação.

Como se afirmou autonomia não significa independência, ou seja, mesmo no caso de instituições de ensino superior dotadas de autonomia tem de haver regulação do sistema. A alteração do modo de relacionamento entre as instituições de ensino superior e os governos que se traduziu na passagem de um modelo de controlo pelo Estado para um modelo de supervisão pelo Estado com a concessão, em maior ou menor grau, de autonomia às instituições não significou o fim da regulação, mas a mudança de um sistema de regulação puramente estatal para um modelo com elementos de regulação pelo mercado que foi caracterizado como um modelo híbrido. Esta questão foi extensamente debatida em alguns artigos que publicamos<sup>86</sup>.

O conceito de regulação foi discutido por diversos autores. Mitnick<sup>87</sup> considera a regulação como *“a restrição intencional da escolha de actividade de um sujeito por uma entidade que não é directamente parte de ou não está envolvida nessa actividade*. Por seu lado, van Vught<sup>88</sup> define regulação governamental como *“os esforços do governo para guiar as decisões e acções de actores sociais específicos de acordo com objectivos fixados pelo governo e usando os instrumentos que o governo tem ao seu dispor*.” David Dill<sup>89</sup> define regulação em relação ao mercado: *“as regulações procuram alterar o comportamento do mercado, em particular dos vendedores”*, e Kells<sup>90</sup> dá uma definição mais operacional, mas mais restrita, de *“regulação da qualidade”*:

*“...o processo informado e periódico segundo o qual um sistema, uma instituição, um programa ou um procedimento são sintonizados com as expectativas (intenções, padrões, normas) por meio de escolhas e de*

---

<sup>86</sup> Amaral, A., (1999), *Apreciação Crítica do Desenvolvimento da Lei nº 108/88*, in *Autonomia das Instituições de Ensino Superior*, Lisboa, CNE.

Amaral, A., e Teixeira, P., (em publicação), *The Rise and Fall of the Private Sector in Portuguese Higher Education?*

Amaral, A., e Magalhães, A., (em publicação), *On Markets, Autonomy and Regulation. The Janus Head Revisited*.

<sup>87</sup> Mitnick, B.M., (1980), *“The Political Economy of Regulation: Creating, Designing and Removing Regulatory Reforms”*, New York, Columbia University Press.

<sup>88</sup> *ibid*, nota 44.

<sup>89</sup> Dill, D., (1997), *Higher Education Markets and Public Policy*, in *Higher Education Policy*, **10**, (3&4), pp. 167-185.

<sup>90</sup> Kells, H., (1992), *“Self-regulation in Higher Education”*, London, Jessica Kingsley.

*acções consideradas necessárias pelo(s) regulador(es) em resultado de avaliações formativas ou sumativas.”*

Em todas estas definições existe uma entidade “exterior” ou “acima” da actividade a ser desenvolvida, com o poder de influenciar ou de guiar as decisões e a conduta de actores específicos (instituições, programas, o próprio mercado...) para as sintonizar com os objectivos dessa entidade. Quando a entidade “acima” é o governo, este pode usar diversos instrumentos para influenciar a conduta das instituições. Mitnick<sup>91</sup> classifica esses instrumentos em duas categorias, a regulação por directiva (leis, regras administrativas,...) e a regulação por incentivo (incentivos fiscais, subsídios, ...), ao passo que Hood<sup>92</sup> classifica esses instrumentos em quatro categorias: a informação, o dinheiro, a autoridade e a acção directa.

#### **4.2. A regulação no modelo de controlo pelo Estado.**

No modelo fortemente centralizado de controlo pelo Estado, este, apoiado no princípio da homogeneidade legal, controla quase todos os aspectos do ensino superior (acesso, currículos, normas para a concessão dos graus, nomeação do pessoal, etc.).

No modelo do controlo pelo Estado os governos guiam os sistemas de ensino superior por meio de mecanismos de regulação e de controlo *a priori*. Neste sentido, como refere van Vught<sup>93</sup>, a regulação pelo governo significa que “... quando regula o governo procura comandar”, ou ainda, como escreveu mais tarde<sup>94</sup>:

*“Na estratégia tradicional o governo tentava orientar os sistemas de ensino superior com regras strictas e abundantes mecanismos de controlo. Nesta estratégia, que remonta ao início do século XIX, o governo via-se como um actor onnipotente capaz de guiar o sistema de ensino superior de acordo com os seus objectivos.”*

O modelo de controlo pelo Estado exige uma estratégia governamental de planeamento detalhado e controlo rigoroso. De acordo com van Vught<sup>95</sup>, os governos assumem uma perspectiva racionalista e o seu comportamento é justificado com base na capacidade dos actores governamentais e das suas agências serem capazes de adquirir um conhecimento verdadeiro e completo dos problemas, e de examinar todas as alternativas de acção e suas consequências, para poderem tomar as melhores decisões. E poderão fazê-lo de

---

<sup>91</sup> *ibid*, nota 87.

<sup>92</sup> Hood, C., (1983), “*The Tools of Government*”, London, MacMillan.

<sup>93</sup> *ibid*, nota 44.

<sup>94</sup> van Vught, F., (1997), Combining planning and the market: an analysis of the Government strategy towards higher education in the Netherlands, in *Higher Education Policy*, **10**, (3/4), pp. 211-224.

<sup>95</sup> *ibid*, nota 44.



uma forma muito mais isenta do que as autoridades locais ou as próprias instituições, o que justifica, igualmente, o centralismo.

Numa sociedade democrática a regra ideal será a das decisões colectivas racionais, depois de uma discussão pública das potencialidades das várias alternativas. Infelizmente, o comportamento dos governos nem sempre segue este ideal e, confrontados com as dificuldades e as limitações práticas das tomadas colectivas de decisão, sucumbem mais vezes do que seria conveniente à tentação do recurso ao centralismo e ao controlo.

### **4.3. A regulação pelo mercado.**

Em oposição à regulação pelo governo que usa mecanismos para influenciar o comportamento dos outros actores, o mercado actua de forma completamente diferente. Segundo van Vught<sup>96</sup> :

*“ ... A ideia de mercado é fundamentalmente diferente da ideia de planeamento. Está relacionada com a visão de que a realidade social mostra uma “ordem espontânea”....Em resultado de muitas decisões e acções, uma ordem social espontânea cria automaticamente um certo grau de coordenação.”*

Por seu lado, Sowell<sup>97</sup> afirma que:

*“...O mercado é simplesmente a liberdade de escolher entre muitas possibilidades já existentes ou a criar. (...) O mercado não é um conjunto particular de instituições. As suas vantagens e desvantagens resultam precisamente deste facto.”*

ao passo que Thomson<sup>98</sup> tem uma visão muito mais crítica:

*“A economia de mercado é muitas vezes uma metáfora (ou máscara) do processo capitalista. A forma mais ideologicamente atraente do mito reside na ideia do mercado como o de alguma entidade supostamente neutra mas (por acaso) benéfica; ou, se não uma entidade (porque não pode ser concebida no espaço, apenas na mente) então como um espírito gerador de energia - de diferenciação, de mobilidade social, de individualismo, de inovação, de crescimento, de liberdade.*

*Este ‘mercado’ pode ser imaginado como uma força benigna consensual que de forma involuntária maximiza os melhores interesses da*

---

<sup>96</sup> *ibid*, nota 94.

<sup>97</sup> Sowell, T., (1980), “*Knowledge and Decisions*”, New York, Basic Books.

<sup>98</sup> Thomson, E.P., (1993), “*The nature of work*”, London, MacMillan.

*nação. Pode mesmo parecer que é este 'sistema de mercado' que produziu a riqueza da nação..."*

Todo este rendilhado filosófico se reduz a algo muito mais simples. Segundo David Dill<sup>99</sup>:

*"Falando formalmente, um mercado é um meio de organizar a permuta de bens e de serviços com base no preço e não em outras considerações como a tradição e a escolha política".*

sendo, porém, de ter em conta a observação de Leslie e Johnson<sup>100</sup> :

*"...A utilização do termo mercado no ensino superior implica muitas vezes, embora nem sempre o declare, as hipóteses adicionais de mercados perfeitamente competitivos e, nessas condições, a distribuição de bens e de serviços terá supostamente uma eficiência ótima para a sociedade em geral".*

#### **4.4. As falhas dos mercados e dos governos**

Nos últimos anos a ideia de que o Estado estava sobrecarregado por exigências sociais cresceu de popularidade nas arenas políticas, o que levou a pôr em causa o conceito do Estado providência. As políticas neo-liberais e monetaristas recentes consideram cada vez mais que a intervenção e a regulação governamentais são excessivas e a mãe de todos os pecados do Estado providência (ineficiência, gasto excessivo de dinheiro, repartição injusta dos recursos...), sendo o "mercado" a solução para todos estes problemas. Muito mais razoável é reconhecer que tanto o governo como o mercado podem ser ineficientes, como está largamente documentado na literatura especializada.

As falhas do governo estão ligadas ao facto de por vezes o governo e os seus agentes não serem capazes de uma definição e implementação perfeita das políticas públicas devido às ineficiências da democracia representativa e à falta de eficiência das agências públicas na produção e distribuição de bens e serviços<sup>101</sup>. São bem conhecidas as críticas neo-liberais do Estado providência, assentes na ideia de que as agências públicas são ineficientes e produzem uma grande quantidade de desperdícios, originando sobre-produção ou produção insuficiente e levando a que muitas vezes os subsídios acabem nos bolsos de quem não os merece.

---

<sup>99</sup> *ibid*, nota 89.

<sup>100</sup> Leslie, L.L., Johnson, G.P., (1974), The market model and higher education, in *Journal of Higher Education*, **45**, pp. 1-20.

<sup>101</sup> *ibid*, notas 89 e 94.

As falhas do mercado são as insuficiências dos mercados<sup>102</sup> quando confrontados com certos bens e serviços, como é o caso da educação, que produzem externalidades importantes, o que distingue a educação de um bem meramente privado<sup>103</sup>. O conceito de externalidade é usado para comparar os benefícios sociais e os benefícios privados de uma actividade e pode definir-se, tecnicamente, como o benefício recebido pela sociedade para além do benefício privado individual. Como o mercado é uma forma de organizar a troca de bens e serviços com base no preço, os benefícios sociais adicionais (externalidades) tendem a ser ignorados ou minorizados pelos mecanismos de mercado, pelo que este, embora possa aumentar a eficiência global dos sistemas, produz muitas vezes distribuições (de bens e/ou serviços) que, em termos de equidade, são ética e socialmente inaceitáveis.

São também falhas do mercado a sua tendência para construir monopólios que produzem resultados ineficientes, bem como as chamadas “imperfeições de mercado” que produzem comportamentos ineficientes do mercado e abrem o caminho à regulação governamental<sup>104</sup>:

*“Este é o caso quando os preços não reflectem a escassez relativa, quando a informação sobre bens e condições de mercado é insuficiente ou está desigualmente disponível para os consumidores e/ou produtores, ou quando os produtores não conseguem responder às informações do mercado devido à mobilidade limitada dos factores de produção.”*

David Dill<sup>105</sup> refere, ainda, refere as “falhas de mercado” devido a informação insuficiente:

*“...mesmo que fosse fixado um preço para os cursos em termos de propinas, os alunos não teriam informação suficiente sobre a qualidade das instituições ou dos seus programas para fazerem escolhas discriminatórias”*

*“...a informação relevante para permitir aos alunos uma escolha eficaz não é a avaliação por pares dos processos de ensino, nem os juízos subjectivos sobre a qualidade de um curso, mas sim as medidas objectivas do valor acrescentado de um determinado curso.”*

o que deve ser conjugado com o que ele designa por problema dos consumidores imaturos<sup>106</sup>, o que constitui:

---

<sup>102</sup> *ibid*, nota 94.

<sup>103</sup> Thys-Clément, F., (1995), The crisis of university funding, in “*CRE-action*”, 106.

<sup>104</sup> *ibid*, nota 94.

<sup>105</sup> *ibid*, nota 89.

<sup>106</sup> Nem sempre os alunos tem um comportamento “maduro” em termos de mercado, baseando muitas vezes a sua opção de curso em critérios que nada tem a ver com as realidades do mercado: escolha por

*“...uma justificação para a distribuição de cursos com base na implementação de quasi-mercados em vez de mercados orientados para o consumidor. Uma agência do governo central pode actuar como representante principal dos interesses dos consumidores, fazendo contratos com os fornecedores em nome daqueles.”<sup>107</sup>*

#### **4.5. Supervisão estatal e hibridismo.**

O modelo de regulação pelo mercado está no extremo oposto do modelo de controlo centralizado pelo Estado. Em teoria, é possível conceber uma situação em que as instituições adquirem autonomia total (pedagógica, financeira, patrimonial, estatutária,...), enquanto o governo se abstém de qualquer coordenação do sistema de ensino superior (quer como regulador legal quer como fornecedor de recursos) deixando a regulação do sistema completamente nas mãos do mercado.

Porém, até nos EUA, onde o mercado desempenha um papel relevante, existe regulação estatal a qual, curiosamente, parece estar a aumentar, pelo menos em alguns estados<sup>108</sup>:

*“...mesmo se nos US as pressões neste sentido são ainda modestas quando comparadas com o UK e outras nações europeias, as universidades e os colégios públicos em alguns estados americanos enfrentam pedidos estaduais de mais evidência, de preferência quantitativa, sobre a sua eficiência e a sua eficácia.”*

Por outro lado, o facto de as externalidades geradas pelo ensino serem tão relevantes para a sociedade servir *per se* para justificar que os governos assumam ter legitimidade para tornar o ensino obrigatório até uma dada idade<sup>109</sup>, associado à ideia geralmente aceite de que a privatização total da educação não maximizará o bem estar social<sup>110</sup> levaram os governos europeus a assumir uma postura bem mais cautelosa, mesmo quando uma retórica de mercado era a imagem de marca das políticas governamentais como, por exemplo, no Reino Unido<sup>111</sup>:

---

pressões familiares, pelo tipo de vida social na cidade onde prosseguem os estudos, por influência de amigos, pelo desejo de ficarem em casa dos pais ou de se afastarem...

<sup>107</sup> *ibid*, nota 89.

<sup>108</sup> Trow, M., (1996), Trust, Markets and Accountability in Higher Education: a Comparative Perspective, in *Higher Education Policy*, 9, (4), pp. 309-324.

<sup>109</sup> *ibid*, nota 103.

<sup>110</sup> • *ibid*, nota 89.

• Rivlin, A.M., (1992), “*Reviving the American Dream: The Economy, the States, and the Federal Government*”, Washington, D.C., The Brookings Institution.

• Thorow, L.C., (1996), “*The Future of Capitalism: How Today’s Economic Forces Shape Tomorrow’s World*”, New York, Morrow.

<sup>111</sup> *ibid*, nota 108.

*“...o governo no UK usa a retórica do mercado em ligação com o ensino superior, mas como o governo controla o preço que as universidades podem levar pelos seus serviços, bem como a quantidade e tipo de serviços que podem vender, as universidades não operam num mercado mas sim no que podemos chamar uma economia comandada”.*<sup>112</sup>

É curioso observar que o Banco Mundial no relatório dos peritos sobre o recente empréstimo concedido à Hungria para a promoção do seu sistema de ensino superior também considera que os problemas deste país não serão resolvidos por uma privatização do sistema de ensino, embora considere importante a existência de uma componente privada, desde que não subsidiada pelo Governo.

Na Europa Ocidental, onde o Estado é o maior fornecedor de recursos - e, em última análise, a autonomia institucional depende do financiamento - o “mercado” aparece de forma mais evidente como uma construção retórica e uma mediação ideológica<sup>113</sup>:

*“... na maioria das instituições americanas pode encontrar-se um elemento de ligação ao mercado, embora escondido e obscurecido por outras ligações. Os mercados são ainda um factor relativamente menor na Europa, que não oferece de todo um mercado para o ensino superior, e cujos governos de certo modo não gostam da ideia de um mercado para o ensino superior nem dos seus efeitos potenciais sobre a qualidade e o prestígio.”*

e Neave<sup>114</sup> afirma que foram mais as razões pragmáticas do que a ideologia que forçaram o mercado até ao centro da regulação política: *“...primeiro veio a acção, depois vieram a justificação ideológica e a elaboração de uma ideologia”* mas, apesar desse aspecto *“a posteriori”*, ele sublinha o papel de legitimação ou de mediação do “mercado”:

*“... a descoberta do “mercado” pela Europa como a força condutora para o ensino superior não foi determinada nem pelo exemplo do US - embora tenha servido muito bem em termos de justificação bem*

---

<sup>112</sup> David Dill parece ter chegado à mesma conclusão: *“...as primeiras lições da desregulação no ensino superior reflectem a experiência dos mercados comerciais tais como a indústria da aviação. Ou seja, a desregulação pelo governo numa dimensão pode criar a necessidade de regular mais rigorosamente noutra dimensão. Por exemplo, em países como o US e o UK (Dill, ibid, nota 89), a devolução ao nível institucional da autoridade sobre as finanças ou sobre a aprovação dos programas de ensino tem sido acompanhada por novos regulamentos sobre a prestação de contas e a qualidade académica.*

<sup>113</sup> *ibid*, nota 108.

<sup>114</sup> Neave, G., (1995), “The Stirring of the Prince and the Silence of the Lambs: The Changing Assumptions Beneath Higher Education Policy, Reform and Society”, in Dill, D. and Sporn, B. (eds.), *Emerging Patterns of Social Demand and University Reform: Through a Glass Darkly*, Oxford, Pergamon Press.

*como na escatologia vital de um êxito prometido - nem em primeira instância pela virtude do mercado como alternativa ideológica à regulação detalhada pelo Estado...” (ibid).*

O “mercado” parece desempenhar um papel mediador entre uma instância mítica de coordenação - como se um *mercado puro* existisse - e a necessidade política de guiar os sistemas. Por outro lado, como os governos apenas usam mecanismos de mercado ou tipo-mercado para a regulação, sem permitirem a emergência de um “verdadeiro mercado”, pode ser injusto considerar como “falhas do mercado” algumas das deficiências dos sistemas de ensino superior que deviam, bem pelo contrário, ser consideradas como “falhas do governo”.

Assim, se por um lado foi dada autonomia às instituições, por outro lado o Estado não se retirou em favor do mercado. Pelo contrário, o governo ainda tem uma mão firme na regulação do sistema, o que leva a uma situação já referida<sup>115</sup> como uma intrigante cabeça de Janus (a cabeça de duas faces): *“o que se vê é um “estranho híbrido” resultante da fusão da estratégia de auto-regulação com ingredientes de planeamento racional e o modelo de controlo pelo Estado”*.

Existe, ainda, uma segunda forma de hibridismo na medida em que os governos têm vindo a substituir as formas tradicionais de regulação por mecanismos de mercado como instrumentos de política pública, procurando incentivar a competição entre instituições na procura de soluções mais eficazes e, certamente, mais económicas. van Vught<sup>116</sup>, ao referir-se a esta política (usada pelo governo holandês), toma a atitude positiva de considerar esta estratégia como um meio de evitar ao mesmo tempo as falhas do mercado e do governo. Pelo contrário, David Dill<sup>117</sup> levanta a:

*“...questão tradicional de saber se os compradores governamentais monopsonísticos actuarão na defesa dos interesses dos consumidores na administração do sistema de preços do ensino e da investigação, ou se prosseguirão as suas próprias prioridades, reproduzindo essencialmente os bem conhecidos males do planeamento educativo centralizado.”*

A teoria política em que o modelo se baseia assume que a coordenação do sistema deve ser liderada pelas regras do mercado ou por leis tipo mercado, ao contrário da regulação pela administração central ou pela oligarquia académica - para que seja mais eficaz, inovadora e sensível às demandas da sociedade. Cremos que este modelo híbrido se irá manter por um período

---

<sup>115</sup> Maassen, P., van Vught, F., (1988), An Intriguing Janus-Head: The two faces of the new government strategy towards higher education in the Netherlands, in *European Journal of Education*, 23, (1/2), pp. 65-77.

<sup>116</sup> *ibid*, nota 89.

<sup>117</sup> *ibid*, nota 108.

considerável e que, apesar de toda a retórica de mercado e de eventuais oscilações a favor ou contra a sua intervenção como regulador dos sistemas de ensino superior, pelo menos na Europa Ocidental o Estado manterá a sua posição como regulador principal.

## Capítulo V

### Formas de regulação e diversidade Alguns exemplos

#### 5.1. Regulação estatal e diversidade.

De um modo geral considera-se que a regulação pelo Governo é contrária à diversificação dos sistemas de ensino; veremos nas conclusões que nem sempre isso acontece.

É evidente que quando o Governo estabelece critérios detalhados para a aprovação de novas instituições de ensino, ou normas detalhadas para a aprovação ou acreditação de cursos introduz, em geral, mecanismos que tendem a uniformizar a oferta de ensino do sistema, mesmo numa fase em que já não se aplica o princípio da homogeneidade legal. A actuação de organismos como o CUN (Consejo Universitario Nacional) em Espanha, a Agência de Acreditação Húngara ou a utilização das famosas *tabele*<sup>117</sup> em Itália são contrárias à inovação e promovem a diminuição da diversidade programática.

Também os sistemas de avaliação podem contribuir de modo significativo para a homogeneização dos sistemas por imporem normas e padrões de qualidade bem definidos e uniformes. As instituições que podem ser penalizadas por uma avaliação negativa defendem-se adaptando o seu comportamento e a sua oferta na procura de caírem nas boas graças das agências de avaliação. E, quantas vezes os peritos actuam de forma incorrecta ao assumirem que o seu modelo ou o modelo da sua instituição eram o “padrão de qualidade” pelo qual se deviam moldar os das outras instituições!

As ordens profissionais podem, igualmente, contribuir para a perda de diversidade se assumirem atitudes corporativas e, tendo poder delegado pelo Estado para acreditar as formações, podem impor critérios rígidos ao tipo de formação oferecido pelas instituições de ensino superior.

No caso da União Europeia os organismos supranacionais podem também contribuir para a perda de diversidade entre os sistemas dos Estados membros; bastará recordar a propósito a declaração da Sorbonne e a mais recente declaração de Bolonha. Segundo Neave<sup>118</sup>:

*“... apesar de todas as negações frenéticas dos administradores de Bruxelas, o que se chama eufemisticamente ‘dimensão europeia’ é*

---

<sup>117</sup> As *tabele* eram essencialmente um conjunto de tabelas ou regras, definidas centralmente, que espartilhavam os planos de estudo dos cursos das universidades italianas e que foram abandonadas há bem pouco tempo na sequência das reformas do sistema de ensino superior.

<sup>118</sup> *ibid*, nota 6.



*um factor a ter em conta, mesmo se por agora não é totalmente claro como terá efeito sobre a questão da convergência versus divergência.”*

Face a estas incertezas, o mercado e a sua mão invisível apareceram como o verdadeiro milagre capaz de resolver a questão da diversidade com base no princípio de que as forças do mercado forçarão as instituições a diversificar-se na procura de nichos de mercado que garantam a sua sobrevivência. Por exemplo, Geiger<sup>119</sup> formula a seguinte hipótese:

*“...quando os recursos são escassos, o mercado é uma força muito mais poderosa para a diversificação das instituições de ensino superior e das suas funções do que o controlo e as políticas centralizadas...”*

e enquanto o relatório australiano Hilmer<sup>120</sup> tece loas à competição como um bem inquestionável:

*“A comissão está convencida de que o desejo geral de permitir a competição...[está] tão bem estabelecido que aqueles que pretenderem restringir ou inibir a competição devem ter o ónus de demonstrar que isso é justificável pelo interesse público...”*

a Ministra da Educação do governo da coligação liberal eleita em Março de 1996, Hon. Amanda Vanstone declarou:

*“Bem, eu penso que é muito claro que a intervenção/regulação e o controlo, tanto do Estado como da Commonwealth, estão a abafar as universidades e, se esta diminuir, a sua diversidade aparecerá e crescerá...”*

ou seja, na Austrália, a política governamental assumiu declaradamente que a desregulação do sistema e a intervenção do mercado seriam eficazes na promoção da diversidade. Segundo o relatório Hilmer a competição segundo as regras do mercado teria o efeito miraculoso de aumentar a responsividade institucional, a flexibilidade e a inovação, bem como a diversidade dos produtos, de aumentar a eficiência, a qualidade e a responsividade para com os alunos, a indústria e os objectivos nacionais. Mas será que isto aconteceu<sup>121</sup>?

---

<sup>119</sup> Geiger, R., (1996), Diversification in U.S. Higher Education: Historical Patterns and Current Trends, in Meek, V.L., et al, (eds.), “*The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education*”, pp. 188-203, Oxford, Pergamon.

<sup>120</sup> Hilmer, F., Chair of Committee 1993, *National Competition Policy: Report by the independent committee of enquiry*, Canberra, AGPS.

<sup>121</sup> Veja-se, no primeiro capítulo, a evolução do sistema de ensino superior australiano, primeiro unificado para depois ser diversificado.

## 5.2. Mercados, contestabilidade e bens posicionais.

Define-se *contestabilidade* de um mercado como a capacidade de novos produtores entrarem nesse mercado, criando produtos novos e diversos e exercendo pressão sobre os produtores institucionais já estabelecidos, os quais serão forçados a reagir para assegurar a sua quota de mercado, ou mesmo a sobrevivência. Quando o governo australiano unificou o sistema binário pode dizer-se que lançou no mercado 18 instituições universitárias novas (por fusões e promoção de CAEs) na crença de que iriam competir com as antigas instituições, produzindo um efeito benéfico sobre as antigas universidades (consideradas demasiado acomodadas) e sobre todo o sistema em geral.

Porém, o governo ignorou o *carácter posicional* dos sistemas e das instituições de ensino<sup>122</sup> e os seus reflexos na eficácia do mercado como instrumento de regulação. Bens posicionais são bens de posição social que tendem a ser monopolizados pelos grupos sociais em melhor posição para competir<sup>123</sup>:

*“...Por outras palavras, o ensino fornece bens posicionais, os lugares no ensino dão aos alunos uma vantagem relativa na competição por empregos, remunerações, estatuto social e prestígio. ... Lugares em escolas de elite e faculdades universitárias muito procuradas são a forma mais desejada de bem posicional porque estão associados a uma alta probabilidade de êxito numa carreira. Muitos outros lugares na educação oferecem vantagens competitivas mais modestas.*

*...A competição posicional não tem a ver com o conteúdo intrínseco da educação mas com o seu valor simbólico. Num mercado educacional competitivo a qualidade é definida de modo subjectivo.*

*...a quallidade da educação está associada às instituições de elite, à presença do arenito e da hera<sup>124</sup> e não com os níveis de literacia ou com a avaliação do ensino pelos alunos.”*

Os bens posicionais têm duas características importantes. A primeira é o facto de serem não só um *bem escasso*, mas um *bem escasso em sentido absoluto*. A segunda reside no facto de a educação não ser apenas uma competição entre fornecedores institucionais mas, também, uma competição entre alunos consumidores. A primeira característica tem a ver com o facto de o aumento

---

<sup>122</sup> Hirsch, F., (1976), “*Social Limits to Growth*”, Cambridge, Harvard University Press.  
Marginson, S., (1997), “*Markets in Education*”, Sydney, Allen and Unwin.

<sup>123</sup> Marginson, S., (1998), Competition and Diversity in the Reformed Australian Higher Education System, in Meek, L.V. e Wood, F.Q., (eds.), “*Managing Higher Education Diversity in a Climate of Public Sector Reform*”, pp. 81-96, Canberra, Department of Employment, Education, Training and Youth Affairs.

<sup>124</sup> Referência às “sandstone universities” da Austrália e à Ivy League americana constituídas pelas universidades nacionais de maior prestígio.

dos lugares que permitem oportunidades muito altas diminuir o seu valor - o valor de uma licenciatura em Medicina, por exemplo, diminuirá se o número de licenciados aumentar de forma significativa. A segunda característica aponta para o facto de serem muito mais as instituições de elite a fazer a escolha dos alunos do que o contrário - os bens de alto valor posicional são vendidos num mercado de vendedores! E aqui também as longas listas de alunos que em Portugal competem por um lugar numa Faculdade de Medicina ilustram bem este facto.

Mais interessante é, porventura, o facto de a teoria dos bens posicionais sugerir que um aumento da competitividade enfraquece a extensão em que os produtores fortes são contestados. Veja-se, a título de exemplo, o que aconteceu em Portugal nos últimos anos: a diminuição do número de candidatos ao ensino superior veio aumentar a competição por novos alunos, com o resultado de ficar demonstrado que algumas instituições e cursos não têm dificuldades de recrutamento (as instituições mais antigas, de maior prestígio e os cursos mais procurados) ao passo que as instituições mais fracas deixaram a claro a sua debilidade. É evidente que nos próximos concursos o prestígio e a posição das primeiras instituições serão reforçados, ao passo que crescerá a desconfiança nas segundas instituições e diminuirá o seu valor de mercado.

Como sugere Marginson<sup>125</sup>:

*“À medida que a competitividade aumenta o mercado de vendedores é reforçado. As escolas e as faculdades que são líderes não querem expandir-se e não precisam de se tornar mais eficientes ou mais responsivas a diversas demandas para ganhar apoios. As listas de espera aumentam. O excesso da procura dos bens posicionais de alto valor aumenta, mas o segmento de topo do mercado não é contestável. A barreira não é tanto económica como sócio-cultural. Universidades novas podem clamar serem produtores de elite mas falharão. No ensino superior as instituições de elite são suportadas por um longo e lento investimento social, reputação e autoridade cultural; não há lugar para o crescimento do tamanho da elite excepto a muito longo prazo; e uma vez estabelecidas as instituições de elite não são facilmente deslocadas.”*

Em Portugal, o comportamento das escolas de medicina que durante mais de duas décadas restringiram fortemente o ingresso de novos alunos ilustra bem alguns destes aspectos. Mas Marginson continua referindo que as instituições de elite são relativamente imunes ao mercado, ocupando um segmento superior onde a lei da oferta e da procura não funciona, ao passo que

---

<sup>125</sup> *ibid*, nota123.

o mercado só actua como seria de esperar nos segmentos mais baixos, de menor prestígio:

*“As instituições com dificuldade em preencher os seus lugares são contestáveis e competem com base na eficiência e na satisfação do consumidor, gastando muito mais em marketing do que as instituições de sucesso. Mas as instituições mais fracas do mercado são continuamente minadas pela fuga dos alunos para as instituições de maior prestígio, ao passo que as melhorias do ensino e da aprendizagem não obtêm o reconhecimento merecido devido à falta de estatuto social destas instituições.”*

Verifica-se, portanto, que no caso de bens posicionais como a educação a mão invisível do mercado não produz os efeitos desejados. As instituições mais novas não conseguem competir com as instituições já estabelecidas e os valores simbólicos impedem que as instituições de elite sejam contestadas. O mercado, em vez de criar um sistema mais diversificado, cria um sistema estratificado, com um segmento superior não contestado e um segmento inferior onde existe competição, mas onde as dificuldades de sobrevivência são grandes. Existe, ainda, um segmento intermédio que luta por fixar o seu lugar no mercado e aproximar-se das posições de elite. Porém, as barreiras entre segmentos são muito fortes e não existe um mercado aberto com movimento livre nos sentidos ascendente ou descendente.

Cabe aqui um outro comentário. No Capítulo II referimos que as teorias neo-institucionais explicam que as instituições (de elite) com um conjunto muito forte de normas e valores académicos oferecem grandes resistências à mudança; o facto de a educação ser um bem posicional permite uma explicação adicional, uma vez que essas mesmas instituições são, igualmente, bastante imunes às pressões do mercado.

### 5.3. Algumas lições.

Quer a Austrália quer o Reino Unido são países que abandonaram um sistema binário em favor de um sistema unificado e introduziram formas de competição interinstitucional tipo mercado, no sentido de produzir um sistema de ensino superior mais diversificado. O facto de o mercado de educação não ser perfeitamente contestável e de a educação ser um bem posicional explicam o falhanço dessas políticas.

Segundo Meek<sup>126</sup> a evidência australiana mostra que a competição num ambiente tipo mercado conduz à estratificação do sistema com emulação das universidades de investigação (as de maior prestígio) pelas outras instituições, em vez de produzir diversidade ao nível institucional. O que acontece é que as instituições de menor prestígio, em vez de procurarem uma solução diversificada, tendem a imitar as instituições de êxito na procura de recompensas quer financeiras quer sob a forma de prestígio acrescido.

Também Shattock<sup>127</sup>, a propósito da situação similar do Reino Unido, afirma que:

*“...a tentativa de usar um mercado interno competitivo num período de crescimento rápido para dar às universidades maior liberdade para criarem missões mais individualizadas não teve êxito. O predomínio do impacto cultural do exercício de avaliação da investigação que ligou a qualidade da investigação a um melhor financiamento desencorajou a emergência de modelos alternativos neste período de rigores financeiros...”*

Oliver Fulton<sup>128</sup> afirma no mesmo sentido que:

*“Para o público...os vários indicadores de estatuto social apontam todos numa mesma direcção, para uma estrutura hierarquizada de valores que permite pouca ou nenhuma diversidade de funções ou de processos.”*

bem como Warnock<sup>129</sup>:

*“O pior perigo, porém, é o de que a ordem de colocação das universidades possa ser formalizada, com uma linha divisória*

---

<sup>126</sup> Meek, V.L., (2000), Editorial, pp. 1-4, in *Higher Education Policy*, **13**, (1).

<sup>127</sup> Schattock, M., (1996), The creation of the British university system, in Schattock, M., (ed), *“The creation of a university system”*, pp. 1-27, London, Blackwell.

<sup>128</sup> Fulton, O., (1996), Differentiation and Diversity in a Newly Unitary System: The case of the U.K., in Meek, V.L., et al, (eds.), *“The Mockers and Mocked: Comparative Perspectives on Differentiation, Convergence and Diversity in Higher Education”*, pp. 163-187, Oxford, Pergamon.

<sup>129</sup> Warnock, (Baroness) Mary, (1996), What a Waste, in *Times Higher Education Supplement*, 18 de Outubro, pp. 18-19.

*entre as instituições de ensino e as de investigação. Isto seria extremamente prejudicial não só para as universidades tradicionais, onde a coexistência do ensino e da investigação faz parte do seu conceito de excelência, mas também para os ex-politécnicos que têm seriedade.”*

Quer na Austrália quer no Reino Unido, as instituições do subsistema considerado de nível inferior (CAEs na Austrália, Politécnicos no Reino Unido) ganharam aparentemente a guerra de obter um estatuto formal idêntico ao das Universidades, apenas para ao fim de pouco tempo se encontrarem numa situação de menor prestígio do que anteriormente, com a desvantagem de terem perdido muitas das suas características que faziam a diferença dentro do sistema, sem qualquer vantagem global em termos de aumento de qualidade.

Os exercícios de avaliação das instituições de ensino superior na Austrália levam a resultados crueis para as novas instituições. Bastam alguns dados para definir a situação. Em 1992 as universidades criadas de novo depois da reforma do Ministro Dawkins (50% do número total) receberam apenas 10% da totalidade das verbas para investigação provenientes do Australian Research Council. Em 1993, cinco universidades tradicionais (Australian National, NewSouth Wales, Melbourne, Sydney e Queensland) de um total de 36 representavam 48% das actividades de investigação. No exercício de avaliação de 1994 as universidades novas ocuparam todos os lugares do fim da tabela. E as reformas orçamentais de 1996 que reforçaram o papel do mercado vieram igualmente reforçar a posição das universidades de maior prestígio, ao mesmo tempo que as novas universidades viram a sua situação deteriorar-se.

Um panorama idêntico pode observar-se no Reino Unido, onde as avaliações, tanto da investigação como do ensino, têm sempre colocado as universidades tradicionais de elite nos primeiros lugares, sendo a cauda do pelotão ocupada invariavelmente pelos politécnicos recentemente promovidos a universidades<sup>130</sup>.

Concluiremos este parágrafo com uma afirmação cautelosa de Meek *et al*<sup>131</sup>:

*“Enquanto muitos governos se inclinam para a auto-regulação e tentam criar mais competição tipo-mercado entre as instituições de ensino superior, não parece haver nenhuma relação linear entre competição de mercado e diversidade.”*

---

<sup>130</sup> Num comentário cheio de ironia Guy Neave considera a ascensão dos politécnicos ingleses a universidades como o equivalente do princípio de Montgolfier aplicado ao ensino superior: “The principle was discovered by the brothers de Montgolfier-Joseph (1740-1810) and Etienne (1745-99). It involved the rapid ascent of a fragile body impelled upwards by a column of superheated air.”

<sup>131</sup> *ibid*, nota 7.

#### 5.4. Que políticas de ensino superior parecem beneficiar a diversidade?

Como recomendações de carácter geral podemos recordar as duas proposições de van Vught nas páginas 13 e 17 deste trabalho, bem como a hipótese de Meek *et al*<sup>132</sup>:

*“Quanto mais unitário for o ambiente em que a competição tem lugar tanto mais será provável que as normas e valores académicos dominantes se tornem mais dispersos em todo o sistema.”*

Portanto, tudo indica que a existência de um sistema binário formalizado é mais favorável do ponto de vista de diversidade do sistema de ensino, do que um sistema unificado. Repare-se, a propósito, no comentário de Nybom<sup>133</sup>:

*“Numa situação de ensino superior massificado, a sua estrutura unitária só pode manter-se à custa de uma diminuição da qualidade e dum aumento das disfunções. Se o objectivo é expandir o ensino superior, sem perda de qualidade, para incluir mais do que 30% de cada coorte anual então é preciso tomar consciência de que, na prática, também se decidiu diferenciar o ensino superior.”*

Porém, a manutenção de um sistema binário estável exige uma regulação forte por parte do Estado e não a transferência da regulação para o mercado. Segundo Peter Karmel<sup>134</sup> é fundamental que as missões e objectivos dos sub-sistemas sejam bem definidas e separadas (independentemente de cada sub-sistema ser tratado com a mesma dignidade) e é necessário que o Governo tenha a coragem de tomar as decisões políticas, necessariamente difíceis e porventura pouco populares, para marcar as distinções necessárias à manutenção da diversidade sistémica<sup>135</sup>.

Mas Peter Karmel<sup>136</sup> vai mais longe ao admitir que os Governos nem sempre conseguem ser reguladores fortes, estando sujeitos a inúmeras pressões, nomeadamente nos períodos eleitorais, pelo que nem sempre têm a coragem ou

---

<sup>132</sup> *ibid*, nota 7.

<sup>133</sup> Nybom, T., (1996), The future relations between research and higher education, artigo apresentado na 13ª General Conference of IHME Member Institutions, “*Setting new priorities for higher education management*”, Paris, 2-4 de Setembro.

<sup>134</sup> Karmel, P., (1998), Funding Mechanisms, Institutional Autonomy and Diversity, in Meek, L.V. e Wood, F.Q., (eds.), “*Managing Higher Education Diversity in a Climate of Public Sector Reform*”, pp. 45-65, Canberra, Department of Employment, Education, Training and Youth Affairs.

<sup>135</sup> Este é, aparentemente, o caso do Canadá, em que o ensino superior (sistema binário) depende de cada uma das províncias da federação e onde as instituições de cada sub-sistema têm um papel bem definido e o regime legal e fundacional das instituições é, também, claramente distinto, o que permite manter o sistema binário estável, sem manifestações visíveis de “academic drift”.

<sup>136</sup> *ibid*, nota 134.

a força necessária para manter de forma clara a separação dos sub-sistemas. Na sua opinião é muito mais eficaz a situação em que a influência do governo é mediada por organizações tipo tampão e quando a distinção entre os sub-sistemas é mantida por mecanismos de coordenação administrados por estes organismos. É por isso interessante a recente sugestão de criar um organismo regulador independente, apresentada na proposta de Lei Quadro da organização do sistema do ensino superior em Portugal.

Em conclusão, o Estado tem um papel regulador imprescindível na diversificação dos sistemas de ensino, desde que não caia no pecado da regulamentação excessiva e, mesmo nos Estados Unidos, existe abundante regulação estatal. O mercado, por si só, não parece produzir os resultados desejados, quer pelas características particulares da educação, quer porque os Governos nunca criaram minimamente um verdadeiro mercado para o sector.



## Capítulo VI

### Diversificação e diversidade no sistema de ensino superior de Portugal

#### 6.1. O desenvolvimento do ensino politécnico

À partida o sistema de ensino superior português contém elementos que apontam para um grau elevado de diversidade uma vez que o sistema, para além de ser binário, inclui instituições públicas e privadas e, além disso, algumas escolas independentes.

Tal como em diversos outros países Europeus, também Portugal optou por um sistema de ensino superior binário, com Universidades e Institutos Superiores Politécnicos, podendo defender-se que os esforços para criar uma segunda rede de ensino superior em Portugal (ensino superior de nível médio) datam de 1973. De facto, foi neste ano que se deram os primeiros passos neste sentido com a integração das instituições de nível médio já existentes (Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa, Porto e Coimbra), e a criação das Escolas Normais Superiores que substituíram as antigas Escolas do Magistério Primário, bem como de alguns Institutos Politécnicos. Porém, depois da Revolução de 1974, a criação das Escolas Normais Superiores foi suspensa enquanto que os dois Institutos Politécnicos já criados (Covilhã e Vila-Real) foram transformados em Institutos Universitários e as antigas instituições de nível médio foram promovidas, respectivamente, a Institutos Superiores de Engenharia e a Institutos Superiores de Contabilidade e Administração

De acordo com um relatório recente<sup>137</sup>, de 1977 a 1981 verificou-se uma política mais consistente de criação da rede de ensino superior Politécnico, bem como uma clarificação estratégica dos princípios definidores dos seus objectivos próprios, nomeadamente uma ligação mais estreita à situação económica e industrial do país. O decreto que iniciou este processo afirma inequivocamente as suas intenções: a educação e a produção devem aproximar-se, e o incentivo para a produção de técnicos capazes de actuar a nível intermédio nas organizações industriais, de serviços e de educação (primeiro ciclo do ensino básico) será a ferramenta estratégica para conseguir essa aproximação. Contudo, esta decisão política não foi baseada em nenhuma análise prospectiva credível da demanda global e sectorial resultante da dinâmica de desenvolvimento da economia portuguesa. Pelo contrário, baseou-se numa acumulação de crenças difusas, mais ou menos assentes em contextos históricos e educativos anteriores, bem como num número de intuições prospectivas sobre

---

<sup>137</sup> Projecto TSER/HEINE, Relatório nacional de Portugal.

o efeito previsível da saída dos recursos humanos qualificados ao nível do Politécnico sobre a economia. Estas crenças e intuições podem sumariar-se da seguinte forma:

- um sentimento de perda associado à extinção das Escolas Técnicas Secundárias e da educação de nível médio como consequência de diversas alterações do sistema de ensino depois da Revolução de 1974;
- a convicção de que o ensino Politécnico era indispensável para o desenvolvimento económico e para permitir que a sociedade Portuguesa reconstruísse ou consolidasse estruturas intermédias de gestão e/ou de actividade em organizações industriais e de serviços;
- o empolamento das vantagens dos recursos humanos com um treino especializado de banda estreita, sobre o ensino de banda mais larga, da responsabilidade das Universidades;
- uma desconfiança clara sobre a capacidade das Universidades, tanto as clássicas como as mais novas, serem capazes de organizar programas de estudo mais vocacionais dirigidos a nichos especializados do mercado de trabalho;
- a ideia de que a “regionalização” de uma rede intermédia de ensino superior seria um instrumento poderoso do desenvolvimento económico e social local;
- a democratização do ensino superior por oferta de uma resposta local às expectativas em relação ao ensino superior dos alunos das Escolas Secundárias técnico-profissionais.

Esta lista torna evidente que o principal argumento para a decisão política de criar um sub-sistema Politécnico foi a ideia de que o tecido industrial português tinha grande necessidade de mão-de-obra de nível intermédio, capaz de trabalho mais concreto e prático, não de uma mão-de-obra mais qualificada, mais apta para actividades de concepção ou de gestão de topo que as Universidades já produziam, talvez em excesso.

Assim, o Decreto nº 513-I/79 afirma que o ensino superior Politécnico é concebido para um ensino com uma maior ênfase aplicada e técnica e uma forte orientação vocacional. O princípio operacional por trás da organização curricular tem um elemento de eficiência, na medida em que procura “casar” a educação com a estrutura sócio-económica com a qual aquele subsistema deve ser sincronizado. Porém, não foi feita qualquer distinção entre o que pode ser considerado como o carácter técnico e aplicado da educação e o seu carácter vocacional, o que pode ser a razão para alguma falta de definição que ainda se nota nos objectivos dos Politécnicos. Na verdade, a equivalência dos dois conceitos não é evidente. Se o último significa uma “orientação para o mercado de trabalho”, isto não implica uma equivalência automática com um perfil técnico de banda estreita para a formação inicial que pode já não ser adequada

face às características em alteração constante do nicho de mercado para que foi preparado.

A diversificação e a regionalização do ensino superior foi outro argumento político forte a favor do desenvolvimento da rede do Politécnico. Hipoteticamente esta rede deveria permitir, por exemplo:

- maior igualdade no acesso ao ensino superior;
- uma resposta às pressões demográficas resultantes do aumento da escolaridade obrigatória;
- um maior recrutamento dos alunos do ensino secundário vocacional;
- mecanismos de preferência regional pela criação de lugares para alunos naturais da área de influência de cada instituição (com base nos distritos administrativos).

Por último, havia um argumento associado à possibilidade de os Politécnicos se dedicarem a campos não tradicionais de investigação. As expectativas eram de que os Institutos Politécnicos pudessem desenvolver actividades específicas de investigação aplicada e desenvolvimento experimental nas áreas da tecnologia, dos serviços e da educação, tendo em conta, designadamente, a procura regional.

Como conclusão, pode dizer-se que os princípios em que se baseou a criação dos Politécnicos correspondem, aparentemente, à visão míope de uma adaptação simplista de um subsistema de ensino superior a um ambiente particular de desenvolvimento económico e de qualificação de recursos humanos. A organização curricular integra conteúdos de aprendizagem mais curtos e mais vocacionais que correspondem, em princípio, a necessidades previsíveis de nichos específicos do mercado de trabalho local ou regional. Porém, o que aconteceu foi que o desenvolvimento da organização curricular foi mais influenciada pelas percepções institucionais das necessidades exteriores do que o contrário. De facto, a procura de um equilíbrio entre as propostas institucionais e as reacções do ambiente industrial, social e educativo exterior foi baseada na interpretação institucional de informação externa, destinada mais a influenciar ou antecipar a procura, e não na integração das expectativas e das necessidades reais das organizações industriais, de serviços ou educativas.

## **6.2. O desenvolvimento do sector privado.**

O sistema de ensino superior português está massificado, havendo uma taxa de participação da ordem dos 40%. Esta massificação ficou a dever-se, numa parte significativa, à criação de um sector privado de ensino superior. Este sector cresceu, de facto, de modo explosivo e, em 1991, o número de vagas no sector privado ultrapassou, pela primeira vez, o número de vagas no sector

público. Este crescimento muito rápido do sector privado fica a dever-se, em grande parte, à acção do Ministro da Educação, Roberto Carneiro, em particular quando determinou que os exames nacionais de acesso ao ensino superior servissem, apenas, para ordenar os candidatos sem qualquer exigência de uma nota mínima, do que resultou uma duplicação do número de candidatos, o que constituiu um excelente mercado para a iniciativa privada. Partia-se do princípio de que o mercado, por intermédio das instituições privadas de ensino superior, seria capaz de resolver os problemas da procura crescente do ensino superior pela sociedade, dos limites da expansão do sector público devido à situação económica difícil do país e poderia mesmo melhorar a distribuição regional desequilibrada das instituições de ensino superior.

No livro editado por Roberto Carneiro, *“Ensino Livre - uma Fronteira da Hegemonia Estatal”*, verdadeiro documento laudatório das virtudes do ensino privado, fazem-se diversas afirmações que, embora tenham sido assumidas, pelo menos, por parte da sociedade, se verifica não terem fundamento face aos resultados de um estudo recente<sup>138</sup>. Assim, o Professor Sousa Franco, em artigo publicado nesse livro<sup>139</sup>, afirma que :

*“A cobertura regional - e, em muitos casos social - do país entre nós (num país centralizado e excessivamente desequilibrado em benefício do litoral e dos grandes centros) só tem sido satisfatoriamente assegurada pelo ensino privado. (...) O facto parece, pois, confirmar que a descentralização e a cobertura regional das necessidades de ensino podem ser favorecidas pela liberdade de iniciativa escolar.”*

e ainda que:

*“Um sistema com liberdade escolar pode ser - e tem sido em muitos casos - factor relevante de redução das desigualdades regionais no acesso ao sistema escolar, alargando a rede escolar não oficial às regiões e a certos sectores da população que são mais desfavorecidos.”*

e, considerando que *“...o monolitismo e a burocracia dominam em regra os ensinamentos estatais de todo o Mundo”*, atribui ao sector privado do ensino uma grande capacidade para desenvolver a diversidade do sistema e apresenta um conjunto de argumentos em favor da “educação livre” (forma como designa o ensino privado):

---

<sup>138</sup> Amaral, A. e Teixeira, P. (1999), *Previsão do número de alunos e das necessidades de financiamento - Ensino superior de 1995 a 2005*, Porto, Fundação das Universidades Portuguesas.

<sup>139</sup> Sousa Franco (1994), A liberdade de aprender e de ensinar no âmbito das liberdades fundamentais - Fundamentação da liberdade de ensino, in Carneiro, R., (ed.), *“Ensino Livre - Uma Fronteira da Hegemonia Estatal”*, pp. 17-42, Edições Asa, Porto.

- a) as instituições mais autónomas criarão um sistema mais diversificado;
- b) o ensino privado é socialmente menos dispendioso do que o ensino apoiado pelo Estado;
- c) o ensino privado implementará melhor uma distribuição regional das instituições de ensino;
- d) o objectivo da igualdade social será melhor conseguido pelas instituições privadas;
- c) o ensino e a investigação serão melhor adaptadas às necessidades regionais e sectoriais.

A realidade é bem diferente. Por um lado, o sector público contribuiu bem mais do que o privado para a diversificação do sistema<sup>140</sup>. Por outro lado, o estudo referido<sup>141</sup> mostra, claramente, que a presença do ensino privado se concentra no Litoral, sendo praticamente insignificante no resto do país. O ensino público consegue uma distribuição menos heterogénea entre regiões, com destaque para uma presença significativa na Região Centro. Também dentro das próprias regiões o ensino público apresenta uma distribuição menos concentrada. Estes dados contrariam a ideia veiculada de que o sector privado permitiu uma distribuição mais equitativa do acesso ao ensino superior no território nacional; pelo contrário, o ensino privado concentrou-se nas zonas mais afluentes, de maior procura, deixando a descoberto as zonas do interior ou de menor densidade populacional. Veremos com mais detalhe estas questões usando a base de dados que foi contruída com as informações sobre o acesso ao ensino superior nos últimos anos.

### **6.3. A distribuição regional do ensino superior.**

Os resultados que iremos apresentar resultam da utilização de uma base de dados que é descrita e apresentada no Anexo 0. Na Tabela 1 apresentam-se os dados relativos às vagas para acesso ao ensino superior no ano lectivo de 1998/99. Estes dados são apresentados por distrito e, dentro de cada distrito, pelos concelhos onde existem instituições de ensino superior. Em relação aos Açores e à Madeira os dados são apresentados por Região Autónoma e, dentro de cada uma, pelos distritos onde existe ensino superior.

Na Tabela 2 apresentam-se os mesmos dados, agora agregados ao nível do distrito (excepto nos Açores e na Madeira, onde se usa a região autónoma); na Tabela 3, usa-se uma maior integração, ao nível das regiões do continente.

---

<sup>140</sup> Em Portugal, 60% dos alunos do sector privado (incluindo a Universidade Católica) estão concentrados nas áreas das Ciências Sociais e de Comportamento, da Gestão e do Direito, valor que desce para 25% no sector público.

<sup>141</sup> Ver nota 138.

Em termos gerais verifica-se que existe ensino superior público em todos os 18 distritos do Continente e em 3 dos distritos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ao passo que o ensino superior privado surge em apenas 16 distritos do Continente (está ausente em Évora e em Portalegre) e está ausente nos Açores. Ao nível do concelho, quer o ensino público quer o ensino privado só oferecem vagas em 39 e 38 concelhos respectivamente (dos 278 concelhos existentes no Continente).

Uma segunda observação diz respeito às assimetrias regionais de distribuição, uma vez que os distritos de Lisboa e do Porto representam mais de 50% do total do País, sendo as vagas totais do distrito de Lisboa (34,4%) mais do dobro das do Porto (16,0%). Por outro lado, nestes dois distritos, as vagas do sector privado (30,8%) ultrapassam muito claramente as do sector público (19,7%).

As mesmas assimetrias podem registar-se em termos das regiões, uma vez que a Lisboa e Vale do Tejo correspondem 43,7% do total das vagas oferecidas, com 31,3% para a Região Norte, 17,3% para a Região Centro e apenas 7,7% para todo o resto do País, incluindo as regiões autónomas (1,4% apenas).

As Figuras 1 e 2 apresentam, igualmente, a distribuição de vagas (privado, público e total) por distrito e por região e confirmam a impressão obtida das tabelas.

**Tabela 1**  
**Acesso ao ensino superior no ano lectivo 1998/99**  
**Dados por distrito e por concelho**

Distrito	Concelho	Valores Absolutos			Por Milha		
		Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Aveiro	Aveiro	210	1 570	1 780	2.37	17.69	20.05
	Sta.Maria Feira	480	0	480	5.41	0.00	5.41
Beira	Beira	560	927	1 487	6.31	10.44	16.75
Braga	Barcelos	0	140	140	0.00	1.58	1.58
	Braga	300	2 132	2 432	3.38	24.02	27.40
	Fafe	460	0	460	5.18	0.00	5.18
	Guimarães	50	0	50	0.56	0.00	0.56
	V.N.Famalicao	1 045	0	1 045	11.77	0.00	11.77
Bragança	Bragança	415	1 100	1 515	4.67	12.39	17.07
	Macedo Cavaleiros	485	0	485	5.46	0.00	5.46
	Miranda do Douro	0	100	100	0.00	1.13	1.13
	Mirandela	240	100	340	2.70	1.13	3.83
Castelo Branco	Castelo Branco	205	910	1 115	2.31	10.25	12.56
	Covilhã	0	965	965	0.00	10.87	10.87
	Fundão	50	0	50	0.56	0.00	0.56
	Idanha a Nova	0	140	140	0.00	1.58	1.58
Coimbra	Coimbra	910	4 725	5 635	10.25	53.23	63.48
	Figueira da Foz	370	0	370	4.17	0.00	4.17
Évora	Évora	0	1 070	1 070	0.00	12.05	12.05
Faro	Alcozmir	0	805	805	0.00	9.07	9.07
	Faro	0	855	855	0.00	9.63	9.63
	Loulé	365	0	365	4.11	0.00	4.11
	Portimão	210	140	350	2.37	1.58	3.94
Guarda	Guarda	290	869	1 159	3.27	9.79	13.06
	Seja	0	80	80	0.00	0.90	0.90
Leiria	Caldas da Rainha	250	310	560	2.82	3.49	6.31
	Leiria	735	940	1 675	8.28	10.59	18.87
	Marinha Grande	260	0	260	2.93	0.00	2.93
	Peniche	0	50	50	0.00	0.56	0.56
Lisboa	Cascais	86	80	166	0.97	0.90	1.87
	Lisboa	18 873	11 694	30 567	212.60	131.73	344.33
	Loures	415	0	415	4.67	0.00	4.67
	Oeiras	340	100	440	3.83	1.13	4.96
	Torres Vedras	205	0	205	2.31	0.00	2.31
Portalegre	Elvas	0	30	30	0.00	0.34	0.34
	Portalegre	0	567	567	0.00	6.39	6.39
Porto	Maia	1 075	0	1 075	12.11	0.00	12.11
	Matosinhos	200	0	200	2.25	0.00	2.25
	Paredes	390	0	390	4.39	0.00	4.39
	Penafiel	415	0	415	4.67	0.00	4.67
	Porto	8 481	5 755	14 236	95.54	64.83	160.36
	Póvoa de Varzim	0	105	105	0.00	1.18	1.18
	Vila do Conde	0	65	65	0.00	0.73	0.73
	Vila Nova de Gaia	1 920	0	1 920	21.63	0.00	21.63
Santarém	Entroncamento	130	0	130	1.46	0.00	1.46
	Rio Maior	0	120	120	0.00	1.35	1.35
	Samtarem	930	800	1 730	10.48	9.01	19.49
	Tomar	0	505	505	0.00	5.69	5.69
Setúbal	Almada	1 845	0	1 845	20.78	0.00	20.78
	Setúbal	835	1 000	1 835	9.41	11.26	20.67
Viana Castelo	Ponte de Lima	140	170	260	1.58	1.35	2.93
	Viana Castelo	0	620	620	0.00	6.98	6.98
Vila Real	Chaves	35	150	185	0.39	1.69	2.08
	Vila Real	0	1 170	1 170	0.00	13.18	13.18
Viseu	Lamego	0	170	170	0.00	1.35	1.35
	Viseu	1 500	870	2 370	16.90	9.80	26.70
Madeira*	Funchal	170	399	569	1.91	4.49	6.41
Açores*	Ponta Delgada	0	460	460	0.00	5.18	5.18
	Angra do Heroísmo	0	180	180	0.00	2.03	2.03
		45 875	42 898	88 773	516.77	483.23	1000.00

\*Nos Açores e na Madeira a agregação é feita por Região Autónoma e por distrito.

**Tabela 2**  
**Acesso ao ensino superior no ano lectivo 1998/99**  
**Dados por distrito**

Distrito	Valores Absolutos			Por milagem		
	Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Aveiro	600	1 630	2 230	7.77	18.36	26.13
Beja	560	927	1 487	6.31	10.44	16.75
Braga	1 855	2 272	4 127	20.90	25.59	46.49
Bragança	1 140	1 300	2 440	12.84	14.64	27.49
Castelo Branco	255	2 015	2 270	2.87	22.70	25.57
Coimbra	1 280	4 725	6 005	14.42	53.23	67.64
Évora	0	1 070	1 070	0.00	12.05	12.05
Faro	575	1 800	2 375	6.48	20.28	26.75
Guarda	290	949	1 239	3.27	10.69	13.96
Leiria	1 245	1 300	2 545	14.02	14.64	28.67
Lisboa	19 919	11 874	31 793	224.38	133.76	358.14
Portalegre	0	597	597	0.00	6.73	6.73
Porto	12 481	5 925	18 406	140.59	66.74	207.34
Santarém	1 060	1 425	2 485	11.94	16.05	27.99
Setúbal	2 680	1 000	3 680	30.19	11.26	41.45
Viana do Castelo	140	740	880	1.58	8.34	9.91
Vila Real	35	1 320	1 355	0.39	14.87	15.26
Viseu	1 500	990	2 490	16.90	11.15	28.05
Madeira*	170	399	569	1.91	4.49	6.41
Açores*	0	640	640	0.00	7.21	7.21
<b>Totais</b>	<b>45 875</b>	<b>42 898</b>	<b>88 773</b>	<b>516.77</b>	<b>483.23</b>	<b>1000.00</b>

\*Nos Açores e na Madeira a agregação é feita por região autónoma

**Tabela 3**  
**Acesso ao ensino superior no ano lectivo 1998/99**  
**Dados por região**

Região	Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Norte	16 131	11 677	27 808	181.71	131.54	313.25
Centro	4 270	11 129	15 399	48.10	125.36	173.46
Lisboa e V.T.	24 169	14 659	38 828	272.26	165.13	437.39
Alentejo	560	2 594	3 154	6.31	29.22	35.53
Algarve	575	1 800	2 375	6.48	20.28	26.75
Madeira*	170	399	569	1.91	4.49	6.41
Açores*	0	640	640	0.00	7.21	7.21
<b>Totais</b>	<b>45 875</b>	<b>42 898</b>	<b>88 773</b>	<b>516.77</b>	<b>483.23</b>	<b>1000.00</b>

\* Açores e Madeira correspondem aqui às respectivas regiões autónomas



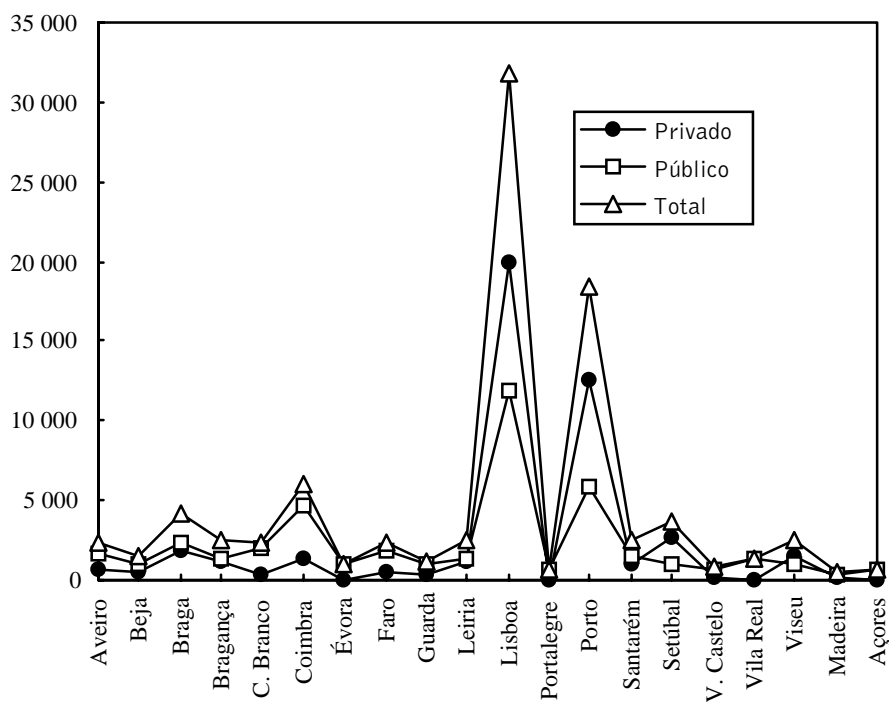


Figura 1 - Distribuição das vagas de acesso por distrito  
Ano lectivo 1998/99

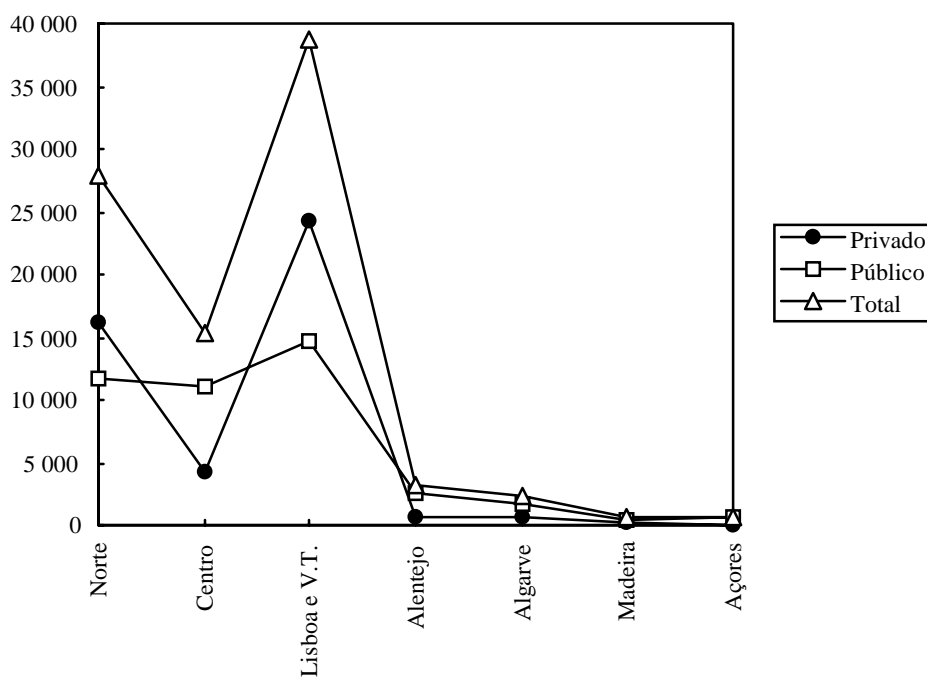


Figura 2 - Distribuição das vagas de acesso por região  
Ano lectivo 1998/99

Igualmente interessante é a análise comparativa das ofertas de ensino pelos sectores privado e público. Torna-se evidente que a hipótese de Sousa Franco<sup>142</sup> sobre a contribuição do sector privado para uma melhor distribuição regional do ensino superior não é verificada na prática, muito pelo contrário, uma vez que a lógica de mercado leva à concentração das instituições privadas nas áreas mais desenvolvidas, com maior densidade populacional, ignorando as regiões do interior, menos desenvolvidas e com uma população mais dispersa. Não admira, portanto, que a grande concentração do privado se dê em Lisboa (e Setúbal) e no Porto, distritos em que a oferta de privado ultrapassa largamente a oferta do sector público. Ao contrário do afirmado por Sousa Franco, o sector público tem uma distribuição muito mais dispersa em todo o país, com uma presença importante na Região Centro, onde o sector privado tem uma presença diminuta. Por exemplo, em relação à oferta total (privado+público), o sector privado em Lisboa e Setúbal representa 25,4% e no Porto representa 14,0% do total do País, enquanto que o sector público corresponde, apenas, a 14,5% e 6,7%, respectivamente. Pelo contrário, na Região Centro, o sector privado representa apenas 1,5% do total do País, contra 12,5% do sector público.

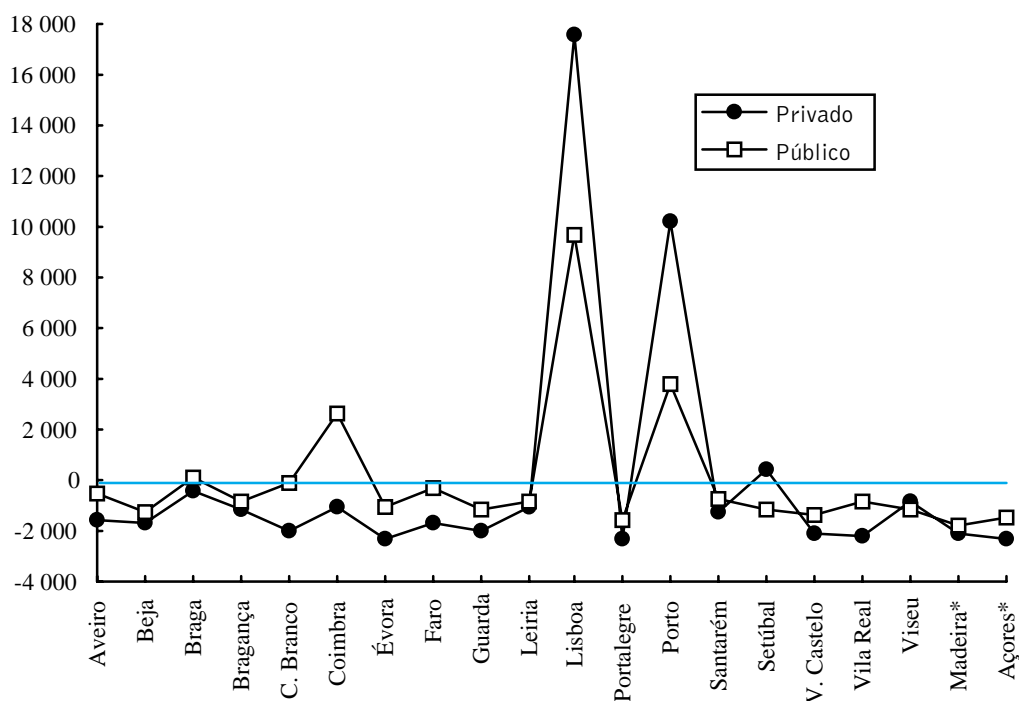


Figura 3 - Vagas de acesso nos sectores privado e público em relação ao valor médio por distrito

<sup>142</sup> Ver nota 139.

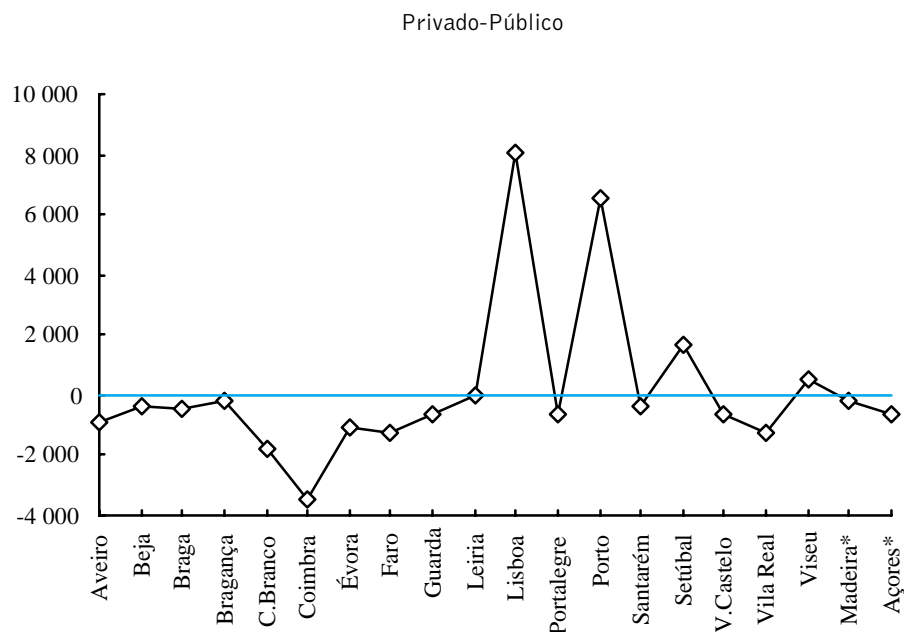


Figura 4- Diferença de vagas (Privado-Público) por distrito

Estes mesmos resultados estão evidenciados nas Figuras 3 e 4; a primeira figura mostra as vagas dos sectores privado e público, por distrito, em relação ao valor médio por distrito ( $n^{\circ}$  total de vagas/ $n^{\circ}$  de distritos - Madeira e Açores contabilizados como um distrito único cada). A segunda Figura representa a diferença da oferta (Privado-Público) por distrito. Note-se, em qualquer caso, a enorme concentração do privado em Lisboa e Porto.

Nas Figuras 5 e 6 procede-se a uma análise mais fina da distribuição do ensino superior nos distritos de (Lisboa+Setúbal) e do Porto. Pode verificar-se que, para além de uma enorme concentração do sector privado nos dois mais importantes centros urbanos de Lisboa e do Porto, o sector privado desenvolveu-se, também, nos concelhos limitrofes destes dois grandes núcleos urbanos onde, regra geral, oferece mais vagas do que o sector público. Por outras palavras, tendo em conta que o ensino privado tem, em regra, um aparecimento posterior ao ensino público, e atendendo que ele se desenvolveu maioritariamente nos dois maiores centros urbanos, ou em concelhos vizinhos, pode dizer-se que o ensino privado se assumiu, não como supletivo do ensino público, mas como seu concorrente.

Confirma-se, deste modo, a afirmação feita em outro estudo<sup>143</sup> de que a hipótese formulada pelo Professor Sousa Franco quanto à contribuição do sector privado para a melhor distribuição da oferta de ensino superior no País carece de fundamento.

<sup>143</sup> Ver nota 138.

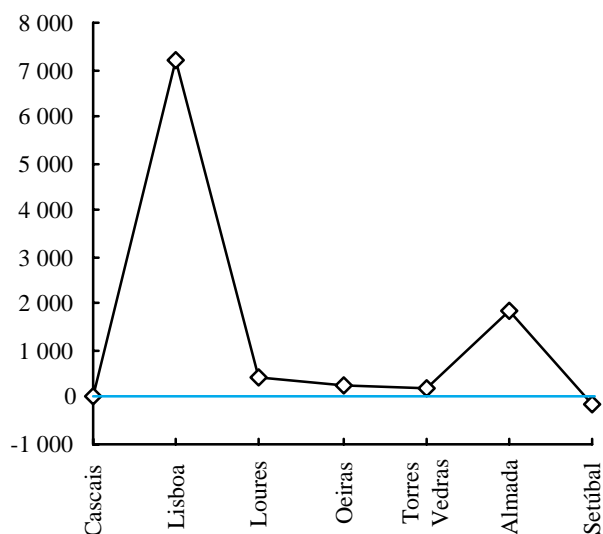


Figura 5 - Diferença de vagas (Privado-Público) nos concelhos dos distritos de Lisboa e de Setúbal

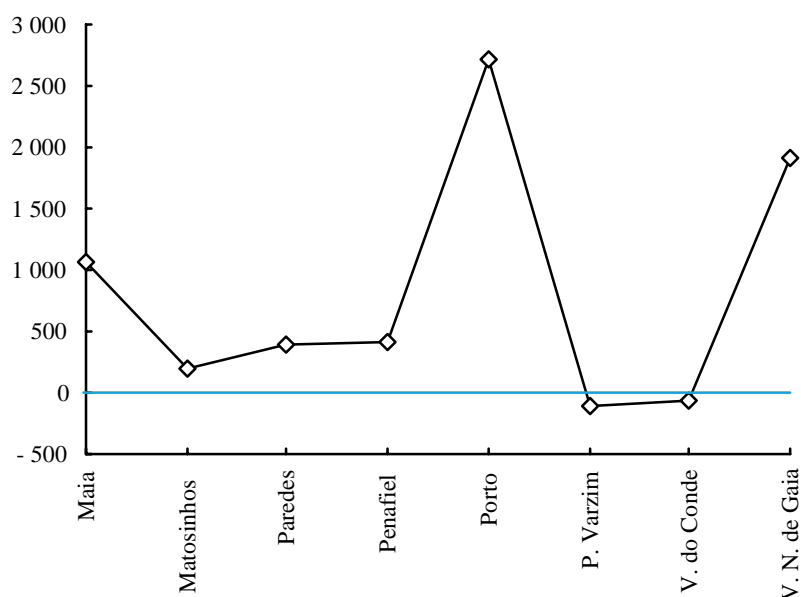


Figura 6 - Diferença de vagas (Privado-Público) no concelho do Porto

Uma outra forma de estudar a diversificação regional é analisar a forma como se desenvolveu a oferta no tempo. Assim, nas tabelas 4, 5 e 6 compara-se a diferença de vagas de acesso nos anos lectivos 1998/99 e 1992/93 para os sectores privado, público e total e, respectivamente, ao nível do concelho, do distrito e da região. Os resultados são também apresentados nos gráficos das figuras 7 e 8.

Globalmente verifica-se que entre 1992 e 1998 foram criadas 28 852 novas vagas para acesso ao ensino superior, das quais 14 770 (51,1%) no privado e 14 082 no público (48,9%). Este acréscimo corresponde a um aumento do total de

vagas nacionais em 48,2%, sendo de 47,5% o crescimento percentual do sector privado contra um aumento percentual de 48,9% do sector público. Neste período verifica-se a criação, pela primeira vez, de ensino superior em 10 concelhos tendo pelo contrário deixado de existir em apenas dois concelhos (Santo Tirso e Vila Real de Santo António).

O sector privado diminui nos distritos de Aveiro (0,45% do total) e de Vila Real (0,40% do total), não apresenta qualquer actividade nos distritos de Évora, Portalegre, nos Açores e na Madeira e tem crescimento quase nulo (inferior a 1% do global) em Beja (0,22%), Castelo Branco (0,05%), Guarda (0,12%) e Viana do Castelo (0,49%). O maior crescimento ocorre em Lisboa (16,65% do total ou 32,53% do sector privado) e no Porto (10,93% do total ou 21,34% do sector privado), seguidos de Setúbal (4,68% do total), Viseu (3,71%), Coimbra (3,53%), Bragança (3,10%), Braga (2,44%) e Leiria (2,44%). Nos restantes distritos (Faro e Santarém) o crescimento é inferior a 2% do total. Verifica-se, portanto, que neste período continuou a concentração do sector privado essencialmente em Lisboa/Setúbal e no Porto.

Quanto ao sector público cresce em todos os distritos do Continente e ainda nos Açores e na Madeira, com uma distribuição que, embora favorecendo Porto e Lisboa, é no entanto muito mais equilibrada do que a do sector privado. Os distritos de maior crescimento são Lisboa (9,04% do total ou 18,51% do sector público), Porto (6,5% do total ou 13,31% do sector público) e Coimbra (4,66% do total ou 9,54% do sector público), havendo crescimentos acima dos 2% do total nos distritos de Braga (3,11%), Bragança (2,91%), Santarém (2,79%), Leiria (2,50%), Setúbal (2,36%) e Viseu (2,17%) e acima de 1% em Vila Real (1,92%), Aveiro (1,56%), Beja (1,53%), Évora (1,09%), e Portalegre (1,01%).

Verifica-se, ainda, que o crescimento do sector privado é superior ao do sector público em Lisboa, Porto, Setúbal, Viseu e Bragança, sendo inferior em todos os outros distritos. Também na agregação por regiões se verifica maior equilíbrio do sector público em relação ao privado. Estes factos são igualmente bem evidenciados pelos gráficos das figuras 7 e 8; note-se, em particular (Figura 8), o crescimento muito aproximado do sector público nas Regiões de Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo contra o maior crescimento do privado na área de Lisboa.

**Tabela 4**  
**Diferença das vagas para acesso ao ensino superior**  
**entre os anos lectivos 1998/99 e 1992/93**  
**Dados por distrito e por concelho**

Distrito	Concelho	Vagas Acesso			Diferença		
		Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Aveiro	Águeda	0	60	60	0.00	2.02	2.02
	Aveiro	70	390	460	2.43	13.52	15.94
	Sta.Maria Feira	- 200	0	- 200	-6.93	0.00	-6.93
Beira	Beira	65	442	507	2.25	15.32	17.57
Bragança	Barcelos	0	140	140	0.00	4.85	4.85
	Braga	- 40	757	717	-1.39	26.24	24.85
	Fafe	420	0	420	14.56	0.00	14.56
	Guimarães	5	0	5	0.17	0.00	0.17
	V.N.Famalicão	395	0	395	13.69	0.00	13.69
Bragança	Bragança	295	640	935	10.22	22.18	32.41
	Macedo Cavaleiros	357	0	357	12.37	0.00	12.37
	Miranda do Douro	0	100	100	0.00	3.47	3.47
	Mirandela	240	100	340	8.32	3.47	11.78
Castelo Branco	Castelo Branco	- 35	530	495	-1.21	18.37	17.16
	Covilhã	0	260	260	0.00	9.01	9.01
	Fundão	50	0	50	1.73	0.00	1.73
	Idanha a Nova	0	70	70	0.00	2.43	2.43
Coimbra	Coimbra	710	1 344	2 054	24.61	46.58	71.19
	Figueira da Foz	309	0	309	10.71	0.00	10.71
Évora	Évora	0	313	313	0.00	10.85	10.85
Faro	Alcozer	0	185	185	0.00	6.41	6.41
	Faro	0	85	85	0.00	2.95	2.95
	Loulé	365	0	365	12.65	0.00	12.65
	Portimão	210	80	290	7.28	2.77	10.05
	V.R.Santo António	0	- 85	- 85	0.00	-2.95	-2.95
	Seia	0	25	25	0.00	0.87	0.87
Guarda	Guarda	35	64	99	1.21	2.22	3.43
	Seia	0	25	25	0.00	0.87	0.87
	Caldas da Rainha	5	180	185	0.17	6.24	6.41
	Leiria	438	490	928	15.18	16.98	32.16
Leiria	Marinha Grande	260	0	260	9.01	0.00	9.01
	Peniche	0	50	50	0.00	1.73	1.73
	Cascais	86	- 5	81	2.98	-0.17	2.81
	Lisboa	4 118	2 652	6 770	142.73	91.92	234.65
Lisboa	Loures	205	0	205	7.11	0.00	7.11
	Oeiras	340	- 40	300	11.78	-1.39	10.40
	Torres Vedras	55	0	55	1.91	0.00	1.91
	Elvas	0	30	30	0.00	1.04	1.04
	Portalegre	0	261	261	0.00	9.05	9.05
Porto	Maia	815	0	815	28.25	0.00	28.25
	Matosinhos	80	0	80	2.77	0.00	2.77
	Paredes	290	0	290	10.05	0.00	10.05
	Penafiel	35	0	35	1.21	0.00	1.21
	Porto	1 190	1 834	3 024	41.24	63.57	104.81
	Póvoa de Varzim	0	40	40	0.00	1.39	1.39
	Santo Tirso	- 150	0	- 150	-5.20	0.00	-5.20
	Vila do Conde	0	0	0	0.00	0.00	0.00
	Vila Nova de Gaia	893	0	893	30.95	0.00	30.95
Santarém	Entroncamento	130	0	130	4.51	0.00	4.51
	Rio Maior	0	120	120	0.00	4.16	4.16
	Santarém	284	375	659	9.84	13.00	22.84
	Tomar	0	310	310	0.00	10.74	10.74
Setúbal	Almada	1 353	0	1 353	46.89	0.00	46.89
	Setúbal	- 3	680	677	-0.10	23.57	23.46
Viana Castelo	Ponte de Lima	140	56	196	4.85	1.94	6.79
	Viana Castelo	0	200	200	0.00	6.93	6.93
Vila Real	Chaves	- 115	115	0	-3.99	3.99	0.00
	Vila Real	0	440	440	0.00	15.25	15.25
Viseu	Lamego	- 340	70	- 270	-11.78	2.43	-9.36
	Viseu	1 410	555	1 965	48.87	19.24	68.11
Madeira*	Funchal	0	79	79	0.00	2.74	2.74
Açores*	Ponta Delgada	0	- 40	- 40	0.00	-1.39	-1.39
	Angra do Heroísmo	0	130	130	0.00	4.51	4.51
		14 770	14 082	28 852	511.92	488.08	1000.00

\* Nos Açores e na Madeira referem-se a Região Autónoma e o Distrito

**Tabela 5**  
**Diferença das vagas para acesso ao ensino superior**  
**entre os anos lectivos 1998/99 e 1992/93**  
**Dados por concelho**

Distrito	Valores Absolutos			Porcentagem		
	Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Aveiro	- 130	450	320	-4.51	15.60	11.09
Beja	65	442	507	2.25	15.32	17.57
Braga	780	897	1 677	27.03	31.09	58.12
Bragança	892	840	1 732	30.92	29.11	60.03
C. Branco	15	860	875	0.52	29.81	30.33
Coimbra	1 019	1 344	2 363	35.32	46.58	81.90
Évora	0	313	313	0.00	10.85	10.85
Faro	575	265	840	19.93	9.18	29.11
Guarda	35	89	124	1.21	3.08	4.30
Leiria	703	720	1 423	24.37	24.95	49.32
Lisboa	4 804	2 607	7 411	166.50	90.36	256.86
Portalegre	0	291	291	0.00	10.09	10.09
Porto	3 153	1 874	5 027	109.28	64.95	174.23
Santarém	414	805	1 219	14.35	27.90	42.25
Setúbal	1 350	680	2 030	46.79	23.57	70.36
V. Castelo	140	256	396	4.85	8.87	13.73
Vila Real	- 115	555	440	-3.99	19.24	15.25
Viseu	1 070	625	1 695	37.09	21.66	58.75
Madeira*	0	79	79	0.00	2.74	2.74
Açores*	0	90	90	0.00	3.12	3.12
<b>Totais</b>	<b>14 770</b>	<b>14 082</b>	<b>28 852</b>	<b>511.92</b>	<b>488.08</b>	<b>1000.00</b>

\*Nos Açores e na Madeira os dados referem a Região Autónoma

**Tabela 6**  
**Diferença das vagas para acesso ao ensino superior**  
**entre os anos lectivos 1998/99 e 1992/93**  
**Dados por Região**

Região	Valores Absolutos			Porcentagem		
	Privado	Público	Total	Privado	Público	Total
Norte	4 310	4 407	8 807	149.38	155.60	305.07
Centro	2 987	3 788	6 775	103.53	131.29	234.82
Lisboa e V.T.	6 833	4 322	11 155	236.83	149.80	386.63
Alentejo	65	1 046	1 111	2.25	36.25	38.51
Algarve	575	265	840	19.93	9.18	29.11
Madeira*	0	79	79	0.00	2.74	2.74
Açores*	0	90	90	0.00	3.12	3.12
<b>Totais</b>	<b>14 770</b>	<b>14 082</b>	<b>28 852</b>	<b>511.92</b>	<b>488.08</b>	<b>1000.00</b>

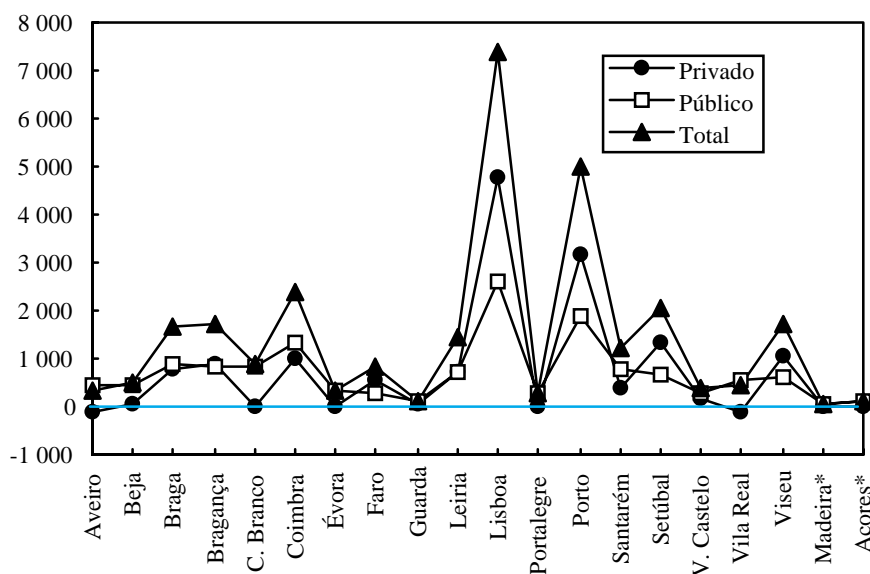


Figura 7 - Diferença de vagas de acesso (1998-1992) por distrito

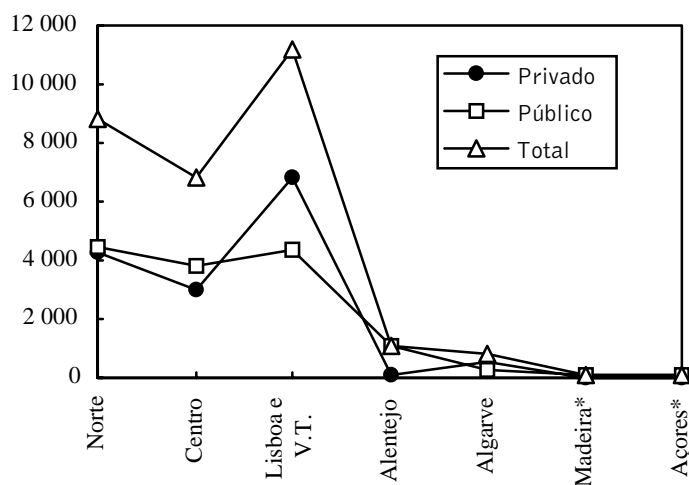


Figura 8 - Diferença de vagas de acesso (1998-1992) por Região

Finalmente, faz-se uma análise mais detalhada do comportamento das vagas de acesso nos distritos de Lisboa/Setúbal e do Porto, sendo os resultados apresentados nas figuras 9 e 10. No primeiro caso verifica-se um crescimento significativo do sector público nos concelhos de Lisboa (9,19% do total) e de Setúbal (2,36%), com variação nula ou mesmo ligeiramente negativa nos restantes concelhos; pelo contrário, no sector privado para além de um



crescimento muito significativo no concelho de Lisboa (14,27% do total) e de Almada (4,69%), há ainda alguma actividade em Oeiras (1,18%), Loures (0,71%), Cascais (0,30%) e Torres Vedras (0,19%).

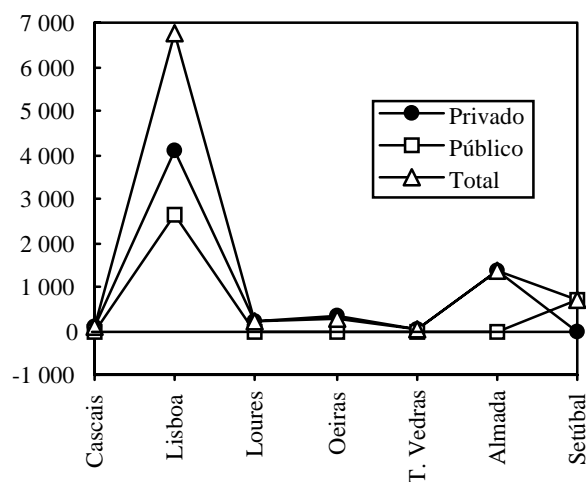


Figura 9 - Diferença de vagas de acesso (1998-1992) nos distritos Lisboa/Setúbal

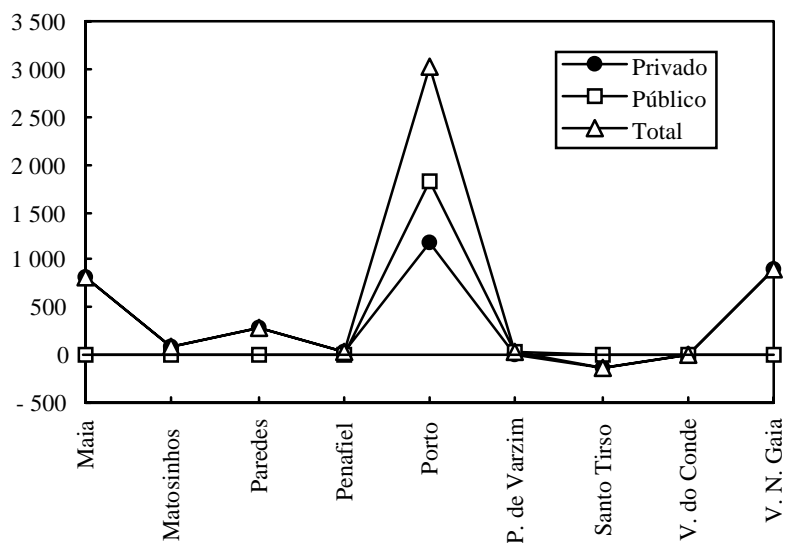


Figura 10 - Diferença de vagas de acesso (1998-1992) no distrito do Porto

No distrito do Porto o fenómeno já referido do crescimento do sector privado nos concelhos limítrofes do agregado urbano principal é mais evidente. No sector público há um crescimento significativo no concelho do Porto (6,36% do total), com um residuo no concelho da Póvoa de Varzim (0,14%) e nenhuma actividade nos restantes concelhos; pelo contrário, no sector privado, há uma distribuição mais uniforme pelos concelhos com crescimentos significativos no

Porto (4,12%), Vila Nova de Gaia (3,10%), Maia (2,83%) e Paredes (1,01%) e alguma actividade residual em Matosinhos e Penafiel.

#### **6.4. Diversidade de oferta de cursos**

Para uma análise deste problema foi utilizada a base de dados já referida, importando agora referir que os cursos estão divididos por 10 áreas científicas (ver anexo 2):

- 000 Programas gerais
- 100 Educação
- 200 Humanidades e Artes
- 300 Ciências Sociais, Comércio e Direito
- 400 Ciências
- 500 Arquitectura, Engenharia, Indústria da Transformação e Construção
- 600 Agricultura
- 700 Saúde e Protecção Social
- 800 Serviços
- 900 Desconhecido ou não discriminado

sendo os estabelecimentos de ensino codificados como:

- 100 Ensino Superior Público
  - 110 Universitário
  - 120 Politécnico
    - 121 Geral
    - 122 Escolas de Saúde
    - 123 Outras escolas
  - 130 Ensino militar e policial
  - 140 Outros
- 200 Ensino Superior Particular e Cooperativo
  - 210 Universidades
  - 215 Escolas universitárias não integradas
  - 216 Institutos Politécnicos
  - 217 Escolas politécnicas não integradas
  - 220 Outros estabelecimentos
- 300 Universidade Católica Portuguesa

Relativamente ao ensino público estão disponíveis dados desde o ano escolar 1980/81 até ao ano escolar 1998/99, verificando-se que, neste período, o ensino universitário ofereceu formação em 47 áreas científicas diferentes, sendo a taxa média anual de variação do número de vagas 5,21%, apresentando taxas

de variação negativa em cinco áreas: História, Filosofia e Outras Ciências Humanas (código 224), Comércio (341), Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves (525), Indústrias Mineiras e Extractivas (544) e Medicina (721). Esta taxa é em todos os casos referida ao período 1980-98.

Quanto ao ensino politécnico geral há ofertas de formação em 42 áreas científicas com uma taxa média de variação de 17,17%, apresentando taxas negativas em duas áreas: Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves (código 525) e Serviços Médicos (722), no primeiro caso em relação ao período 1981-98 e, no segundo caso, para o período 1992-98.

No ensino politécnico - Escolas de Saúde há oferta de formações em 4 áreas distintas, com uma taxa média de crescimento anual de 8,52%, sem qualquer taxa média negativa.

Finalmente, no ensino politécnico - outras escolas são apresentadas formações em 9 áreas distintas com uma taxa média anual de crescimento de 25,89% e com taxa média negativa em três áreas: Gestão e Administração (código 345), Viagens, Turismo e Lazer (812) e Serviços de Transporte (840), respectivamente para os períodos 1992-97, 1992-98 e 1989-98.

Registe-se um crescimento do politécnico público muito superior ao crescimento do universitário, a existência de áreas onde o crescimento foi artificialmente controlado (Medicina), bem como de algumas áreas de crescimento negativo quer por a procura já não corresponder à oferta como é por exemplo o caso dos cursos de Gestão e Administração do politécnico, quer de áreas de crescimento negativo por saturação do mercado e por acção de contenção determinada pelo Ministério da Educação, como é o caso da área de História, Filosofia e Outras Ciências Humanas nas universidades.

Quanto ao sector do ensino superior particular e cooperativo os dados disponíveis limitam-se ao período 1992/93 a 1998/99. Pode verificar-se que no ensino universitário há oferta de vagas em 35 áreas científicas diferentes, com uma taxa média anual de crescimento de 8,15% e taxas negativas em 4 áreas distintas: Línguas e Culturas Estrangeiras (código 222), Marketing e Publicidade (342), Finanças, Banca e Seguros (343) e Direito (380), no primeiro caso para o período 1992-98 e, nos outros dois para o período 1996-98. É ainda interessante notar que a área com mais formações distintas é a de Comércio e Administração (código 340), embora das 5 ofertas distintas duas tenham variação negativa (Marketing e Publicidade e Finanças, Banca e Seguros), uma não apresente qualquer registo e apenas duas tenham variação positiva (Contabilidade e Auditoria e Gestão e Administração). A formação de Ciências da Vida (código 420) é a de maior crescimento médio anual com o valor de 150%, mas isso fica a dever-se a incluir apenas o período 1997-98 pelo que resultará, provavelmente, de uma inflexão da oferta em áreas até aqui só existentes no ensino público.

Quanto às Escolas universitárias não integradas oferecem cursos em 31 áreas diferentes, com uma taxa média anual de crescimento de 12,48% e taxas negativas em 6 áreas: Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média (código 213), Direito (380), Ciências Informáticas (481), Electrónica e Automação (523), Ciências Dentárias (724) e Serviços de Transporte (840), todas relativas a períodos inferiores a cinco anos. Isto traduzirá, provavelmente, um sintoma de instabilidade na oferta de vagas nestas formações.

Quanto aos Institutos Politécnicos oferecem cursos em 8 áreas diferentes com uma taxa média anual de crescimento igual a 7,46% e com taxas negativas em três áreas: Acção Social (código 762), Viagens, Turismo e Lazer (812) e Protecção do Ambiente (850). No período 1992-98, 25% das formações têm decrescido a sua oferta de vagas e verifica-se que este tipo de ensino apresenta dispersão por várias áreas, dando a impressão da procura de nichos de mercado pela oferta de “cursos-novidade” para atrair candidatos.

As escolas politécnicas não integradas oferecem cursos em 36 formações diferentes, com uma taxa média anual de crescimento igual a 5,62% e taxas de variação negativas em 12 formações: Música e Artes do Espectáculo (código 212), Ciências Sociais e do Comportamento (310), Comércio (341), Finanças, Banca e Seguros (343), Gestão e Administração (345), Secretariado e Escritório (346), Ciências da Vida (420), Mecânica e Trabalho do Metal (521), Electricidade e Energia (522), Veículos Motorizados (525), Acção Social (722) e Hotelaria, Restauração e Catering (811), todas com referência ao período 1992-98, excepto a formação de código (525) onde o período é de 1994-98 e a formação de código (811) com período 1992-97. A área de Ciências Sociais, Comércio e Direito (código 300) é a que oferece mais formações distintas (9) mas, no período 1994-98, cinco dessas formações apresentam crescimento negativo.

Os “outros estabelecimentos” politécnicos oferecem cursos relativos a 37 formações diferentes com uma taxa média anual de crescimento negativo igual a -1,47% e 18 formações com taxas de crescimento negativo: Belas-Artes (211), Design (214), Artesanato (215), Línguas e Culturas Estrangeiras (222), Marketing e Publicidade (342), Contabilidade e Auditoria (344), Gestão e Administração (345), Secretariado e Escritório (346), Matemática e Estatística (460), Engenharia Química e Processos de Tratamento (524), Textéis, Vestuário, Calçado e Couro (542), Materiais (543), Arquitectura e Planeamento Urbanístico (581), Produção Agrícola e Animal (621), Ciências Dentárias (724), Viagens, Turismo e Lazer (812) e Protecção do Ambiente (850), sempre referido ao período 1992-98. Talvez se possa afirmar que este tipo de ensino ainda não encontrou o seu espaço e que procura experimentar a oferta de vagas para testar a procura; na actual conjuntura desfavorável de procura terá possivelmente muitas dificuldades em sobreviver.

Por fim o ensino concordatário, limitado à Universidade Católica Portuguesa, oferece cursos em 22 formações diferentes com uma taxa média anual de crescimento de 10,03% e taxas negativas<sup>144</sup> em 5 formações: Humanidades (220), Religião e Teologia (221), Línguas Maternas (223), Matemática e Estatística (460) e Mecânica e Trabalho do Metal (521), para um horizonte temporal que é, respectivamente, 1997-98, 1992-98, 1993-98, 1996-98 e 1992-98. No caso do ensino concordatário pode dizer-se que os seus cursos se inserem, fundamentalmente, na área das Humanidades e Artes (8 opções diferentes), das Ciências Sociais, Comércio e Direito (4 opções), fazendo depois alguma oferta nas áreas das Ciências, Engenharia, Saúde e Protecção Social e Serviços. Também o facto de a base de dados não possuir a cobertura total da oferta de vagas em todos os pólos que a Universidade Católica tem em funcionamento pode induzir a uma leitura que necessite de algum ajustamento.

É necessário proceder a uma análise mais pormenorizada da evolução do número de vagas e a correspondente comparação entre os diversos tipos de ensino superior, para o que se agruparam as áreas científicas a um dígito. Porém as séries cronológicas disponíveis para os ensinos público e privado não coincidem no seu começo, estando a primeira disponível desde 1980 e a segunda apenas desde 1992. Além disso, as séries do ensino privado são muito pequenas, pelo que não permitem certas análises estatísticas. Por estes motivos optou-se por analisar primeiro o sector público e depois o privado, só no final se fazendo algumas comparações.

#### **6.4.1. Ensino Público: universitário e politécnico.**

Para o conjunto do ensino universitário (código 110) e politécnico (120)<sup>145</sup> o gráfico da Figura 11 mostra um crescimento progressivo e sustentado da oferta de vagas de acesso a partir de 1986. É evidente que importa sotuar esta oferta nas condições que foram criadas em cada momento para que ela se tivesse produzido, parecendo não terem sido alheios a este fenómeno as condições legais de acesso ao ensino superior, a reforma do sistema educativo e a progressiva aspiração da população portuguesa a formações de nível superior.

---

<sup>144</sup> Têm taxas de variação negativas formações que foram dadas como não tendo código específico para a sua área.

<sup>145</sup> Do ensino politécnico só se consideram as vagas do politécnico geral.

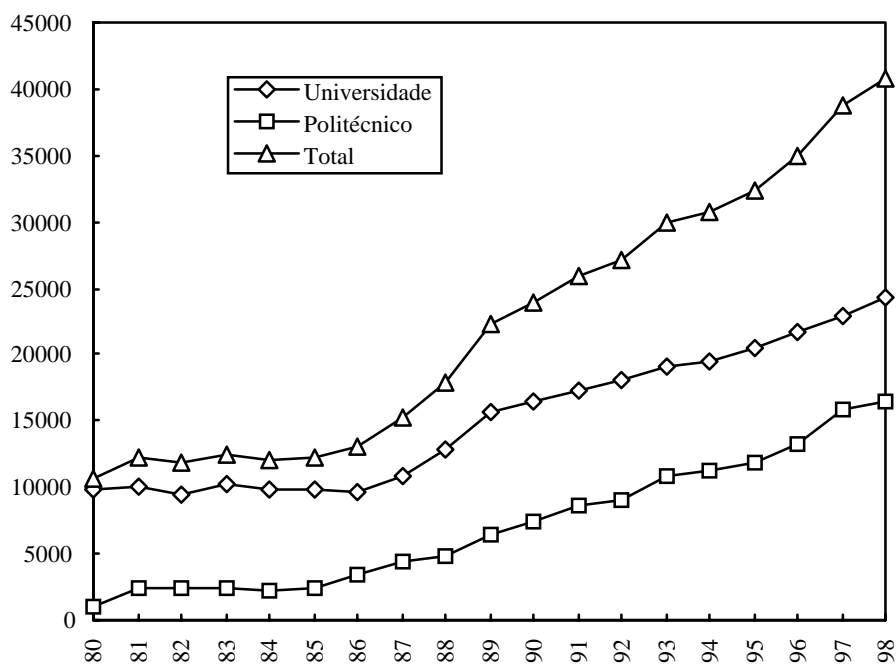


Figura 11 - Evolução da oferta de vagas pelo sector do ensino superior público

Constata-se, ainda, que a oferta do ensino universitário é superior ao do ensino politécnico, situação que se mantém ao longo de toda a série temporal, podendo ainda referir-se que as diferenças entre o número de vagas num e noutro ensino se tem mantido sensivelmente a mesma. Para uma análise simultaneamente estrutural e conjuntural calcularam-se os índices de base fixa (1980 = 100) e de base móvel e ainda a taxa média anual de variação<sup>146</sup>, os quais são apresentados na Tabela 7. Verifica-se que em 1982 houve uma diminuição da oferta em relação ao ano anterior nas universidades, em 1983 este fenómeno deu-se no politécnico, em 1984 deu-se simultaneamente nos dois tipos de ensino e, em 1986, deu-se de novo apenas nas universidades. A partir deste ano tem havido sempre um crescimento em relação ao ano anterior.

<sup>146</sup> índice de base fixa  $IBF = (V_n/V_0) \times 100$

índice de base móvel  $IBM = (V_n/V_{n-1}) \times 100$

Por exemplo, o valor 117,3 na base fixa significa que desde o ano base até ao ano  $n$  o dado em referência aumentou 17,3%, ao passo que na base móvel significa um aumento de 17,3% do dado em referência entre o ano  $n$  e o ano anterior.

Tabela 7 - Índices de base fixa (IBF) e de base móvel (IBM)  
Ensino superior público

Ano	Universidades		Politécnicos		Total	
	IBF	IBM	IBF	IBM	IBF	IBM
1980	100.0		100.0		100.0	
1981	102.5	102.5	245.3	245.3	115.1	115.1
1982	97.0	94.7	245.3	100.0	110.2	95.7
1983	104.2	107.4	244.2	99.6	116.6	105.8
1984	100.2	96.1	240.0	98.3	112.6	96.5
1985	101.8	101.6	250.5	104.4	115.0	102.2
1986	98.2	96.4	360.7	144.0	121.5	105.6
1987	111.7	113.7	459.6	127.4	142.5	117.3
1988	132.5	118.7	514.8	112.0	166.4	116.8
1989	161.3	121.7	684.3	132.9	207.7	124.8
1990	167.7	104.0	788.8	115.3	222.7	107.3
1991	177.2	105.7	914.0	115.9	242.5	108.9
1992	184.4	104.1	950.6	104.0	252.3	104.0
1993	195.7	106.2	1138.7	119.8	279.3	110.7
1994	200.1	102.2	1182.9	103.9	287.2	102.8
1995	209.6	104.7	1254.1	106.0	302.2	105.2
1996	223.0	106.4	1393.3	111.1	326.7	108.1
1997	234.3	105.1	1665.5	119.5	361.2	110.5
1998	249.4	106.5	1733.8	104.1	381.0	105.5

Taxa média anual de crescimento (%) :

Total	7,72%
Universidades	5,21%
Politécnicos	17,17%

Considerando os índices de base fixa e de base móvel separadamente para o ensino universitário e politécnico podemos concluir que os comportamentos têm tido desenvolvimentos semelhantes nestes dois sub-sectores. Acrescente-se, ainda, que em termos de dinâmica estrutural há uma estreita correlação entre o que se passa no universitário e politécnico (coeficiente de correlação de 98,8% entre os valores absolutos), mas o mesmo não se poderá dizer das dinâmicas conjunturais (coeficiente de correlação de 1,94% entre as taxas de variação no universitário e no politécnico).

Finalmente, é interessante analisar a distribuição da oferta do ensino público pelas diversas áreas científicas. Os dados são apresentados na Tabela 8 e na Figura 12; na Tabela 8 mostra-se a distribuição de vagas por área científica e por ano lectivo para o total do ensino público, e o mesmo se faz na Figura 12 onde, por comodidade de representação, se suprimiu a área de código 900 por não ser significativa. Pode ver-se que o sector público apresenta uma distribuição equilibrada nas áreas 100 (Educação), 200 (Humanidades e Artes), 300 (Ciências Sociais, Comércio e Direito), 400 (Ciências) e 500 (Arquitectura, Engenharia, Indústria da Transformação e Construção), onde o número de vagas é muito significativo. Igualmente equilibrada é a distribuição da oferta pelas áreas 600 (Agricultura), 700 (Saúde e Protecção Social) e 800 (Serviços), embora com uma presença bastante menor em relação às anteriores, o que se compreende facilmente devido à maior especificidade das formações e aos condicionalismos do mercado de trabalho.

Tabela 8 - Número total de vagas do ensino superior público  
Distribuição por áreas científicas de 1980 a 1998

Ano	Área Científica								
	100	200	300	400	500	600	700	800	900
80	560	1325	4220	715	2030	250	1235	380	0
81	590	1490	4170	860	3335	365	1140	355	30
82	640	1365	4065	925	3220	255	1025	310	0
83	645	1885	4080	1150	3100	445	895	295	0
84	605	1910	3965	1200	2945	485	647	305	0
85	610	2433	3942	1063	2835	608	647	185	0
86	1323	2131	3907	1165	3025	683	565	215	0
87	2263	1833	4173	1840	3582	770	625	140	45
88	2600	2047	4910	2173	4253	813	760	275	0
89	3328	2508	5806	2698	5436	1269	773	433	0
90	3529	2687	6323	3179	5539	1319	796	495	0
91	3978	2706	6940	3379	6135	1388	902	557	0
92	3723	2848	7353	3612	6133	1497	1024	855	0
93	4091	3007	8338	3895	6825	1605	1122	1049	0
94	3861	2987	8295	4170	7480	1575	1272	1135	0
95	3716	3244	9000	4393	7958	1555	1303	1210	0
96	4090	3835	9987	4588	8098	1800	1300	1310	0
97	5105	3940	10828	5080	8818	1875	1420	1635	0
98	5388	4165	11608	5492	9123	1720	1501	1832	0

Como veremos a propósito do sector particular e cooperativo, este apresenta uma distribuição muito menos uniforme, com uma presença na área 3 que quase duplica a oferta pública (cursos de baixo investimento e de menores custos de funcionamento) e uma presença inferior à do sector público que é significativa nomeadamente na área 500.

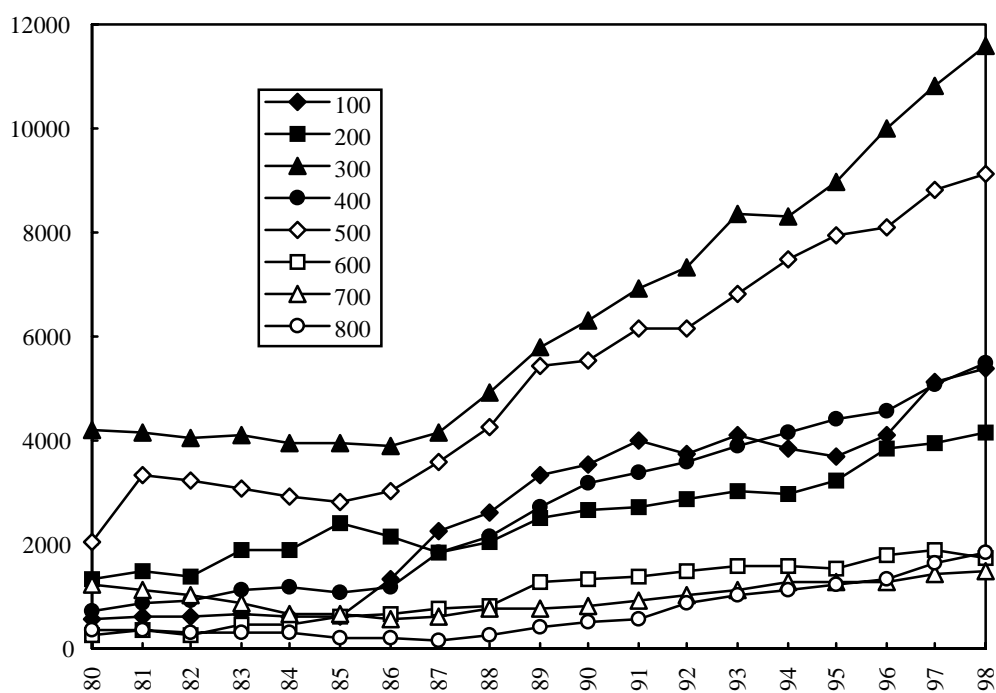


Figura 12 - Número total de vagas do ensino superior público  
Distribuição por áreas científicas de 1980 a 1998



#### 6.4.2. Ensino Público: ensino politécnico - outro

Como foi afirmado, na análise anterior tomou-se como referência apenas o Politécnico Geral (código 120), tendo ficado de fora as Escolas de saúde (122) e outras escolas do politécnico (123). Nas estatísticas em que baseamos esta análise os valores significativos limitam-se a um período mais curto, o que impediu a sua inclusão. Os dados são agora apresentados sinteticamente na Tabela 9 e referem-se a um período de tempo desde o ano lectivo 1988/89 até ao ano lectivo 1998/99.

Tabela 9 - Oferta de vagas pelo ensino politécnico público  
Escolas de saúde e outras escolas

Tipo	Área	Ann										
		1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
122	100		0	0	0	0	0	30	30	25	0	30
	300		0	0	0	0	0	0	0	16	20	20
	700		905	1495	1515	1540	1445	1374	1155	1316	1470	1839
123	200	18	18	33	15	15	15	15	15	15	15	0
	300	0	0	0	0	40	40	20	40	20	20	0
	400	0	0	0	0	20	0	0	40	20	20	20
	500	0	75	70	70	100	45	70	50	70	75	75
	800	0	50	50	50	65	45	45	90	65	65	85

Como era de esperar, o ensino politécnico - escolas de saúde desenvolve a sua oferta na área 700 (Saúde e Protecção Social). No entanto, a partir de 1994, este tipo de ensino ensaia algumas ofertas, embora muito limitadas, na área 100, com incidência nos cursos de índole Educação/Formação e na área 300, com incidência nos cursos da área de Gestão. O sector das outras escolas (123) tem sobretudo cursos na área científica 500 (Engenharia), seguida da área designada pelo código 800 (Serviços).

#### 6.4.3. Ensino Particular e Cooperativo

Este tipo de ensino só apresenta dados a partir de 1992, pelo que as séries não são suficientemente longas seja para fazer análises comparativas com o ensino público, seja para detectar tendências de evolução ou correlações entre diferentes agregados. Assim sendo, limitamo-nos a apresentar uma informação sintética (ver anexo 4). Verifica-se que o ensino particular e cooperativo faz oferta de vagas em todas as áreas científicas, com uma enorme concentração de vagas na área das Ciências Sociais, Comércio e Direito (código 300). Nas áreas de Humanidades e Artes (código 200) e das Ciências Sociais, Comércio e Direito são oferecidos cursos pertencendo a 11 formações distintas, seguidas da área da Engenharia, Indústria da Transformação e Construção (500) com oferta de cursos em 10 formações distintas.

Verificam-se taxas de variação média anuais negativas para 13 formações, todas relativas ao período 1992-98: Artesanato (215), Religião e Teologia (221), Línguas e Culturas Estrangeiras (222), Comércio (341), Finanças, Banca e Seguros (343), Secretariado e Escritório (346), Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves (525), Textéis, Vestuário, Calçado e Couro (542), Materiais (543), Produção Agrícola e Animal (621), Ciência Dentárias (724), Hotelaria, Restauração e Catering (811) e Serviços de Transporte (840).

Na Tabela 10 apresentam-se os resultados para as formações agregadas a um dígito, como foi feito para o sector público. Esta tabela evidencia a enorme concentração na área 300, bem como a existência de uma única área com taxa de variação média anual negativa, a Agricultura, com uma diminuição média anual de cerca de 11%. Pode ainda referir-se que relativamente às restantes áreas a taxa média de variação anual se situa entre os valores de 2,5% e 18,2%, o que pode indiciar a proximidade de uma crise para este nível de ensino.

Tabela 10 - Ensino particular e cooperativo - oferta de vagas por área

Ano	Área Científica								
	100	200	300	400	500	600	700	800	900
92	1300	2669	18867	3170	1991	50	1482	1321	255
93	1340	2882	19085	3455	2180	50	1767	1505	175
94	3405	2830	21514	3715	3590	25	2010	1755	0
95	2750	3064	20355	3475	3825	20	1917	1750	130
96	3225	3385	22930	4150	4990	25	2286	2320	250
97	3398	3706	22395	4520	5520	25	2681	2430	260
98	3545	4018	21880	4632	5732	25	3131	2502	310

A Figura 13 ilustra o mesmo tipo de informação (não se representam os códigos 600 e 900 por corresponderem a valores não significativos de vagas) e tornam mais uma vez evidente a grande concentração na área 300.

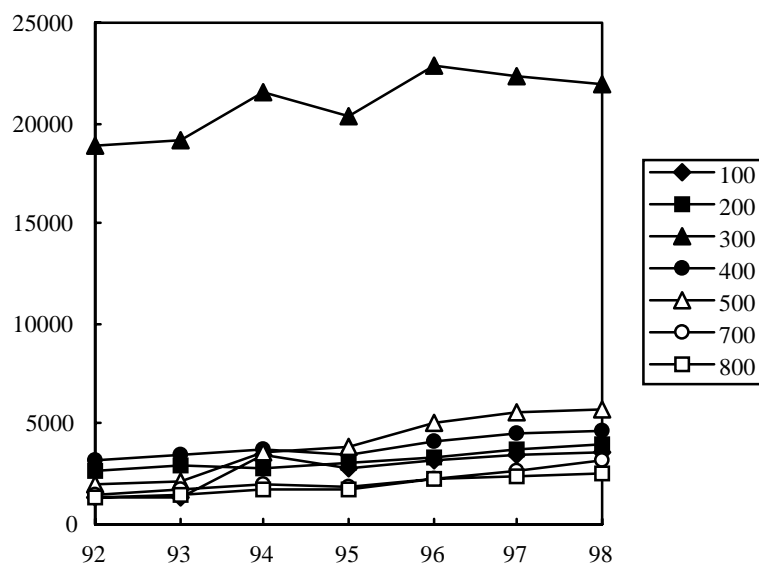


Figura 13 - Ensino particular e cooperativo - oferta de vagas por área

### 6.5. Conclusões

Pode dizer-se que a expansão e diversificação do sistema de ensino superior português não aconteceu devido à oferta de novos cursos para preencher novas necessidades do mercado, ou para aumentar a resposta institucional às necessidades do mercado. A diversificação foi mais a consequência de interesses estratégicos das instituições ou do desenvolvimento de novas áreas do conhecimento, do que de outras causas. Na verdade quais são as demandas do mercado, se é que esse “mercado” existe? Se por mercado se entendem os empregadores, então estes gostariam de ter mais pessoas com formação tecnológica, mas o sector privado só ofereceu cursos de baixos custos de investimento e de funcionamento. Se por mercado se entendem os alunos (como clientes) então não existe um “mercado puro” porque havia tantos jovens à procura de um lugar no ensino superior, a qualquer custo, e em qualquer curso disponível, que a procura excedia largamente a oferta.

Em nossa opinião, o que aconteceu foi que o aumento da oferta do ensino superior foi mais determinada pelo que as instituições imaginaram como necessidades ou nichos de mercado, do que uma influência da demanda real do exterior sobre estas. É também verdade que o “mercado”, na situação de Portugal, não fornece uma coordenação suficiente ou adequada (veja-se, por exemplo, o crescimento sem controlo do sector privado, independentemente da qualidade ou das necessidades nacionais).

O ensino superior público aproveitou as condições de forte desregulação criadas pelo governo para se desenvolver rapidamente e com uma diversificação impressionante. Os dados da oferta de cursos pelo sector público

para o período 1980-1998 são apresentados na Figura 14 que mostra o aumento do número de cursos oferecidos por Universidades e Politécnicos e evidencia que a política governamental de dar maior prioridade aos Politécnicos foi bastante eficaz.

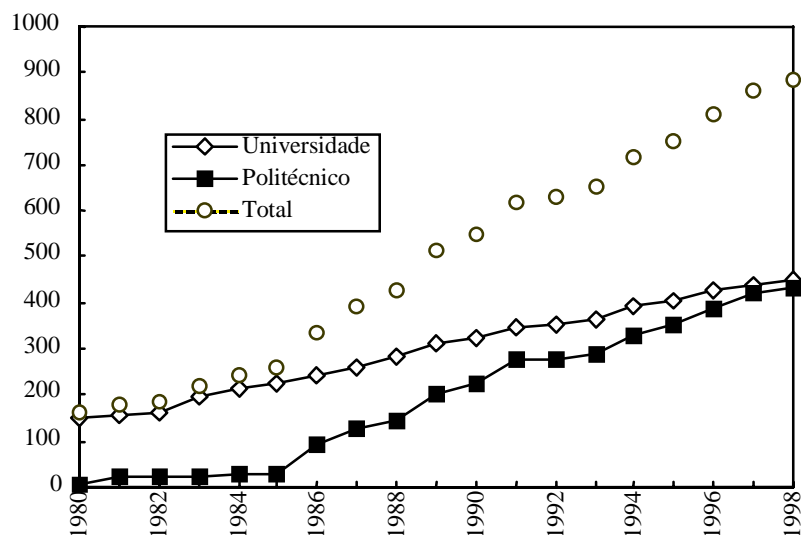


Figura 14 - Número de cursos no ensino público

Uma análise mais detalhada do comportamento das diferentes instituições (Universidades antigas vs. Universidades novas, Universidades vs. Politécnicos, instituições públicas vs. instituições privadas) quanto à diversificação dos cursos, pode ser feita com base na teoria da dependência dos recursos, ou na perspectiva neo-institucional. Por exemplo, as Universidades antigas foram muito mais conservadoras na oferta de novos cursos do que as universidades mais modernas, como as do Minho e de Aveiro, criadas em 1973 pelo Ministro Veiga Simão, as quais tentaram conquistar alguns nichos de mercado em resposta a demandas regionais ou locais. Aveiro está numa região com uma velha tradição da indústria cerâmica e do vidro e onde a companhia nacional de correios e telecomunicações instalou um importante centro de investigação. Por isso, a Universidade de Aveiro oferece cursos como Engenharia da Cerâmica e do Vidro e Engenharia Electrónica e de Telecomunicações. Por seu lado, a Universidade do Minho, localizada na região da indústria têxtil, oferece cursos em Engenharia Têxtil e Vestuário e em Engenharia de Produção. Quanto à Universidade de Trás-os-Montes, localizada numa região com grande tradição em produtos florestais e agricultura e onde se produz o vinho do Porto, oferece cursos em Agricultura, Produção Animal, Produção Florestal e Enologia. Finalmente, a Universidade do Algarve, localizada na orla do Oceano Atlântico, numa região produtora de frutas e vegetais, oferece cursos em Biologia Marítima e Pescas e em Engenharia Hortofrutícola!

Porém, é interessante verificar que, à medida que estas Universidades se foram afirmando, também alteraram a oferta de cursos para áreas mais tradicionais. Por exemplo, a Universidade do Minho oferece agora cursos de Arquitectura, Economia, Direito, Psicologia e prepara-se para iniciar Medicina e a Universidade de Aveiro oferece Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Biologia, Química, Engenharia Química, Economia...

Tendências do mesmo tipo podem observar-se nos Politécnicos e no sector privado, mas convém relembrar que até há pouco tempo estávamos numa situação em que a procura excedia a oferta. Porém, o crescimento contínuo do sector público (7% para o ano lectivo 1999/2000), combinado com maior rigor das regras de acesso e o efeito da diminuição da natalidade, levaram à situação actual em que a oferta já excede de forma significativa a procura, pelo que será interessante ver qual o comportamento das instituições dos diversos tipos e determinar que formas de mecanismos de competição tipo mercado irão emergir.

Em conclusão, podemos referir que a expansão do ensino superior e a sua diversificação, bem como o aumento do número de alunos em áreas de importância económica directa foram os objectivos da política governamental durante mais de uma década. Porém, estes objectivos não foram totalmente conseguidos, quer devido ao crescimento do sector privado em sentido oposto aos dos objectivos da diversificação (distorções geográficas e oferta insuficiente de cursos técnicos), quer devido a alguma tendência dos Politécnicos copiarem as Universidades (academic drift).

É interessante que isto foi possível apesar de Governo, por intermédio do Ministério da Educação, poder controlar o sector privado e os Politécnicos. Por exemplo, os Politécnicos públicos devem submeter à aprovação do Ministério todas as propostas para criar, suspender ou cancelar cursos e as instituições privadas, não só têm de obter autorização do governo para iniciar um curso novo como, mais tarde, também devem pedir o reconhecimento dos graus e diplomas atribuídos. Isto demonstra que o Estado não foi capaz de exercer a sua função reguladora, como lhe competia, não podendo eximir-se a uma quota parte importante de responsabilidade nos problemas criados.,

Por seu lado, os Institutos Politécnicos têm um carácter mais local ou regional do que as Universidades, podendo mesmo fixar quotas para acesso dos alunos da região. Também estão mais próximos das autoridades locais e regionais, além de terem passado por um longo período de instalação em que os presidentes eram nomeados em vez de serem eleitos. De certo modo, isto tornou estas instituições mais vulneráveis aos políticos locais mas, ao mesmo tempo, as forças políticas locais foram capazes de apoiar de forma eficaz muitos dos pedidos dos “seus” Politécnicos. E também é verdade que o sonho de muitas autoridades locais é ver o Politécnico promovido a Universidade,

porque isso atrai os votos dos eleitores. E a estas pressões há ainda a adicionar as manifestações dos alunos e o apoio dos seus pais.

Aliás, o caso português demonstra que tanto o controlo pelo Estado como a coordenação pelo mercado são incompletos como reguladores políticos. E isto verifica-se apesar da existência de um sector privado muito significativo onde as formas de regulação utilizadas foram incapazes de resolver muitos dos problemas suscitados pelo rápido desenvolvimento deste sector, entre os quais se inclui o da qualidade.

De facto, as instituições privadas não usaram a sua autonomia institucional para contribuir para a diversidade do ensino superior. Pelo contrário, elas concentraram a sua oferta de ensino num número limitado de áreas disciplinares, em regra as que exigem menor investimento em infraestruturas de ensino e de investigação e, apesar do que se propagandeou, as instituições privadas também não contribuíram para uma melhor distribuição regional do ensino superior. Na verdade, parece ter acontecido justamente o contrário, porque uma lógica de mercado leva à concentração das instituições privadas nas áreas mais desenvolvidas, com maior densidade populacional, ignorando as regiões do interior, menos desenvolvidas e com uma população mais dispersa.

A Figura 15 ilustra de forma clara que o sector público contribuiu muito mais para a diversidade do sistema do que o sector privado que concentrou a oferta de cursos em áreas de baixo investimento e de menor custo de funcionamento como, por exemplo, as Ciências Sociais, Comércio e Direito (código 300) conforme já se referiu. Assim, fica claramente demonstrado, mais uma vez, que as hipóteses do Professor Sousa Franco<sup>147</sup> no livro “Ensino Livre” não correspondem à realidade dos factos.

---

<sup>147</sup> Ver nota 139.

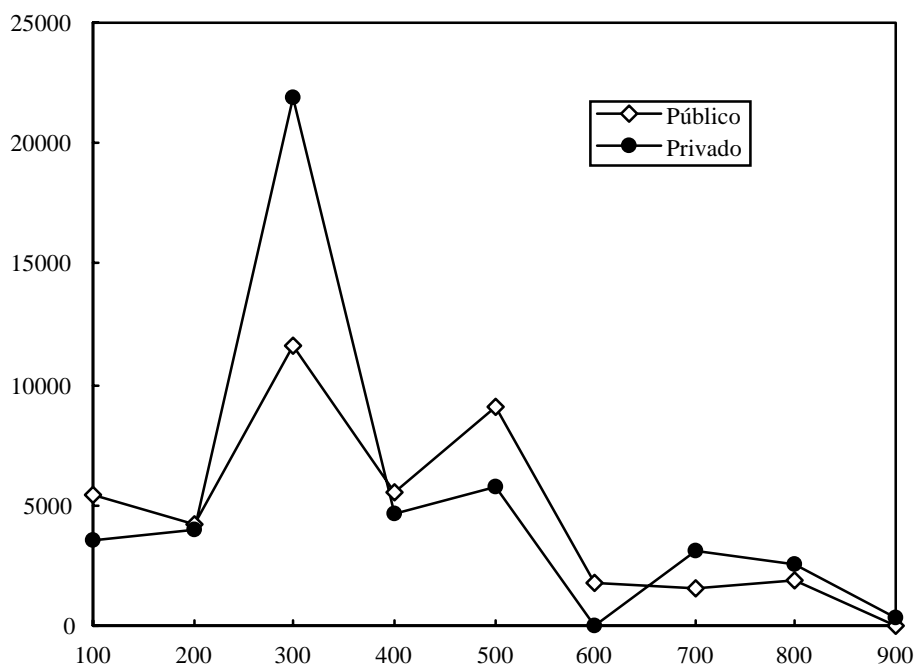


Figura 15 - Distribuição das vagas do ensino superior público e privado por áreas científicas - dados do ano lectivo 1998/99

É por esse motivo que o hibridismo da supervisão estatal já referido na página 34 não é necessariamente um mal; pelo contrário, pode ser a única solução para as insuficiências do mercado como regulador. Porém, é necessário que o Estado não se demita do seu papel e mantenha de forma eficaz a sua quota parte na regulação do sistema - muitos dos problemas que o ensino superior português enfrenta hoje resultam em grande parte, do facto de na última década o Estado se ter demitido desse papel em numerosas ocasiões.

## Anexo 0

### Informação sobre a Base de Dados



Para a realização deste trabalho recorreu-se à análise da informação referente à evolução da oferta de vagas no ensino superior através da informação estatística disponível (ensino público 80 a 98 e ensino particular, cooperativo e concordatário de 92 a 98). Estes elementos constituem uma base de dados, com um total de 12 353 registos e está sistematizada na folha de cálculo VAGAS\_SUPERIOR/TOTAL e que é acompanhada por um suporte de informações complementares (VAGAS\_COMPLEMENTO).

A base está estruturada para poder fornecer um conjunto de informações sobre as vagas abertas anualmente no ensino superior, em cada ano, das instituições existentes, com a desagregação ao nível da área científica e da designação do curso. A informação estatística disponível possibilitou a observação e a análise dos 4 segmentos estruturantes do ensino superior, público/privado e universitário/politécnico no que diz respeito à nossa óptica de observação – as vagas oferecidas/disponibilizadas.

O aproveitamento dos dados disponíveis foi o ponto de partida para a construção da base de dados que foi depois reformulada através de acrescentamentos que se tornavam imprescindíveis ao objectivo de trabalho, e fizeram-se algumas rectificações.

As instituições cujos dados figuram na base encontram-se no anexo 1, podendo referir-se que a cobertura é exaustiva. Há, no entanto, que ter em conta que existiu evolução em algumas instituições, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de ensino em que foram sendo integradas, bem como no aparecimento e/ou encerramento de outras.

Tomando como referência os dados constantes na base e para o ano de 98, foram objecto de análise no ensino universitário público as 13 Universidades e o ISCTE que totalizaram informação sobre as vagas dos diferentes cursos de 55 instituições. Para o mesmo ano e no ensino politécnico público geral os dados referem-se a 15 Instituto Politécnicos, 1 Instituto Superior e 2 Institutos Politécnicos Integrados em Universidades (Aveiro e Algarve) cobrindo um total de informações de vagas de cursos de 63 instituições diferentes. Também existem informações sobre as 26 escolas do ensino politécnico público - escolas de saúde, de 3 escolas designadas por “outras” e de 6 escolas do ensino militar e policial.

Para o ano de 98 e no ensino superior particular e cooperativo foram analisados os dados de 9 Universidades<sup>148</sup>, 17 escolas diferentes do ensino universitário não integrado (incluindo os pólos são 26), 1 instituto politécnico com duas escolas diferentes, 50 escolas diferentes de ensino politécnico não

---

<sup>148</sup> Os dados da base referem-se ao total das universidades e pólos perfazendo um total de 16.

integrado (com os respectivos pólos perfazem 69), 6 estabelecimentos designados pôr outro (perfazendo com os pólos um total de 10).

No ensino concordatário foram contemplados os dados da Universidade Católica e de alguns dos seus pólos/escolas no total de 15.

O tipo de ensino e a instituição está identificado por um código de 3 a 4 dígitos que é já utilizado pela DGESup (Direcção Geral do Ensino Superior).

Código	Descrição
<b>100</b>	<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO</b>
<b>110</b>	<b>Universitário</b>
<b>120</b>	<b>Politécnico</b>
121	Geral
122	Escolas Saúde
123	Outras escolas
130	Ensino Militar e Policial
140	Outros
<b>200</b>	<b>ENSINO SUPERIOR PARTICULAR e COOPERATIVO</b>
210	Universidades
215	Escolas de Ensino Universitário não Integrado
216	Institutos Politécnicos
217	Escolas de Ensino Politécnico não Integrado
220	Outros Estabelecimentos
<b>300</b>	<b>Universidade Católica Portuguesa</b>

Em cada ano cada instituição tem os cursos nos quais disponibiliza vagas identificado por um nome ao qual corresponde um código (Anexo 5). Cada curso está integrado numa área científica que tem uma designação própria e também um código (Anexo 2) . Em 98 , no total do público e privado foram oferecidas vagas em 711 cursos diferentes. Existem, também, cursos que já não estão em funcionamento em 98 mas que figuram nos dados estatísticos de outros anos

Para cada curso figura ainda a indicação do grau que confere B- Bacharel, L- Licenciatura, BL- bacharelato seguido de licenciatura, P- Preparatórios ( não confere qualquer grau). É evidente que o número de registo dos cursos da base é maior do que o existente em 98 e isto porque:

- existem cursos que entretanto deixaram de funcionar
- existem outros que foram diversificados
- existem alguns que evoluíram para formações diferentes.

A análise de pormenor ao nível dos cursos permite uma leitura mais fina que nos poderá encaminhar para a conclusão de que alguns são “o mesmo

cozinhado de forma diferente”. Em alguns casos aparecem cursos com a mesma designação mas com códigos diferentes, residindo a diferença no grau que conferem (B ou L).<sup>149</sup> Também por vezes alguns cursos iniciam a oferta com uma designação a que corresponde um código, talvez provisório, que é posteriormente alterado. Esta questão aconselha que a codificação dos cursos seja eventualmente revista no sentido de uma melhor resposta que qualquer base de dados pode facultar.

A grande diversidade de cursos, o facto das suas designações não permitirem ver com clareza qual o seu conteúdo e a frequente necessidade de uma leitura a um nível intermédio de agregação mostrou-nos a conveniência em integrar cada um dos cursos de acordo com a sua área científica. Não há consenso a nível da classificação dos cursos em áreas científicas e deste modo utilizou-se a classificação do DESup. As áreas científicas consideradas e em que se inseriram os cursos que constam desta base figuram no Anexo 2 :

- Programas Gerais (código 000) engloba as subáreas dos Programas de Base (010) e Educação (100), correspondendo ao primeiro os cursos integrados na Alfabetização (080) e Desenvolvimento Pessoal (090) e ao segundo os cursos integrados na Formação de Professores e Ciências de Educação(140), os cursos integrados na Formação de Professores (141), e os cursos integrados nas Ciências da Educação (142).
- Humanidades e Letras ( código 200) e que engloba todas as formações codificadas com 210,211 ,212 ,213 ,214,215,220,221,222,223,224.
- Ciências Sociais Comércio e Direito ( código 300) e que engloba todas as formações codificadas com 310, 320 ,321 ,322 , 340,341,342,343,344,345,346, 380.
- Ciências (código 400) e que engloba todas as formações codificadas com 420, 440, 460, 480, 481,482.
- Engenharia, Indústria de Transformação e Construção (código 500) e que engloba todas as formações codificadas com 520, 521, 522, 523, 524, 525, 540, 541, 542, 543, 544, 580, 581, 582.
- Agricultura (código 600) e que engloba todas as formações codificadas com 620, 621, 622, 623, 624, 640.
- Saúde e Protecção Social (código 700) e que engloba todas as formações codificadas com 720, 721, 722, 723, 724, 760, 761, 762.
- Serviços (código 800) e que engloba todas as formações codificadas com 810, 811, 812, 813,814, 815, 840, 850, 860, 861, 862, 863.
- Desconhecido ou não discriminado (código 900). Foram aqui englobados todos os cursos que embora com designação própria, não possuíam código atribuído ( ou não foi possível localizá-lo) e que foram codificados com o 990. Estes cursos tinham características peculiares, isto é contemplavam várias áreas querendo indicar que eram cursos lançados com carácter experimental e que depois deram origem a vários cursos autónomos e em

---

<sup>149</sup> Em 99 e por força de alterações da Lei de Bases os cursos oferecidos serão Bietápicos conferindo o grau de B/L

áreas definidas. Apareceram só no ensino público, entre os anos de 80 e 88. Não atingiram mais que uma centena em cada ano.

Na nossa opinião também a codificação dos cursos em áreas científicas carece de ajustamentos sob pena de se realizarem análises menos adequadas resultantes dos pontos de partida. Para ter uma ideia da dimensão do problema pode afirmar-se que no ano de 98 foram oferecidas vagas em 136 cursos diferentes na área de Ciências Sociais, Comércio e Direito, 120 na área das Engenharias Indústria de Transformação e Construção, 111 na área das Artes, 96 na área das Ciências, 58 na área dos Serviços, 49 na área das Humanidades, 47 na área da Saúde e Protecção Social, 44 na área da Educação, 24 na área da Agricultura.

Também a título de exemplo referimos que a partir da base construída é possível através do cruzamento do n.º de código do tipo ensino/instituição com o código do curso determinar em cada ano o comportamento desse curso (em quantas instituições e quais) e como têm evoluído a sua oferta. Também permite, por exemplo, a obtenção dos dados do Anexo 4 sobre a variação das vagas de acesso, referidas a um dado intervalo de tempo e por tipos de instituições de ensino e por áreas científicas.

A localização geográfica foi outra das variáveis considerada nesta base de dados. Dada as características do ensino em observação – o superior – era óbvio que a influência geográfica localizada na freguesia seria irrelevante. No entanto, considerou-se já de algum interesse a influência geográfica localizada no concelho e correspondente distrito. Fez-se ainda a observação macro tendo em conta as 5 regiões administrativas em que o continente está dividido. Para cada curso e instituição considerou-se para além do nome o código do distrito e do concelho utilizado pelo INE<sup>150</sup>. Para as regiões consideraram-se também as indicadas por esta mesma instituição. Saliente-se que a divisão do país em regiões não tem um carácter uniforme, querendo com isto significar que existem distritos com concelhos em diferentes regiões. Para facilitar o tratamento dos dados criou-se um código sintético que reúne a informação do distrito e concelho de localização; por exemplo D6C11 - distrito com a designação 6 e concelho com a designação 11 veja-se a codificação no anexo 3.

---

<sup>150</sup> Porque este dado é introduzido para facilitar eventuais intercepções com outros dados do INE, chama-se a atenção para o facto da classificação do INE variar. Tomando como referência a ordem alfabética dos distritos e dos concelhos destes, os códigos alteram-se sempre que há a criação ou o desaparecimento de alguma divisão administrativa.

Anexo 1

Códificação das instituições

<b>COD. EST</b>	<b>Tipo</b>	<b>NOME INSTITUIÇÃO - ANEXO 1</b>	<b>Observações</b>
		<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - UNIVERSITÁRIO</b>	
<b>0100</b>	110	Universidade dos Açores	x - a funcionar em 98 92 originou 110 e 130
0110	110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	x
120	110	Universidade Açores - Horta	não considerado
0130	110	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	x
<b>0200</b>	110	Universidade do Algarve	x
<b>0300</b>	110	Universidade de Aveiro	x
<b>0400</b>	110	Universidade da Beira Interior	x
<b>0500</b>	110	Universidade de Coimbra	x
0501	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	x
0502	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	x
0503	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia	x
0504	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Farmácia	x
0505	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras	x
0506	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Medicina	x
0507	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da	x
0508	110	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências do Desporto e Educação	x
<b>0600</b>	110	Universidade de Évora	x
<b>0700</b>	110	Universidade de Lisboa	x
0701	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	x
0702	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	x
0703	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia	x
0704	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	x
0705	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	x
0706	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	x
5302	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas Artes	x
6600	110	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Dentária	x
<b>0800</b>	110	Universidade Técnica de Lisboa	x
0801	110	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Medicina Veterinária	x
0802	110	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura	x
0803	110	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	x
0804	110	Universidade Técnica de Lisboa - Inst. Sup. Ciências Sociais e Políticas	x
0805	110	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	x
0806	110	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana	x
0807	110	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	x
<b>0900</b>	110	Universidade Nova de Lisboa	x
0901	110	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	x
0902	110	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	x
0903	110	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia	x
0904	110	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	x
0906	110	Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Estatística e Gestão de	x
0911	110	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	x
0912	110	Universidade Nova de Lisboa - Curso de Conservação e Restauro	x
<b>1000</b>	110	Universidade do Minho	x
<b>1100</b>	110	Universidade do Porto	x
1101	110	Universidade do Porto - Inst. Sup. de Ciências da Nutrição e Alimentação	x
1102	110	Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura	x
1103	110	Universidade do Porto - Faculdade de Ciências	x
1104	110	Universidade do Porto - Faculdade de Economia	x
1105	110	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	x
1106	110	Universidade do Porto - Faculdade de Farmácia	x
1107	110	Universidade do Porto - Faculdade de Letras	x
1108	110	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	x
1109	110	Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	x
1110	110	Universidade do Porto - Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar	x
1111	110	Universidade do Porto - Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação	x
1113	110	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina Dentária	x
1114	110	Universidade do Porto - Faculdade de Direito	x
1190	110	Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura - Viseu	só funcionou até 91
5402	110	Universidade do Porto - Faculdade de Belas-Artes	x
<b>1200</b>	110	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	x
1280	110	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Miranda do Douro)	x
1290	110	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Chaves)	x
<b>1300</b>	110	Universidade da Madeira	x
1400	110	Universidade Aberta	não considerado
<b>6800</b>	110	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	x

**ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - POLITÉCNICO GERAL**

<b>3011</b>	121	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro	x
<b>3012</b>	121	Universidade de Aveiro - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de	x
<b>3020</b>	121	Instituto Politécnico de Beja	x
3021	121	Escola Superior Agrária de Beja	x
3022	121	Escola Superior de Educação de Beja	x
3023	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja	x
<b>3030</b>	121	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	x
3031	121	Escola Superior de Gestão de Barcelos	x
3032	121	Escola Superior de Tecnologia	x
<b>3040</b>	121	Instituto Politécnico de Bragança	x
3041	121	Escola Superior Agrária de Bragança	x
3042	121	Escola Superior de Educação de Bragança	x
3043	121	Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	x
3044	121	Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança (Mirandela)	x
<b>3050</b>	121	Instituto Politécnico de Castelo Branco	x
3051	121	Escola Superior Agrária de Castelo Branco	x
3052	121	Escola Superior de Educação de Castelo Branco	x
3053	121	Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	x
3054	121	Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	x
3055	121	Escola Superior de Artes APLICADAS de Castelo Branco	não considerado
<b>3060</b>	121	Instituto Politécnico de Coimbra	x
3061	121	Escola Superior Agrária de Coimbra	x
3062	121	Escola Superior de Educação de Coimbra	x
3063	121	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra	x
3064	121	Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	x
		<b>Universidade do Algarve</b>	x
3081	121	Escola Superior de Educação de Faro	x
3082	121	Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	x
3083	121	Escola Superior de Tecnologia de Faro	x
3084	121	Escola Superior de Educação de Faro (Vila Real de Santo António)	só funcionou até 97
3085	121	Escola S. de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (V R de Sto António)	só funcionou até 93
3087	121	Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	x
<b>3090</b>	121	Instituto Politécnico da Guarda	x
3091	121	Escola Superior de Educação da Guarda	x
3092	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda	x
3093	121	Escola Superior de Educação da Guarda (Seia)	só funcionou até 93
3094	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda (Seia)	x
<b>3100</b>	121	Instituto Politécnico de Leiria	x
3101	121	Escola Superior de Educação de Leiria	x
3102	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria	x
3103	121	Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design Caldas da Rainha	x
3104	121	Escola Superior de Educação de Leiria (Caldas da Rainha)	x
3105	121	Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche	não considerado
3106	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (Peniche)	x
<b>3110</b>	121	Instituto Politécnico de Lisboa	x
3111	121	Escola Superior de Dança de Lisboa	x
3112	121	Escola Superior de Educação de Lisboa	x
3113	121	Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa	x
3114	121	Escola Superior de Música de Lisboa	x
3116	121	Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa	x
3117	121	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa	x
3118	121	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	x
<b>3120</b>	121	Instituto Politécnico de Portalegre	x
3121	121	Escola Superior de Educação de Portalegre	x
3122	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre	x
3123	121	Escola Superior Agrária de Elvas	x
<b>3130</b>	121	Instituto Politécnico do Porto	x
3131	121	Escola Superior de Educação do Porto	x
3132	121	Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Porto	x
3134	121	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	x
3135	121	Instituto Superior de Engenharia do Porto	x
3136	121	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Vila do Conde)	x
3137	121	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Póvoa do Varzim)	x
3138	121	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Porto)	originou 3137 e 3136
<b>3140</b>	121	Instituto Politécnico de Santarém	x
3141	121	Escola Superior Agrária de Santarém	x
3142	121	Escola Superior de Educação de Santarém	x

3143	121	Escola Superior de Gestão de Santarém	x
3144	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar	só funcionou até 96
3145	121	Escola Superior de Desporto de Rio Maior	x
<b>3150</b>	121	Instituto Politécnico de Setúbal	x
3151	121	Escola Superior de Educação de Setúbal	x
3152	121	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	x
3153	121	Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal	x
3154	121	Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	não considerado
<b>3160</b>	121	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	x
3161	121	Escola Superior Agrária de Ponte de Lima	x
3162	121	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo	x
3163	121	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo	x
<b>3180</b>	121	Instituto Politécnico de Viseu	x
3181	121	Escola Superior de Educação de Viseu	x
3182	121	Escola Superior de Tecnologia de Viseu	x
3183	121	Escola Superior de Educação de Viseu (Lamego)	x
3184	121	Escola Superior de Tecnologia de Viseu (Lamego)	só funcionou até 95
3185	121	Escola Superior Agrária de Viseu	
<b>3202</b>	121	Escola Superior de Educação da Madeira	só funcionou até 88
<b>3240</b>	121	Instituto Politécnico de Tomar	x
3241	121	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	x
3242	121	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	x
		<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - Politécnico / Escolas de Saúde</b>	
<b>7005</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Beja	x
<b>7010</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian	x
<b>7015</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Bragança	x
<b>7020</b>	122	Escola Superior de Enfermagem do Dr. Lopes Dias	x
<b>7025</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto	x
<b>7026</b>	122	Escola Superior de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca	x
<b>7030</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus	x
<b>7035</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Faro	x
<b>7040</b>	122	Escola Superior de Enfermagem da Guarda	x
<b>7045</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Leiria	x
<b>7050</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara	x
7051	122	Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende	não considerado
<b>7052</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil	x
<b>7053</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa	x
<b>7055</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Portalegre	x
<b>7060</b>	122	Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto	x
<b>7061</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de São João	x
<b>7062</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes	x
<b>7065</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Santarém	x
<b>7075</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo	x
<b>7080</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Vila Real	x
<b>7085</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Viseu	x
<b>7090</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo	x
<b>7091</b>	122	Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada	x
7095	122	Escola Superior de Enfermagem da Madeira	não considerado
<b>7210</b>	122	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	x
<b>7220</b>	122	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	x
<b>7230</b>	122	Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto	x
		<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - Politécnico / Outras Escolas</b>	x
<b>7105</b>	123	Escola Náutica Infante D. Henrique	x
<b>7110</b>	123	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	x
<b>7610</b>	123	Escola Superior de Conservação e Restauro	só funcionou até 97
<b>3210</b>	123	Instituto Gregoriano de Lisboa	só funcionou até 90
		<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - Politécnico / Militar e Policial</b>	x
<b>7505</b>	130	Academia da Força Aérea - Escola Superior de Tecnologias Militares	x
<b>7510</b>	130	Academia Militar	x
7515	130	Escola Superior Politécnica do Exército	não considerado
<b>7520</b>	130	Escola Naval	x
7525	130	Escola Superior de Tecnologias Navais	não considerado
<b>7530</b>	130	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	x
<b>7540</b>	130	Escola de Serviço de Saúde Militar	x
<b>7620</b>	130	Instituto Militar dos Pupilos do Exército- Secção de Ens. Superior	x
		<b>PARTICULAR E COOPERATIVO - UNIVERSIDADES</b>	
<b>2100</b>	210	Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	x
2101	210	Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (Caldas da Rainha)	x
<b>2300</b>	210	Universidade Internacional	x
2301	210	Universidade Internacional (Chaves)	não considerado



2302	210	Universidade Internacional da Figueira da Foz	x
2400	210	Universidade Lusíada	x
2401	210	Universidade Lusíada (Porto)	x
2402	210	Universidade Lusíada (Vila Nova de Famalicão)	x
2500	210	Universidade Portucalense Infante D. Henrique	x
2600	210	Universidade Independente	x
2700	210	Universidade Atlântica	x
2750	210	Universidade Fernando Pessoa	x
2751	210	Universidade Fernando Pessoa (unidade de Ponte de Lima)	x
2800	210	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	x
4030	210	Universidade Moderna	x
4032	210	Universidade Moderna (Porto)	x
		<b>PARTICULAR E COOPERATIVO - UNIVERSITÁRIO não integrado</b>	x
4020	215	Escola Superior de Actividades Imobiliárias -ESAI	x
4025	215	Escola Superior Gallaecia	não considerado
4031	215	DINENSINO-Ensino, Desenvolvimento e Cooperação, CRL (Setúbal)	x
4033	215	DINENSINO-Ensino, Desenvolvimento e Cooperação, CRL (Beja)	x
4050	215	COCITE - Coop. de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática (Lisboa)	x
4051	215	COCITE - Coop. de Técn. Avançadas de Gestão e Informática (T.Vedras)	não considerado
4052	215	COCITE - Coop. de Técn. Avançadas de Gestão e Informática (Setúbal)	x
4111	215	Escola Superior de Design	x
4112	215	Escola Superior de Marketing e Publicidade	x
4120	215	Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra - ETAC	x
4255	215	Instituto Superior Bissaya Barreto	x
4260	215	Instituto Superior de Ciências da Saúde - Sul	x
4290	215	Instituto Superior D. Afonso III (Loulé)	x
4295	215	Instituto Superior de Comunicação Empresarial - ISCEM	x
4300	215	Instituto Superior de Gestão ( ISG)	x
4301	215	Instituto Superior de Gestão (ISG) Torres Vedras	x
4306	215	Instituto Sup. de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Almada	x
4307	215	Instituto Sup. de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Mirandela	x
4308	215	Instituto Sup. de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Viseu	x
4450	215	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	x
4451	215	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) Beja	x
4500	215	Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra - Miguel Torga	x
4510	215	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	x
4511	215	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (Beja)	x
4520	215	Instituto Superior de Serviço Social do Porto	x
4550	215	Instituto Superior de Transportes ISTP (Entroncamento)	x
4551	215	Instituto Superior de Transportes ISTP (Lisboa)	x
		<b>PARTICULAR E COOPERATIVO - Institutos Politécnicos</b>	
4440	216	Instituto Superior Politécnico Gaya	x
4441	216	Instituto Superior Politécnico Gaya - Escola S. de Desenvolvimento Social e	x
4442	216	Instituto Superior Politécnico Gaya - Escola S. de Ciência e Tecnologia	x
		<b>PARTICULAR E COOPERATIVO - Ensino Politécnico não Integrado</b>	
4002	217	Academia Nacional Superior de Orquestra	x
4005	217	Conservatório Superior de Música de Gaia	não considerado
4010	217	Escola Superior Artística do Porto - ESAP	x
4011	217	Escola Superior Artística do Porto - ESAP (Guimarães)	x
4065	217	Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich	x
4068	217	Escola Superior de Artes Decorativas	x
4069	217	Escola Superior de Artes e Design	x
4074	217	Escola Superior de Educação de Almeida Garrett	x
4076	217	Escola Superior de Educação de Fafe	x
4077	217	Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada	x
4078	217	Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo	x
4079	217	Escola Superior de Educação Jean Piaget do Nordeste	x
4081	217	Escola Superior de Educação Jean Piaget de Viseu	x
4080	217	Escola Superior de Educação de João de Deus	x
4085	217	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	x
4090	217	Escola Superior de Educação de Santa Maria	x
4091	217	Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa	x
4092	217	Escola Superior de Enfermagem da Imaculada Conceição	x
4093	217	Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado	x
4094	217	Escola Superior de Enfermagem de S. Vicente de Paulo	x
4095	217	Escola Superior de Educação de Torres Novas	x
4096	217	Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias	x
4097	217	Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria	x
4098	217	Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny	x
4099	217	Escola Superior de Enfermagem Jean Piaget do Nordeste	x

4100	217	Escola Superior de Jornalismo - ESJ	x
4103	217	Escola Superior de Enfermagem Jean Piaget de Viseu	x
4105	217	Escola Superior de Saúde do Alcoitão	x
4108	217	Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	x
4109	217	Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa	x
4115	217	Escola Superior de Tecnologias de Fafe	x
4125	217	Instituto de Electromecânica e Energia	x
4127	217	Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade	x
4130	217	Instituto Erasmus de Ensino Superior	originou Universidade
4131	217	Instituto Erasmus de Ensino Superior (Ponte de Lima)	x
4140	217	Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais - IESF (Lisboa)	x
4141	217	Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais - IESF (Porto)	x
4155	217	Instituto Português de Administração de Marketing - IPAM (Porto)	x
4156	217	Instituto Português de Administração de Marketing - IPAM (Lisboa)	x
4157	217	Instituto Português de Administração de Marketing - IPAM (Aveiro)	x
4159	217	Instituto Português de Estudos Superiores	x
4160	217	Instituto Politécnico Autónomo - IPA	x
4170	217	Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa - ISACE	x
4200	217	Instituto Superior de Administração e Gestão - ISAG	x
4220	217	Instituto Superior de Administração e Línguas - ISAL	x
4250	217	Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes - ISAI	x
4270	217	Instituto Superior de Ciências Educativas - ISCE (Loures)	x
4271	217	Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras	x (vagas em 4270)
4272	217	Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde	x
4277	217	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração - ISCIA	x
4280	217	Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo - ISCET	x
4283	217	Instituto Superior de Entre Douro e Vouga -ISVOUGA	x
4288	217	Instituto Superior de Ciências Humanas e Tecnológicas	não considerado
4298	217	Instituto Superior de Educação e Ciências	x
4299	217	Instituto Superior de Educação e Trabalho	não considerado
4303	217	Instituto Superior de Espinho	não considerado
4305	217	Instituto Superior de Gestão Bancária	x
4310	217	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias - ISHT (Lisboa)	x
4311	217	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias - ISHT (Castelo Branco)	x
4312	217	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias - ISHT (Marinha Grande)	x
4313	217	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias - ISHT (Torres Vedras)	x
4314	217	Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias - ISHT (Portimão)	x
4360	217	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Lisboa)	x
4361	217	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Marinha Grande)	x
4362	217	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Castelo Branco)	x
4363	217	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Fundão)	x
4364	217	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Torres Vedras)	x
4365	220	Instituto Superior de Matemática e Gestão - ISMAG (Portimão)	x
4380	217	Instituto Superior de Paços de Brandão - ISPAB	x
4425	217	Instituto Superior Politécnico Internacional - ISPI	x
4426	217	Instituto Superior Politécnico Internacional de Chaves	não considerado
4430	217	Instituto Superior Politécnico Portucalense	x
4435	217	Instituto Superior Politécnico Portucalense (Lamego)	não considerado
4436	217	Instituto Superior Politécnico Portucalense (Penafiel)	x
4437	217	Instituto Superior Politécnico Portucalense (Santo Tirso)	não considerado
4530	217	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas - ISTEAC (Lisboa)	x
4531	217	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas - ISTEAC (Porto)	x
4545	217	Instituto Superior de Tecnologia Empresarial	não considerado
<b>PARTICULAR e COOPERATIVO - Outros Estabelecimentos</b>			
4110	220	Instituto de Artes Visuais Design e Marketing-IADE	x
4128	220	Instituto Empresarial Portuense	não considerado
4150	220	Instituto Superior de Novas Profissões -ISNP	x
4261	220	Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte	x
4285	220	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa -ISCIE	x
4350	220	Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA (Lisboa)	x
4351	220	Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA (Bragança)	x
4352	220	Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA (Santarém)	x
4353	220	Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA (Vila Nova de Gaia)	x
4354	220	Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA (Leiria)	x
4358	220	Instituto Superior da Maia -ISMAI	x
4370	220	Instituto Superior de Matemáticas Modernas	não considerado
4540	220	Instituto Superior Tomaz Alcaide	não considerado

<b>2200</b>	<b>300</b>	<b>ENSINO CONCORDATÁRIO - Universidade Católica Portuguesa</b>	
2210 ??	300	Escola Superior de Biotecnologia Porto	não considerado
2210	300	Escola Superior de Biotecnologia (Caldas da Rainha)	não considerado
<b>2220</b>	300	Faculdade de Ciências Humanas (Lisboa)	x
2221	300	Faculdade de Ciências Humanas (Braga)	não considerado
<b>2222</b>	300	Faculdade de Ciências Humanas (Leiria)	x
<b>2230</b>	300	Faculdade de Filosofia	x
2231	300	Faculdade de Filosofia (em regime de extensão no Funchal)	não considerado
<b>2235</b>	300	Faculdade de Letras	x
2236	300	Faculdade de Letras (Leiria)	não considerado
<b>2240</b>	300	Faculdade de Teologia	x
<b>2241</b>	300	Faculdade de Teologia (Braga)	x
<b>2242</b>	300	Faculdade de Teologia (Porto)	x
2243	300	Faculdade de Teologia (em regime de extensão em Viseu)	não considerado
2244	300	Faculdade de Teologia (em regime de extensão em Vila Real)	não considerado
2245	300	Faculdade de Teologia (em regime de extensão em Viana do Castelo)	não considerado
2246	300	Faculdade de Teologia (em regime de extensão no Funchal)	não considerado
<b>2250</b>	300	Escola Superior de Ciências e Tecnologia	x
<b>2251</b>	300	Escola Superior de Ciências e Tecnologia (Viseu)	x
<b>2260</b>	300	Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social	x
<b>2265</b>	300	Escola das Artes	x
<b>2270</b>	300	Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais	x
<b>2271</b>	300	Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (Porto)	x
2272	300	Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (Figueira da Foz)	não considerado
2273	300	Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (Leiria)	não considerado
2274	300	Faculdade de Ciências E. e Empresariais (em regime de ext. no Funchal)	não considerado
<b>2280</b>	300	Faculdade de Direito	x
<b>2281</b>	300	Faculdade de Direito (Porto)	x

## Anexo 2

### Codificação das áreas científicas

AREA	DESCRITIVO
000	Programas Gerais
010	Programas de Base
080	Alfabetização e Aprendizagem do Cálculo
090	Desenvolvimento Pessoal
100	Educação
140	Formação de Professores e Ciências da Educação
141	Formação de Professores
142	Ciências da Educação
200	Humanidades e Artes
210	Artes
211	Belas-Artes
212	Música e Artes do Espectáculo
213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Media
214	Design
215	Artesanato
220	Humanidades
221	Religião e Teologia
222	Línguas e Culturas Estrangeiras
223	Línguas Maternas
224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
300	Ciências Sociais, Comércio e Direito
310	Ciências Sociais e do Comportamento
320	Jornalismo e Informação
321	Jornalismo e Reportagem
322	Gestão Bibliotecária, Informação e Arquivo
340	Comércio e Administração
341	Comércio por Grosso e a Retalho
342	Marketing e Publicidade
343	Finança, Banca , Seguros
344	Contabilidade e Auditoria
345	Gestão e Administração
346	Secretariado e Escritório
380	Direito
400	Ciências
420	Ciências da Vida
440	Física
460	Matemática e Estatística
480	Informática
481	Ciências Informáticas
482	Utilização do Computador

AREA	DESCRITIVO
500	Engenharia, Indústria de Transformação e Construção
520	Engenharia e Técnicas Afins
521	Mecânica e Trabalho do Metal
522	Electricidade e Energia
523	Electrónica e Automação
524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
540	Indústrias de Transformação e Tratamento
541	Tratamento de Produtos Alimentares
542	Texteis, Vestuário, Calçado, Couro
543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
544	Indústrias Mineiras e Extractivas
580	Arquitectura e Construção
581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
582	Edifícios e Engenharia Civil
600	Agricultura
620	Agricultura, Silvicultura e Pescas
621	Produção Agrícola e Animal
622	Horticultura
623	Silvicultura
624	Pescas
640	Veterinária
700	Saúde e Protecção Social
720	Saúde
721	Medicina
722	Serviços Médicos
723	Enfermagem
724	Ciências Dentárias
760	Serviços Sociais
761	Apoio a Crianças e Jovens
762	Acção Social
800	Serviços
810	Serviços a Particulares
811	Hotelaria, Restauração e Catering
812	Viagens, Turismo e Lazer
813	Desporto
814	Serviços Domésticos
815	Cabeleireiro e Estética
840	Serviços de Transporte
850	Protecção do Ambiente
860	Serviços de Segurança
861	Protecção de Bens e Pessoas
862	Segurança e Saúde Ocupacional
863	Ciências Militares
900	Desconhecido ou não Discriminado
990	Desconhecido ou não Discriminado

### Anexo 3

#### Codificação de distritos e concelhos

<b>Distrito</b>	<b>Cod.D</b>	<b>Concelho</b>	<b>Cod.C</b>	<b>N1</b>	<b>N2</b>	<b>N3</b>	<b>Designação de Nuts II</b>	<b>base dados</b>
<b>Aveiro</b>								
Aveiro	1	Águeda	1	1	2	1	Centro	D01C01
Aveiro	1	Albergaria a Velha	2	1	2	1	Centro	D01C02
Aveiro	1	Anadia	3	1	2	1	Centro	D01C03
Aveiro	1	Arouca	4	1	1	6	Norte	D01C04
Aveiro	1	Aveiro	5	1	2	1	Centro	D01C05
Aveiro	1	Castelo Paiva	6	1	1	5	Norte	D01C06
Aveiro	1	Espinho	7	1	1	4	Norte	D01C07
Aveiro	1	Estarreja	8	1	2	1	Centro	D01C08
Aveiro	1	Santa Maria da Feira	9	1	1	6	Norte	D01C09
Aveiro	1	Ílhavo	10	1	2	1	Centro	D01C10
Aveiro	1	Mealhada	11	1	2	1	Centro	D01C11
Aveiro	1	Murtosa	12	1	2	1	Centro	D01C12
Aveiro	1	Oliveira de Azeméis	13	1	1	6	Norte	D01C13
Aveiro	1	Oliveira do Bairro	14	1	2	1	Centro	D01C14
Aveiro	1	Ovar	15	1	2	1	Centro	D01C15
Aveiro	1	São João da Madeira	16	1	1	6	Norte	D01C16
Aveiro	1	Sever do Vouga	17	1	2	1	Centro	D01C17
Aveiro	1	Vagos	18	1	2	1	Centro	D01C18
Aveiro	1	Vale de Cambra	19	1	1	6	Norte	D01C19
<b>Beja</b>								
Beja	2	Aljustrel	1	4	4	4	Alentejo	D02C01
Beja	2	Almodovar	2	4	4	4	Alentejo	D02C02
Beja	2	Alvito	3	4	4	4	Alentejo	D02C03
Beja	2	Barrancos	4	4	4	4	Alentejo	D02C04
Beja	2	Beja	5	4	4	4	Alentejo	D02C05
Beja	2	Castro Verde	6	4	4	4	Alentejo	D02C06
Beja	2	Cuba	7	4	4	4	Alentejo	D02C07
Beja	2	Ferreira do Alentejo	8	4	4	4	Alentejo	D02C08
Beja	2	Mértola	9	4	4	4	Alentejo	D02C09
Beja	2	Moura	10	4	4	4	Alentejo	D02C10
Beja	2	Odemira	11	4	4	4	Alentejo	D02C11
Beja	2	Ourique	12	4	4	4	Alentejo	D02C12
Beja	2	Serpa	13	4	4	4	Alentejo	D02C13
Beja	2	Vidigueira	14	4	4	4	Alentejo	D02C14
<b>Braga</b>								
Braga	3	Amares	1	1	1	2	Norte	D03C01
Braga	3	Barcelos	2	1	1	2	Norte	D03C02
Braga	3	Braga	3	1	1	2	Norte	D03C03
Braga	3	Cabeceiras de Basto	4	1	1	5	Norte	D03C04
Braga	3	Celorico de Basto	5	1	1	5	Norte	D03C05
Braga	3	Esposende	6	1	1	2	Norte	D03C06
Braga	3	Fafe	7	1	1	3	Norte	D03C07
Braga	3	Guimarães	8	1	1	3	Norte	D03C08
Braga	3	Póvoa Lanhoso	9	1	1	3	Norte	D03C09
Braga	3	Terras de Bouro	10	1	1	2	Norte	D03C10
Braga	3	Vieira do Minho	11	1	1	3	Norte	D03C11
Braga	3	V. Nova de Famalicão	12	1	1	3	Norte	D03C12
Braga	3	Vila Verde	13	1	1	2	Norte	D03C13
Braga	3	Vizela	14	1	1	3	Norte	D03C14
<b>Bragança</b>								
Bragança	4	Alfandega da Fé	1	1	1	8	Norte	D04C01
Bragança	4	Bragança	2	1	1	8	Norte	D04C02
Bragança	4	Carraceda de Ansiães	3	1	1	7	Norte	D04C03
Bragança	4	Freixo Espada Cinta	4	1	1	7	Norte	D04C04
Bragança	4	Macedo Cavaleiros	5	1	1	8	Norte	D04C05
Bragança	4	Miranda do Douro	6	1	1	8	Norte	D04C06
Bragança	4	Mirandela	7	1	1	8	Norte	D04C07
Bragança	4	Mogadouro	8	1	1	8	Norte	D04C08
Bragança	4	Torre de Moncorvo	9	1	1	7	Norte	D04C09
Bragança	4	Vila Flor	10	1	1	7	Norte	D04C10
Bragança	4	Vimioso	11	1	1	8	Norte	D04C11



Bragança	4	Vinhais	12	1	1	8	Norte	D04C12
<b>Castelo Branco</b>								
Castelo Branco	5	Belmonte	1	1	2	10	Centro	D05C01
Castelo Branco	5	Castelo Branco	2	1	2	9	Centro	D05C02
Castelo Branco	5	Covilhã	3	1	2	10	Centro	D05C03
Castelo Branco	5	Fundão	4	1	2	10	Centro	D05C04
Castelo Branco	5	Idanha a Nova	5	1	2	9	Centro	D05C05
Castelo Branco	5	Oleiros	6	1	2	6	Centro	D05C06
Castelo Branco	5	Penamacor	7	1	2	9	Centro	D05C07
Castelo Branco	5	Proença a Nova	8	1	2	6	Centro	D05C08
Castelo Branco	5	Sertã	9	1	2	6	Centro	D05C09
Castelo Branco	5	Vila de Rei	10	1	2	6	Centro	D05C10
Castelo Branco	5	Vila Velha de Ródão	11	1	2	9	Centro	D05C11
<b>Coimbra</b>								
Coimbra	6	Arganil	1	1	2	4	Centro	D06C01
Coimbra	6	Cantanhede	2	1	2	2	Centro	D06C02
Coimbra	6	Coimbra	3	1	2	2	Centro	D06C03
Coimbra	6	Condeixa a Nova	4	1	2	2	Centro	D06C04
Coimbra	6	Figueira da Foz	5	1	2	2	Centro	D06C05
Coimbra	6	Góis	6	1	2	4	Centro	D06C06
Coimbra	6	Lousã	7	1	2	4	Centro	D06C07
Coimbra	6	Mira	8	1	2	2	Centro	D06C08
Coimbra	6	Miranda do Corvo	9	1	2	4	Centro	D06C09
Coimbra	6	Montemor o Velho	10	1	2	2	Centro	D06C10
Coimbra	6	Oliveira do Hospital	11	1	2	4	Centro	D06C11
Coimbra	6	Pampilhosa da Serra	12	1	2	4	Centro	D06C12
Coimbra	6	Penacova	13	1	2	2	Centro	D06C13
Coimbra	6	Penela	14	1	2	4	Centro	D06C14
Coimbra	6	Soure	15	1	2	2	Centro	D06C15
Coimbra	6	Tábua	16	1	2	4	Centro	D06C16
Coimbra	6	Vila Nova de Poiares	17	1	2	4	Centro	D06C17
<b>Évora</b>								
Évora	7	Alandroal	1	1	4	3	Alentejo	D07C01
Évora	7	Arraiolos	2	1	4	3	Alentejo	D07C02
Évora	7	Borba	3	1	4	3	Alentejo	D07C03
Évora	7	Estremoz	4	1	4	3	Alentejo	D07C04
Évora	7	Évora	5	1	4	3	Alentejo	D07C05
Évora	7	Montemor o Novo	6	1	4	3	Alentejo	D07C06
Évora	7	Mora	7	1	4	2	Alentejo	D07C07
Évora	7	Mourão	8	1	4	3	Alentejo	D07C08
Évora	7	Portel	9	1	4	3	Alentejo	D07C09
Évora	7	Redondo	10	1	4	3	Alentejo	D07C10
Évora	7	Reguengos Monsaraz	11	1	4	3	Alentejo	D07C11
Évora	7	Vendas Novas	12	1	4	3	Alentejo	D07C12
Évora	7	Viana do Alentejo	13	1	4	3	Alentejo	D07C13
Évora	7	Vila Viçosa	14	1	4	3	Alentejo	D07C14
<b>Faro</b>								
Faro	8	Albufeira	1	1	5	1	Algarve	D08C01
Faro	8	Alcoutim	2	1	5	1	Algarve	D08C02
Faro	8	Aljezur	3	1	5	1	Algarve	D08C03
Faro	8	Castro Marim	4	1	5	1	Algarve	D08C04
Faro	8	Faro	5	1	5	1	Algarve	D08C05
Faro	8	Lagoa	6	1	5	1	Algarve	D08C06
Faro	8	Lagos	7	1	5	1	Algarve	D08C07
Faro	8	Loulé	8	1	5	1	Algarve	D08C08
Faro	8	Monchique	9	1	5	1	Algarve	D08C09
Faro	8	Olhão	10	1	5	1	Algarve	D08C10
Faro	8	Portimão	11	1	5	1	Algarve	D08C11
Faro	8	São Brás de Alportel	12	1	5	1	Algarve	D08C12
Faro	8	Silves	13	1	5	1	Algarve	D08C13
Faro	8	Tavira	14	1	5	1	Algarve	D08C14
Faro	8	Vila do Bispo	15	1	5	1	Algarve	D08C15
Faro	8	V. Real St. António	16	1	5	1	Algarve	D08C16
<b>Guarda</b>								
Guarda	9	Aguiar da Beira	1	1	2	5	Centro	D09C01
Guarda	9	Almeida	2	1	2	8	Centro	D09C02

Guarda	9	Celorico da Beira	3	1	2	8	Centro	D09C03
Guarda	9	Figueira C. Rodrigo	4	1	2	8	Centro	D09C04
Guarda	9	Fornos de Algodres	5	1	2	7	Centro	D09C05
Guarda	9	Gouveia	6	1	2	7	Centro	D09C06
Guarda	9	Guarda	7	1	2	8	Centro	D09C07
Guarda	9	Manteigas	8	1	2	8	Centro	D09C08
Guarda	9	Meda	9	1	2	8	Centro	D09C09
Guarda	9	Pinhel	10	1	2	8	Centro	D09C10
Guarda	9	Sabugal	11	1	2	8	Centro	D09C11
Guarda	9	Seia	12	1	2	7	Centro	D09C12
Guarda	9	Trancoso	13	1	2	8	Centro	D09C13
Guarda	9	Vila Nova de Foz Coa	14	1	2	7	Norte	D09C14
<b>Leiria</b>								
Leiria	10	Alcobaça	1	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C01
Leiria	10	Alvaiázere	2	1	2	4	Centro	D10C02
Leiria	10	Ansião	3	1	2	4	Centro	D10C03
Leiria	10	Batalha	4	1	2	3	Centro	D10C04
Leiria	10	Bombarral	5	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C05
Leiria	10	Caldas da Rainha	6	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C06
Leiria	10	Castanheira de Pêra	7	1	2	4	Centro	D10C07
Leiria	10	Figueiró dos Vinhos	8	1	2	4	Centro	D10C08
Leiria	10	Leiria	9	1	2	3	Centro	D10C09
Leiria	10	Marinha Grande	10	1	2	3	Centro	D10C10
Leiria	10	Nazaré	11	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C11
Leiria	10	Óbidos	12	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C12
Leiria	10	Pedrogão Grande	13	1	2	4	Centro	D10C13
Leiria	10	Peniche	14	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D10C14
Leiria	10	Pombal	15	1	2	3	Centro	D10C15
Leiria	10	Porto Mós	16	1	2	3	Centro	D10C16
<b>Lisboa</b>								
Lisboa	11	Alenquer	1	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C01
Lisboa	11	Arruda dos Vinhos	2	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C02
Lisboa	11	Azambuja	3	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D11C03
Lisboa	11	Cadaval	4	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C04
Lisboa	11	Cascais	5	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C05
Lisboa	11	Lisboa	6	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C06
Lisboa	11	Loures	7	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C07
Lisboa	11	Lourinhã	8	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C08
Lisboa	11	Mafra	9	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C09
Lisboa	11	Oeiras	10	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C10
Lisboa	11	Sintra	11	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C11
Lisboa	11	Sobral de M. Agraço	12	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C12
Lisboa	11	Torres Vedras	13	1	3	1	Lisboa e Vale do Tejo	D11C13
Lisboa	11	Vila Franca de Xira	14	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C14
Lisboa	11	Amadora	15	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C15
Lisboa	11	Odivelas	16	1	3	2	Lisboa e Vale do Tejo	D11C16
<b>Portalegre</b>								
Portalegre	12	Alter do Chão	1	1	4	2	Alentejo	D12C01
Portalegre	12	Arronches	2	1	4	2	Alentejo	D12C02
Portalegre	12	Avis	3	1	4	2	Alentejo	D12C03
Portalegre	12	Campo Maior	4	1	4	2	Alentejo	D12C04
Portalegre	12	Castelo Vide	5	1	4	2	Alentejo	D12C05
Portalegre	12	Crato	6	1	4	2	Alentejo	D12C06
Portalegre	12	Elvas	7	1	4	2	Alentejo	D12C07
Portalegre	12	Fronteira	8	1	4	2	Alentejo	D12C08
Portalegre	12	Gavião	9	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D12C09
Portalegre	12	Marvão	10	1	4	2	Alentejo	D12C10
Portalegre	12	Monforte	11	1	4	2	Alentejo	D12C11
Portalegre	12	Nisa	12	1	4	2	Alentejo	D12C12
Portalegre	12	Ponte de Sor	13	1	4	2	Alentejo	D12C13
Portalegre	12	Portalegre	14	1	4	2	Alentejo	D12C14
Portalegre	12	Sousel	15	1	4	3	Alentejo	D12C15
<b>Porto</b>								
Porto	13	Amarante	1	1	1	5	Norte	D13C01
Porto	13	Baião	2	1	1	5	Norte	D13C02
Porto	13	Felgueiras	3	1	1	5	Norte	D13C03

Porto	13	Gondomar	4	1	1	4	Norte	D13C04
Porto	13	Lousada	5	1	1	5	Norte	D13C05
Porto	13	Maia	6	1	1	4	Norte	D13C06
Porto	13	Marco de Canaveses	7	1	1	5	Norte	D13C07
Porto	13	Matosinhos	8	1	1	4	Norte	D13C08
Porto	13	Paços Ferreira	9	1	1	5	Norte	D13C09
Porto	13	Paredes	10	1	1	5	Norte	D13C10
Porto	13	Penafiel	11	1	1	5	Norte	D13C11
Porto	13	Porto	12	1	1	4	Norte	D13C12
Porto	13	Póvoa Varzim	13	1	1	4	Norte	D13C13
Porto	13	Santo Tirso	14	1	1	3	Norte	D13C14
Porto	13	Valongo	15	1	1	4	Norte	D13C15
Porto	13	Vila do Conde	16	1	1	4	Norte	D13C16
Porto	13	Vila Nova de Gaia	17	1	1	4	Norte	D13C17
Porto	13	Trofa	18	1	1	3	Norte	D13C18
<b>Santarém</b>								
Santarém	14	Abrantes	1	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C01
Santarém	14	Alcanena	2	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C02
Santarém	14	Almeirim	3	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C03
Santarém	14	Alpiarça	4	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C04
Santarém	14	Benavente	5	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C05
Santarém	14	Cartaxo	6	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C06
Santarém	14	Chamusca	7	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C07
Santarém	14	Constância	8	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C08
Santarém	14	Coruche	9	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C09
Santarém	14	Entroncamento	10	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C10
Santarém	14	Ferreira de Zêzere	11	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C11
Santarém	14	Golegã	12	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C12
Santarém	14	Mação	13	1	2	6	Centro	D14C13
Santarém	14	Rio Maior	14	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C14
Santarém	14	Salvaterra de Magos	15	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C15
Santarém	14	Santarém	16	1	3	5	Lisboa e Vale do Tejo	D14C16
Santarém	14	Sardoal	17	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C17
Santarém	14	Tomar	18	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C18
Santarém	14	Torres Novas	19	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C19
Santarém	14	V. Nova Barquinha	20	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C20
Santarém	14	Ourém	21	1	3	4	Lisboa e Vale do Tejo	D14C21
<b>Setúbal</b>								
Setúbal	15	Alcácer do Sal	1	1	4	1	Alentejo	D15C01
Setúbal	15	Alcochete	2	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C02
Setúbal	15	Almada	3	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C03
Setúbal	15	Barreiro	4	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C04
Setúbal	15	Grândola	5	1	4	1	Alentejo	D15C05
Setúbal	15	Moita	6	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C06
Setúbal	15	Montijo	7	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C07
Setúbal	15	Palmela	8	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C08
Setúbal	15	Santiago do Cacém	9	1	4	1	Alentejo	D15C09
Setúbal	15	Seixal	10	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C10
Setúbal	15	Sesimbra	11	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C11
Setúbal	15	Setúbal	12	1	3	3	Lisboa e Vale do Tejo	D15C12
Setúbal	15	Sines	13	1	4	1	Alentejo	D15C13
<b>Viana Castelo</b>								
Viana Castelo	16	Arcos Valdevez	1	1	1	1	Norte	D16C01
Viana Castelo	16	Caminha	2	1	1	1	Norte	D16C02
Viana Castelo	16	Melgaço	3	1	1	1	Norte	D16C03
Viana Castelo	16	Monção	4	1	1	1	Norte	D16C04
Viana Castelo	16	Paredes de Coura	5	1	1	1	Norte	D16C05
Viana Castelo	16	Ponte da Barca	6	1	1	1	Norte	D16C06
Viana Castelo	16	Ponte de Lima	7	1	1	1	Norte	D16C07
Viana Castelo	16	Valença	8	1	1	1	Norte	D16C08
Viana Castelo	16	Viana do Castelo	9	1	1	1	Norte	D16C09
Viana Castelo	16	V. Nova de Cerveira	10	1	1	1	Norte	D16C10
<b>Vila Real</b>								
Vila Real	17	Alijó	1	1	1	7	Norte	D17C01
Vila Real	17	Boticas	2	1	1	8	Norte	D17C02
Vila Real	17	Chaves	3	1	1	8	Norte	D17C03

Vila Real	17	Mesão Frio	4	1	1	7	Norte	D17C04
Vila Real	17	Mondim de Basto	5	1	1	5	Norte	D17C05
Vila Real	17	Montalegre	6	1	1	8	Norte	D17C06
Vila Real	17	Murça	7	1	1	8	Norte	D17C07
Vila Real	17	Peso da Régua	8	1	1	7	Norte	D17C08
Vila Real	17	Ribeira de Pena	9	1	1	5	Norte	D17C09
Vila Real	17	Sabrosa	10	1	1	7	Norte	D17C10
Vila Real	17	Santa Marta de Penaguião	11	1	1	7	Norte	D17C11
Vila Real	17	Valpaços	12	1	1	8	Norte	D17C12
Vila Real	17	Vila Pouca de Aguiar	13	1	1	8	Norte	D17C13
Vila Real	17	Vila Real	14	1	1	7	Norte	D17C14
<b>Viseu</b>								
Viseu	18	Armamar	1	1	1	7	Norte	D18C01
Viseu	18	Carregal do Sal	2	1	2	5	Centro	D18C02
Viseu	18	Castro Daire	3	1	2	5	Centro	D18C03
Viseu	18	Cinfães	4	1	1	5	Norte	D18C04
Viseu	18	Lamego	5	1	1	7	Norte	D18C05
Viseu	18	Mangualde	6	1	2	5	Centro	D18C06
Viseu	18	Moimenta da Beira	7	1	1	7	Norte	D18C07
Viseu	18	Mortágua	8	1	2	5	Centro	D18C08
Viseu	18	Nelas	9	1	2	5	Centro	D18C09
Viseu	18	Oliveira de Frades	10	1	2	5	Centro	D18C10
Viseu	18	Penalva do Castelo	11	1	2	5	Centro	D18C11
Viseu	18	Penedono	12	1	1	7	Norte	D18C12
Viseu	18	Resende	13	1	1	5	Norte	D18C13
Viseu	18	Santa Comba Dão	14	1	2	5	Centro	D18C14
Viseu	18	S. João da Pesqueira	15	1	1	7	Norte	D18C15
Viseu	18	São Pedro do Sul	16	1	2	5	Centro	D18C16
Viseu	18	Sátão	17	1	2	5	Centro	D18C17
Viseu	18	Sernancelhe	18	1	1	7	Norte	D18C18
Viseu	18	Tabuaço	19	1	1	7	Norte	D18C19
Viseu	18	Tarouca	20	1	1	7	Norte	D18C20
Viseu	18	Tondela	21	1	2	5	Centro	D18C21
Viseu	18	Vila Nova de Paiva	22	1	2	5	Centro	D18C22
Viseu	18	Viseu	23	1	2	5	Centro	D18C23
Viseu	18	Vouzela	24	1	2	5	Centro	D18C24
<b>Madeira</b>								
<b>Ilha da Madeira</b>								
obs Nuts2 - designada por 6								
Ilha da Madeira	31	Calheta	1	3	1	1	R.A. Madeira	D31C01
Ilha da Madeira	31	Câmara de Lobos	2	3	1	1	R.A. Madeira	D31C02
Ilha da Madeira	31	Funchal	3	3	1	1	R.A. Madeira	D31C03
Ilha da Madeira	31	Machico	4	3	1	1	R.A. Madeira	D31C04
Ilha da Madeira	31	Ponta do Sol	5	3	1	1	R.A. Madeira	D31C05
Ilha da Madeira	31	Porto Moniz	6	3	1	1	R.A. Madeira	D31C06
Ilha da Madeira	31	Ribeira Brava	7	3	1	1	R.A. Madeira	D31C07
Ilha da Madeira	31	Santa Cruz	8	3	1	1	R.A. Madeira	D31C08
Ilha da Madeira	31	Santana	9	3	1	1	R.A. Madeira	D31C09
Ilha da Madeira	31	São Vicente	10	3	1	1	R.A. Madeira	D31C10
<b>Ilha Porto Santo</b>								
Ilha de Porto Santo	32	Porto Santo	1	3	1	1	R.A.Madeira	D32C01
<b>Açores</b>								
obs Nuts2 -designada por7								
<b>I. Santa Maria</b>								
Ilha Santa Maria	41	Vila do Porto	1	2	1	1	R.A.Açores	D41C01
<b>Ilha de S. Miguel</b>								
Ilha de S. Miguel	42	Lagoa	1	2	1	1	R.A.Açores	D42C01
Ilha de S. Miguel	42	Nordeste	2	2	1	1	R.A.Açores	D42C02
Ilha de S. Miguel	42	Ponta Delgada	3	2	1	1	R.A.Açores	D42C03
Ilha de S. Miguel	42	Povoação	4	2	1	1	R.A.Açores	D42C04
Ilha de S. Miguel	42	Ribeira Grande	5	2	1	1	R.A.Açores	D42C05
Ilha de S. Miguel	42	V. Franca do Campo	6	2	1	1	R.A.Açores	D42C06

<b>Ilha Terceira</b>							
Ilha da Terceira	43	Angra do Herísimo	1	2	1	1	R.A.Açores
Ilha da Terceira	43	Vila da Praia da Vitória	2	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha Graciosa</b>							
Ilha da Graciosa	44	Santa Cruz da Graciosa	1	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha de S. Jorge</b>							
Ilha São Jorge	45	Calheta	1	2	1	1	R.A.Açores
Ilha São Jorge	45	Velas	2	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha do Pico</b>							
Ilha do Pico	46	Lajes do Pico	1	2	1	1	R.A.Açores
Ilha do Pico	46	Madalena	2	2	1	1	R.A.Açores
Ilha do Pico	46	São Roque do Pico	3	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha do Faial</b>							
Ilha do Faial	47	Horta	1	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha das Flores</b>							
Ilha das Flores	48	Lajes das Flores	1	2	1	1	R.A.Açores
Ilha das Flores	48	Santa Cruz das Flores	2	2	1	1	R.A.Açores
<b>Ilha do Corvo</b>							
Ilha do Corvo	49	Corvo	1	2	1	1	R.A.Açores

#### Anexo 4

Varição do número de vagas de  
acesso entre 1992/93 e 1998/99

## Ensino Público - Universidades

Tipo de ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
110	141	80	98	7.85
	142	87	98	24.08
	211	81	98	9.91
	212	80	98	4.24
	213	83	98	10.13
	214	92	98	9.78
	215	98	98	..
	222	80	98	8.14
	223	80	98	10.96
	224	80	98	-1.11
	310	80	98	4.93
	321	80	98	7.80
	341	80	98	-2.95
	342	89	89	..
	343	98	98	..
	344	80	98	1.61
	345	80	98	5.35
	380	80	98	0.84
	420	80	98	7.89
	440	80	98	6.23
	460	82	98	8.70
	481	80	98	21.61
	521	80	98	3.20
	522	80	98	0.07
	523	80	98	15.58
	524	80	98	6.55
	525	80	98	-1.96
	541	87	98	16.27
	542	80	98	5.96
	543	80	98	13.95
	544	80	98	-0.74
	581	80	98	4.31
	582	80	98	3.73
	621	80	98	6.42
	622	83	98	4.73
	623	80	98	10.21
	624	89	89	..
	640	80	98	6.29
	721	80	98	-1.99
	722	80	98	2.40
	724	80	98	3.68
	762	80	98	3.68
	812	98	98	..
	813	80	98	2.09
	850	80	98	11.84
	862	88	98	2.26
	990	81	87	6.99
	<b>Total</b>	80	98	5.21

### Ensino Público - Politécnico geral

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
121	141	86	98	12,68
	142	98	98	..
	211	81	98	8,09
	212	86	98	12,09
	213	86	98	17,44
	214	90	98	14,11
	215	89	98	3,25
	222	93	98	30,83
	223	97	97	..
	224	94	97	0,00
	321	93	98	29,31
	341	91	98	18,77
	342	89	98	38,01
	343	98	98	..
	344	80	98	4,74
	345	86	98	31,10
	346	80	98	12,25
	440	97	98	125,00
	481	87	98	34,90
	482	89	97	5,20
	521	81	98	10,87
	522	81	98	7,99
	523	81	98	6,35
	524	81	98	3,88
	525	81	98	-7,83
	541	86	98	21,96
	543	86	98	14,35
	544	81	98	13,80
	581	93	98	14,04
	582	81	98	6,19
	621	81	98	15,25
	622	85	98	2,24
	623	85	98	12,27
	624	93	93	..
	722	92	98	-4,03
	761	93	98	12,89
	762	93	98	38,88
	811	90	98	5,91
	812	86	98	24,01
	813	98	98	..
	850	94	98	44,28
	861	80	92	3,44
	<b>Total</b>	80	98	17,17



### Ensino Público - Politécnico, Escolas de Saúde

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
122	141	94	98	0,00
	345	96	98	11,80
	722	94	98	3,77
	723	89	98	4,62
	<b>Total</b>	89	98	8,52

### Ensino Público - Politécnico, outras escolas

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
123	212	88	90	0,00
	215	90	97	0,00
	345	92	97	-12,94
	440	92	98	0,00
	523	89	98	0,00
	525	89	98	0,00
	811	95	98	16,96
	812	92	98	-3,65
	840	89	98	-7,41
	<b>Total</b>	88	98	25,89

## Ensino Particular e Cooperativo - Universidades

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
210	141	94	98	0,00
	142	98	98	..
	213	97	98	0,00
	214	92	98	38,31
	220	98	98	..
	221	98	98	..
	222	92	98	- 1,81
	223	92	92	..
	224	92	98	0,83
	310	92	98	7,29
	321	92	98	24,55
	342	96	98	- 8,23
	343	96	98	- 18,35
	344	92	98	6,99
	345	92	98	1,07
	346	96	96	..
	380	92	98	- 0,71
	420	97	98	150,00
	440	98	98	..
	460	92	98	9,02
	481	92	98	15,17
	520	92	98	8,89
	521	94	98	21,09
	522	92	98	45,53
	523	92	98	14,04
	524	92	98	3,79
	542	92	98	0,00
	581	92	98	18,32
	582	94	98	14,19
	720	98	98	..
	722	94	98	17,98
	762	95	98	27,72
	812	98	98	..
	813	98	98	..
	850	94	98	36,45
	<b>Total</b>	92	98	8,15

### Ensino Particular e Cooperativo - não integrado

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
215	211	93	98	3,71
	213	92	96	- 29,29
	214	92	98	11,09
	215	93	98	3,71
	222	92	98	17,05
	310	92	98	7,16
	320	96	98	0,00
	321	92	98	1,98
	341	92	98	0,00
	342	92	98	15,62
	345	92	98	14,99
	346	92	98	0,00
	380	92	98	- 11,02
	420	98	98	..
	481	92	98	- 0,80
	520	94	98	71,37
	522	96	98	41,42
	523	93	98	- 4,36
	541	96	98	19,52
	543	98	98	..
	581	93	98	49,23
	582	95	98	66,75
	720	92	98	3,79
	722	93	98	15,63
	724	92	98	- 3,65
	760	98	98	..
	762	92	98	6,19
	813	93	98	19,14
	840	94	98	- 6,35
	850	96	98	13,39
	990	96	98	0,00
	<b>Total</b>	92	98	12,48

### Ensino Particular e Cooperativo - Politécnicos

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
216	344	93	98	2,38
	345	94	98	2,99
	481	92	98	6,99
	520	93	98	8,45
	523	92	98	6,99
	762	92	98	- 3,65
	812	92	98	- 2,20
	850	92	98	- 1,74
	990	92	92	..
	<b>Total</b>	92	98	7,46

**Ensino Particular e Cooperativo**  
**Escolas Politécnicas não Integradas**

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
217	141	92	98	17,69
	211	92	98	4,99
	212	94	98	- 3,70
	213	92	98	7,64
	214	92	98	27,27
	215	92	93	66,67
	222	92	98	0,00
	310	92	98	- 14,82
	321	92	98	11,88
	322	98	98	..
	341	92	98	- 7,21
	342	92	98	4,64
	343	92	98	- 6,75
	344	92	98	16,38
	345	92	98	- 5,97
	346	92	98	- 8,59
	420	92	98	- 6,05
	481	92	98	6,10
	520	92	98	30,77
	521	92	98	- 3,43
	522	92	98	- 6,53
	523	92	98	15,17
	524	94	98	10,67
	525	94	98	- 25,99
	582	92	98	5,77
	621	98	98	..
	720	94	98	30,37
	722	94	98	26,68
	723	92	98	13,52
	724	97	98	25,00
	762	92	98	- 1,76
	811	92	97	- 24,67
	812	92	98	10,85
	840	92	92	..
	850	96	98	0,00
	990	92	98	- 0,48
	<b>Total</b>	92	98	5,62

**Ensino Particular e Cooperativo**  
**Outros estabelecimentos politécnicos**

<b>Tipo Ensino</b>	<b>Área Científica</b>	<b>Primeiro Ano</b>	<b>Último Ano</b>	<b>Taxa média anual (%)</b>
220	211	92	98	- 0,48
	212	92	98	- 8,91
	213	92	98	4,15
	214	95	98	- 12,64
	215	92	98	- 10,49
	221	97	97	..
	222	92	98	- 6,53
	310	92	98	0,00
	321	92	98	21,71
	341	92	92	..
	342	92	98	- 6,93
	343	93	95	0,00
	344	92	98	- 6,05
	345	92	98	- 0,48
	346	92	98	- 12,85
	380	93	98	5,92
	420	97	97	..
	440	97	97	..
	460	92	98	- 27,11
	481	92	98	4,75
	520	98	98	..
	521	97	97	..
	522	92	97	23,16
	523	94	97	14,47
	524	94	97	- 7,17
	542	92	93	- 50,00
	543	92	94	- 42,26
	581	92	98	- 6,81
	582	92	97	16,27
	621	92	97	- 12,94
	722	94	98	0,00
	724	92	98	- 8,16
	762	94	98	7,46
	812	92	98	- 1,63
	813	93	98	12,63
	840	92	93	0,00
	850	94	97	- 7,17
	<b>Total</b>	92	98	- 1,47

### Ensino Particular e Cooperativo - todas as instituições

Tipo ensino	Área Científica	Ano Inicial	Ano Final	Taxa média anual %
200	141	92	98	17,92
	211	92	98	10,31
	212	92	98	15,48
	213	92	98	8,10
	214	92	98	21,78
	215	92	98	- 0,68
	220	97	98	100,00
	221	92	98	- 2,88
	222	92	98	- 1,49
	223	92	98	26,85
	224	92	98	1,88
	310	92	98	5,57
	321	92	98	16,29
	341	92	98	- 10,73
	342	92	98	4,25
	343	92	98	- 5,48
	344	92	98	11,42
	345	92	98	1,38
	346	92	98	- 10,43
	380	92	98	- 0,0
	420	92	98	6,36
	460	92	98	1,98
	481	92	98	7,43
	520	92	98	33,15
	521	92	98	9,98
	522	92	98	15,75
	523	92	98	15,00
	524	92	98	12,25
	525	94	98	- 25,99
	541	92	98	52,04
	542	92	98	- 4,28
	543	92	98	- 4,68
	581	92	98	16,86
	582	92	98	34,26
	621	92	98	- 10,91
	720	92	98	27,77
	722	93	98	49,81
	723	92	98	11,69
	724	92	98	- 0,85
	762	92	98	6,50
	811	92	97	- 8,97
	812	92	98	6,14
	813	93	98	19,42
	840	92	98	- 7,53
	850	92	98	54,42
	990	92	98	3,31

## Ensino Concordatário

Tipo Ensino	Área Científica	Primeiro Ano	Último Ano	Taxa média anual (%)
300	211	97	98	0.00
	212	97	98	0.00
	213	97	98	22,22
	220	97	98	- 11,11
	221	92	98	- 5,92
	222	92	98	0.00
	223	93	98	- 1,89
	224	92	98	4,44
	310	92	98	24,39
	321	92	98	10,96
	345	92	98	0,73
	380	92	98	19,83
	420	92	98	29,42
	460	96	98	- 36,75
	481	98	98	..
	520	98	98	..
	521	92	98	- 2,60
	541	92	98	15,30
	723	92	92	..
	762	97	98	0.00
	850	92	98	27,38
	990	95	98	- 9,14
	<b>Total</b>	92	98	10,03

## Anexo 5

Cursos e áreas científicas  
Codificação



Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
54	Biologia e Geologia (ensino de)	L	141	Formação de Professores
169	Ciências da Natureza (Biologia e Geologia) (ensino de)	L	141	Formação de Professores
194	Electrónica (ensino de)	L	141	Formação de Professores
266	Física e Química (ensino de), variante Física	L	141	Formação de Professores
375	Física (ensino de)	L	141	Formação de Professores
383	Física e Química (ensino de)	L	141	Formação de Professores
454	História (ensino de)	L	141	Formação de Professores
480	Informática (ensino de)	L	141	Formação de Professores
494	Inglês e Alemão (ensino de)	L	141	Formação de Professores
521	Língua e Cultura Portuguesas (ensino de)	L	141	Formação de Professores
560	Matemática (ensino de)	L	141	Formação de Professores
592	Música (ensino de)	L	141	Formação de Professores
625	Educação de Infância	B	141	Formação de Professores
628	Português (ensino de)	L	141	Formação de Professores
629	Português e Alemão (ensino de)	L	141	Formação de Professores
630	Português e Francês (ensino de)	L	141	Formação de Professores
633	Português e Inglês (ensino de)	L	141	Formação de Professores
636	Português, Latim e Grego (ensino de)	L	141	Formação de Professores
685	Professores do Ensino Primário	PB	141	Formação de Professores
707	Ensino Básico - 1.º Ciclo	L	141	Formação de Professores
894	Informática (ramo educacional)	L	141	Formação de Professores
994	Geografia, área de especialização em Ensino	L	141	Formação de Professores
1633	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. de Educação Física	L	141	Formação de Professores
1634	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. de Educação Musical	L	141	Formação de Professores
1635	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. de Português-Francês	L	141	Formação de Professores
1636	Professores de Educação Musical do Ensino Básico	BL	141	Formação de Professores
1637	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. de Português-Inglês	L	141	Formação de Professores
1638	Prof. do 2.º c. do Ens. Básico, v. de Educação Física	L	141	Formação de Professores
1639	Prof. do 2.º c. do E. Básico, v. de Educ. Visual e Tecn.	L	141	Formação de Professores
1641	Prof. do 2.º c. do E. Básico, v. Matem. e C. da Natureza	L	141	Formação de Professores
1642	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. Educação Visual e Tecnol.	L	141	Formação de Professores
1643	Prof. Ensino Básico - 2.º c., v. Matem. e C. da Natureza	L	141	Formação de Professores
1644	Prof. do 2.º c. E. Básico, v. Português, História e C. Sociais	L	141	Formação de Professores
1645	Prof. do 2.º c. do Ens. Básico, v. de Educação Musical	L	141	Formação de Professores
1647	Professores do Ensino Básico, variante de Educação Física	L	141	Formação de Professores
1649	Professores do Ensino Básico, v. de Educação Musical	L	141	Formação de Professores
1651	Prof. do Ensino Básico, v. de Mat. e Ciências da Natureza	L	141	Formação de Professores
1655	Prof. do Ensino Básico, variante de Português e Inglês	L	141	Formação de Professores
80	Ciências da Educação	L	142	Ciências da Educação
165	Educação	L	142	Ciências da Educação
172	Educação Especial e Reabilitação	L	142	Ciências da Educação
916	Educação (concurso local)	L	142	Ciências da Educação
971	Ciências da Educação (concurso local)	L	142	Ciências da Educação
1168	Educação e Intervenção Comunitária	BL	142	Ciências da Educação
33	Artes Plásticas - Escultura	BL	211	Belas Artes
36	Artes Plásticas - Pintura	BL	211	Belas Artes
131	Desenho	B	211	Belas Artes
167	Artes Plásticas	L	211	Belas Artes
366	Escultura	L	211	Belas-Artes
468	História, variante de História da Arte	L	211	Belas Artes

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREA CIENTÍFICA -Nome
620	Pintura	B	211	Belas-Artes
621	Pintura	L	211	Belas-Artes
639	Arte	L	211	Belas Artes
871	História da Arte	L	211	Belas Artes
989	Artes Plásticas + Design/Projectação	B	211	Belas Artes
1006	Artes	BL	211	Belas Artes
1008	Artes Decorativas	BL	211	Belas Artes
1025	Artes Plásticas	BL	211	Belas Artes
91	Ciências Musicais	L	212	Música e Artes do Espectáculo
129	Dança	L	212	Música e Artes do Espectáculo
767	Teatro	B	212	Música e Artes do Espectáculo
868	Estudos Teatrais	L	212	Música e Artes do Espectáculo
869	Música	L	212	Música e Artes do Espectáculo
1065	Canto	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1075	Composição	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1082	Dança	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1166	Direcção de Orquestra	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1578	Instrumentistas de Orquestra	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1588	Instrumento, área de Percussão	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1625	Música, variante de Canto	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1626	Música, variante de Canto Gregoriano	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1627	Música, variante de Composição	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1628	Música, variante de Direcção Coral	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1629	Música, variante de Formação Musical	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1695	Produção e Tecnologias da Música	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1903	Instrumento, área de Corda Dedilhada, opção de Guitarra	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1904	Instrumento, área de Cordas, opção de Contrabaixo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1905	Instrumento, área de Cordas, opção de Viola	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1906	Instrumento, área de Cordas, opção de Violino	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1907	Instrumento, área de Cordas, opção de Violoncelo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1908	Instrumento, área de Teclas, opção de Piano	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1909	Instr., área de Teclas, op. de Piano de Acompanhamento	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1910	Instrumento, área de Sopros, opção de Clarinete	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1920	Instrumento, área de Sopros, opção de Fagote	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1930	Instrumento, área de Sopros, opção de Flauta	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1940	Instrumento, área de Sopros, opção de Oboé	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1950	Instrumento, área de Sopros, opção de Saxofone	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1960	Instrumento, área de Sopros, opção de Trombone	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1964	Música, variante de Instrumento, opção de Clarinete	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1965	Música, variante de Instrumento, opção de Contrabaixo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1966	Música, variante de Instrumento, opção de Cravo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1967	Música, variante de Instrumento, opção de Fagote	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1968	Música, variante de Instrumento, opção de Flauta	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1969	Música, variante de Instrumento, opção de Flauta de Bisel	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1970	Instrumento, área de Sopros, opção de Trompa	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1971	Música, variante de Instrumento, opção de Guitarra	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1972	Música, variante de Instrumento, opção de Oboé	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1973	Música, variante de Instrumento, opção de Órgão	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1974	Música, variante de Instrumento, opção de Percussão	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1975	Música, variante de Instrumento, opção de Piano	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1976	Música, variante de Instrumento, opção de Saxofone	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1979	Instrumento, área de Música Antiga, opção de Cravo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo

<b>Cód.</b>	<b>CURSO-Nome</b>	<b>Gr.</b>	<b>Cód.</b>	<b>ÁREACIENTÍFICA -Nome</b>
1980	Instrumento, área de Sopros, opção de Trompete	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1981	Música, variante de Instrumento, opção de Trombone	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1982	Música, variante de Instrumento, opção de Trompa	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1983	Música, variante de Instrumento, opção de Trompete	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1984	Música, variante de Instrumento, opção de Violeta	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1986	Música, variante de Instrumento, opção de Violino	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1987	Música, variante de Instrumento, opção de Violoncelo	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1989	Instrumento, área de Música Antiga, op. Flauta de Bisel	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1990	Instrumento, área de Sopros, opção de Tuba	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1993	Teatro, opção de Estudos Teatrais	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1994	Teatro, opção de Formação de Actores	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1995	Teatro, opção de Interpretação	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
1996	Teatro, opção de Técnica e Produção Teatral	BL	212	Música e Artes do Espectáculo
13	Animação Cultural	B	213	Técnicas Audio Visuais e Produção dos Media
72	Cine-Vídeo	B	213	Técnicas Audio Visuais e Produção dos Media
139	Design de Comunicação (Arte Gráfica)	BL	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
388	Fotografia	B	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
596	Novas Tecnologias da Comunicação	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
604	Engenharia da Comunicação	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
641	Engenharia Publicitária	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Media
708	Produção	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
725	Realização Plástica do Espectáculo	B	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
749	Som e Imagem	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
758	Tecnologias de Comunicação Multimédia	L	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
769	Sistemas de Edição Multimédia	B	213	Técnicas Audiovisuais e Produção dos Média
781	Tecnologia da Comunicação Audiovisual	B	213	Tecnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
1069	Cinema	BL	213	Tecnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
1155	Design de Comunicação e Técnicas Gráficas	BL	213	Tecnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
1784	Tecnologia e Artes Gráficas	BL	213	Tecnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
1929	Design, op. Tec. da Comunicação + op. Tec. Multimédia	BL	213	Tecnicas Audiovisuais e Produção dos Médias
21	Arquitectura de Design de Moda	L	214	Design
23	Arquitectura de Interiores	L	214	Design
28	Arquitectura de Design	L	214	Design
135	Design de Comunicação	BL	214	Design
136	Design	L	214	Design
136	Design	L	214	Design
140	Design	B	214	Design
143	Design de Equipamento	BL	214	Design
145	Design Industrial	L	214	Design
148	Design e Gestão da Produção de Material Pedagógico	B	214	Design
221	Design de Equipamento	L	214	Design
222	Design Gráfico e Ilustração	L	214	Design
518	Design e Produção Gráfica	B	214	Design
727	Design Artesanal e Industrial	L	214	Design
828	Engenharia e Design do Produto	B	214	Design
1152	Design	BL	214	Design
1154	Design e Comunicação	L	214	Design
1927	Design, opção de Design Industrial	B	214	Design
1928	Design, opção de Tec.s para a Cerâmica	BL	214	Design
68	Cerâmica	L	215	Artesanato
556	Manualidade Artística	B	215	Artesanato

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREA CIENTÍFICA -Nome
672	Conservação e Restauro	PB	215	Artesanato
1115	Conservação e Restauro	BL	215	Artesanato
535	Estudos Portugueses e Ingleses	L	220	Humanidades
1505	Estudos Lusófonos	L	220	Humanidades
94	Ciências Religiosas	L	221	Religião e Teologia
527	Ciência das Religiões	L	221	Religião e Teologia
790	Teologia	L	221	Religião e Teologia
98	Ciências da Tradução e Cultura Comparada	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
378	Francês-Inglês	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
495	Inglês-Alemão	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
507	Línguas e Literaturas Clássicas	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
520	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Franceses e Alemães	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
522	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Franceses e Espanhóis	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
524	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Franceses e Ingleses	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
526	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Franceses e Italianos	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
528	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Ingleses e Alemães	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
529	Línguas e Assessoria de Gestão	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
531	Línguas e Literaturas Anglo-Germanísticas	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
532	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Portug. e Alemães	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
534	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Portug. e Espanhóis	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
536	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Portug. e Franceses	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
538	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Portug. e Ingleses	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
540	Línguas e Lit. Modernas, v. Estudos Portug. e Italianos	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
541	Línguas e Literaturas Românicas	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
543	Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras Aplicadas	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
547	Literatura Comparada	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
552	Linguística	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
631	Português-Francês	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
775	Tradução e Interpretação em Línguas Modernas	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
794	Tradutores e Intérpretes	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
799	Tradução	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
814	Tradução e Relações Internacionais	B	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
872	Estudos Europeus, variante de Francês e Alemão	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
873	Estudos Europeus, variante de Francês e Inglês	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
874	Estudos Europeus, variante de Inglês e Alemão	L	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
1786	Tradução e Interpretação	BL	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
1788	Tradução	BL	222	Línguas e Culturas Estrangeiras
269	Engenharia da Linguagem e do Conhecimento	L	223	Línguas Maternas
504	Língua e Cultura Portuguesa (Língua Estrangeira)	L	223	Línguas Maternas
510	Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa	L	223	Línguas Maternas
530	Línguas e Literaturas Modernas, v. Estudos Portugueses	L	223	Línguas Maternas
634	Português-História	L	223	Línguas Maternas
867	Estudos Portugueses	L	223	Línguas Maternas
88	Ciências Históricas	L	224	História, Filosofia e outras Ciências Humanas
360	Filosofia	L	224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
363	Filosofia, variante de História das Ideias	L	224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
364	Filosofia e Humanidades	L	224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
453	História	L	224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
459	História, variante de Arqueologia	L	224	História Filosofia e Outras Ciências Humanas
475	Humanidades	L	224	História, Filosofia e Outras Ciências Humanas
984	História, ramo de Património Cultural	L	224	História Filosofia e Outras Ciências Humanas
16	Antropologia	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
65	Ciências Económicas Empresariais	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
93	Ciência Política	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
95	Ciências Sociais	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
156	Economia	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
361	Estudos Europeus	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
389	Geografia	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
392	Estudos Comunitários	B	310	Ciências Sociais e do Comportamento
501	Investigação Social Aplicada	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
615	Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
622	Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento	B	310	Ciências Sociais e do Comportamento
695	Psicologia	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
696	Psicologia Social e do Trabalho	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
697	Psicologia Social e das Organizações	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
698	Psicologia Aplicada	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
701	Psicologia Clínica	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
704	Psicologia Organizacional	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
732	Relações Internacionais	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
759	Sociologia	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
760	Sociologia Aplicada	B	310	Ciências Sociais e do Comportamento
762	Sociologia do Trabalho	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
763	Sociologia e Planeamento	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
870	Ciência Política e Relações Internacionais	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
931	Relações Internacionais, r. Relações Culturais e Políticas	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
932	Relações Internacionais, r. Relações Económ. e Políticas	L	310	Ciências Sociais e do Comportamento
166	Ciências da Informação	L	320	Jornalismo e Informação
62	Ciências da Comunicação e da Cultura	L	321	Jornalismo e Reportagem
76	Ciências da Comunicação	L	321	Jornalismo e Reportagem
106	Comunicação Social e Cultural	L	321	Jornalismo e Reportagem
109	Comunicação Empresarial	L	321	Jornalismo e Reportagem
111	Comunicação Social	B	321	Jornalismo e Reportagem
503	Jornalismo	B	321	Jornalismo e Reportagem
785	Comunicação	L	321	Jornalismo e Reportagem
1085	Ciências da Comunicação	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1109	Comunicação e Jornalismo	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1113	Comunicação Social	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1598	Jornalismo	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1602	Jornalismo e Comunicação	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1913	Comunicação, opção de Comunicação Organizacional	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1914	Comunicação, opção de Comunicação Social	BL	321	Jornalismo e Reportagem
1682	Organização e Sistemas de Informação	BL	322	Gestão Bibliotecária, Informação e Arquivo
102	Comércio	B	341	Comércio por Grosso e a Retalho
215	Gestão Imobiliária	L	341	Comércio por Grosso e a Retalho
1098	Comércio Internacional	BL	341	Comércio por Grosso e a Retalho
1566	Gestão Internacional e Exportação	BL	341	Comércio por Grosso e a Retalho
1567	Gestão Internacional	BL	341	Comércio por Grosso e a Retalho
1912	Comércio Internacional (regime nocturno)	BL	341	Comércio por Grosso e a Retalho
107	Comunicação e Relações Públicas	B	342	Marketing e Publicidade
110	Comunicação e Relações Económicas	B	342	Marketing e Publicidade
162	Análise de Marketing	B	342	Marketing e Publicidade
410	Gestão Comercial e Marketing	B	342	Marketing e Publicidade
482	Gestão de Marketing	L	342	Marketing e Publicidade

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
555	Marketing	B	342	Marketing e Publicidade
562	Marketing	L	342	Marketing e Publicidade
563	Marketing e Publicidade	L	342	Marketing e Publicidade
564	Marketing e Comércio Internacional	L	342	Marketing e Publicidade
703	Publicidade	B	342	Marketing e Publicidade
734	Relações Públicas	B	342	Marketing e Publicidade
736	Relações Públicas e Publicidade	L	342	Marketing e Publicidade
887	Gestão Comercial e de Produção	B	342	Marketing e Publicidade
1108	Comunicação Empresarial	BL	342	Marketing e Publicidade
1561	Gestão de Marketing	BL	342	Marketing e Publicidade
1621	Marketing	BL	342	Marketing e Publicidade
1622	Marketing e Publicidade	BL	342	Marketing e Publicidade
1624	Marketing e Relações Públicas	BL	342	Marketing e Publicidade
1692	Produção da Informação Estatística e Estudos de Mercado	B	342	Marketing e Publicidade
1698	Publicidade e Marketing	BL	342	Marketing e Publicidade
1715	Relações Públicas	L	342	Marketing e Publicidade
1718	Relações Públicas	BL	342	Marketing e Publicidade
1724	Relações Públicas e Publicidade	BL	342	Marketing e Publicidade
1963	Marketing (regime nocturno)	BL	342	Marketing e Publicidade
158	Economia e Finanças	L	343	Finança, Banca e Seguros
654	Finanças	L	343	Finança, Banca e Seguros
1138	Contabilidade e Finanças	BL	343	Finança, Banca e Seguros
1513	Gestão Bancária	BL	343	Finança, Banca e Seguros
1516	Gestão Bancária e Seguradora	BL	343	Finança, Banca e Seguros
1558	Gestão de Instituições Financeiras	BL	343	Finança, Banca e Seguros
1564	Gestão Financeira e Fiscal	BL	343	Finança, Banca e Seguros
114	Contabilidade	L	344	Contabilidade e Auditoria
116	Contabilidade	B	344	Contabilidade e Auditoria
116	Contabilidade	B	344	Contabilidade e Auditoria
118	Contabilidade e Administração	B	344	Contabilidade e Auditoria
121	Contabilidade e Gestão de Pessoal	B	344	Contabilidade e Auditoria
397	Gestão Comercial e Contabilidade	L	344	Contabilidade e Auditoria
635	Contabilidade e Auditoria	L	344	Contabilidade e Auditoria
742	Fiscalidade	B	344	Contabilidade e Auditoria
875	Contabilidade Empresarial	B	344	Contabilidade e Auditoria
876	Contabilidade e Finanças Públicas	B	344	Contabilidade e Auditoria
888	Contabilidade (regime nocturno)	B	344	Contabilidade e Auditoria
1119	Contabilidade	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1121	Contabilidade e Administração	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1135	Contabilidade e Auditoria	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1141	Contabilidade e Gestão	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1143	Controlo de Gestão	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1915	Contabilidade e Administração (regime nocturno)	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1916	Contabilidade e Administração (só 1.º ciclo)	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1921	Contabilidade e Auditoria (regime nocturno)	BL	344	Contabilidade e Auditoria
1	Administração e Gestão de Empresas	L	345	Gestão e Administração
3	Administração Pública	L	345	Gestão e Administração
5	Administração Autárquica	B	345	Gestão e Administração
11	Administração Pública Regional e Local	B	345	Gestão e Administração
74	Ciências Administrativas	B	345	Gestão e Administração
83	Ciências Empresariais	L	345	Gestão e Administração
132	Administração Regional e Autárquica	L	345	Gestão e Administração

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
212	Engenharia Empresarial	L	345	Gestão e Administração
290	Engenharia e Gestão Industrial	L	345	Gestão e Administração
341	Engenharia Técnico-Comercial	B	345	Gestão e Administração
416	Gestão	L	345	Gestão e Administração
423	Gestão e Administração Pública	L	345	Gestão e Administração
431	Gestão e Desenvolvimento Social	L	345	Gestão e Administração
433	Gestão e Engenharia Industrial	L	345	Gestão e Administração
438	Gestão das PME's	B	345	Gestão e Administração
440	Gestão de Empresas	B	345	Gestão e Administração
441	Gestão de Empresas	L	345	Gestão e Administração
450	Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho	L	345	Gestão e Administração
452	Gestão de Recursos Humanos	B	345	Gestão e Administração
455	Gestão de Recursos Humanos	L	345	Gestão e Administração
569	Gestão e Estratégia	L	345	Gestão e Administração
576	Gestão de Recursos Humanos e Organização Estratégica	L	345	Gestão e Administração
593	Ciências da Administração	L	345	Gestão e Administração
605	Organização e Gestão de Empresas	L	345	Gestão e Administração
614	Gestão em Saúde	L	345	Gestão e Administração
718	Economia e Gestão	L	345	Gestão e Administração
722	Economia e Gestão de Serviços de Saúde	L	345	Gestão e Administração
731	Relações Humanas e Comunicação no Trabalho	B	345	Gestão e Administração
783	Tecnologias de Gestão	L	345	Gestão e Administração
1004	Administração Pública e Autárquica	B	345	Gestão e Administração
1042	Ciências Empresariais	BL	345	Gestão e Administração
1162	Direcção e Gestão Hoteleira	BL	345	Gestão e Administração
1509	Gestão	BL	345	Gestão e Administração
1515	Gestão de Empresas	BL	345	Gestão e Administração
1551	Gestão de Recursos Humanos	BL	345	Gestão e Administração
1555	Gestão do Património	BL	345	Gestão e Administração
1563	Gestão e Contabilidade	BL	345	Gestão e Administração
1565	Gestão Estratégica	BL	345	Gestão e Administração
1706	Recursos Humanos	BL	345	Gestão e Administração
1951	Gestão (regime nocturno)	BL	345	Gestão e Administração
1952	Gestão de Empresas (regime nocturno - só 1.º ciclo)	BL	345	Gestão e Administração
1953	Gestão de Empresas (só 1.º ciclo)	BL	345	Gestão e Administração
1956	Gestão, opção de Gestão Industrial e da Produção	BL	345	Gestão e Administração
1957	Gestão, opção de Informática	BL	345	Gestão e Administração
1958	Gestão, opção de Informática (só 1.º ciclo)	BL	345	Gestão e Administração
1962	Gestão de Empresas (regime nocturno)	BL	345	Gestão e Administração
43	Assessoria de Direcção e Administração	L	346	Secretariado e Escritório
45	Assistente de Administração	B	346	Secretariado e Escritório
46	Assessoria de Direcção	L	346	Secretariado e Escritório
545	Línguas e Secretariado	B	346	Secretariado e Escritório
546	Línguas e Secretariado de Administração	B	346	Secretariado e Escritório
745	Secretariado	B	346	Secretariado e Escritório
746	Secretariado de Administração	B	346	Secretariado e Escritório
1027	Assessoria de Administração	BL	346	Secretariado e Escritório
1028	Assessoria de Direcção	BL	346	Secretariado e Escritório
1619	Línguas e Secretariado	BL	346	Secretariado e Escritório
1961	Línguas e Secretariado (regime nocturno)	BL	346	Secretariado e Escritório
1985	Secretariado e Administração (regime nocturno)	BL	346	Secretariado e Escritório



Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
153	Direito	L	380	Direito
764	Solicitadoria e Assessoria Jurídica	B	380	Direito
48	Biologia	L	420	Ciências da Vida
57	Biologia Marinha e Pescas	L	420	Ciências da Vida
63	Bioquímica	L	420	Ciências da Vida
64	Biotecnologia	B	420	Ciências da Vida
133	Biologia Aplicada	L	420	Ciências da Vida
183	Ciências do Mar	L	420	Ciências da Vida
260	Biotecnologia dos Produtos Naturais	L	420	Ciências da Vida
590	Microbiologia	L	420	Ciências da Vida
998	Bio+B.VegApl+BMicGen+BApLR.Animais+B.Geoens.+B.	L	420	Ciências da Vida
1038	Biociências	L	420	Ciências da Vida
85	Ciências Geofísicas	L	440	Física
100	Ciências do Meio Aquático	L	440	Física
264	Engenharia Física	L	440	Física
272	Engenharia Física Tecnológica	L	440	Física
278	Engenharia dos Recursos Geológicos	L	440	Física
280	Engenharia Geográfica	L	440	Física
284	Engenharia Geológica	L	440	Física
374	Física	L	440	Física
380	Física/Matemática Aplicada (Astronomia)	L	440	Física
381	Física e Química	L	440	Física
386	Física Tecnológica	L	440	Física
405	Geologia	L	440	Física
464	Física e Tecnologia dos Materiais	L	440	Física
601	Optoelectrónica e Lasers	L	440	Física
650	Engenharia Geográfica	B	440	Física
705	Química	L	440	Física
711	Química Aplicada	L	440	Física
891	Geologia, ramo de Recursos e Planeamento	L	440	Física
900	Física, ramo de Atmosfera	L	440	Física
906	Química, ramo de Bioquímica e Química Alimentar	L	440	Física
907	Química, ramo de Química Analítica	L	440	Física
908	Química, ramo de Química Industrial e Gestão	L	440	Física
937	Física Aplicada, ramo de Óptica	L	440	Física
959	Geol.+Geol.Apl. e Ambiente+Bio. e Geol.(ens.), v. Geol.	L	440	Física
961	Química+Quím. Tecn.+Física e Quím.(ens.), v. Química	L	440	Física
1261	Engenharia de Instrumentação e Qualidade Industrial	BL	440	Física
355	Estatística e Gestão de Informação (licenciatura terminal)	LT	460	Matemática e Estatística
357	Estatística	L	460	Matemática e Estatística
559	Matemática	L	460	Matemática e Estatística
565	Matemática Aplicada	L	460	Matemática e Estatística
566	Matemática Aplicada à Tecnologia	L	460	Matemática e Estatística
568	Matemática Aplicada e Computação	L	460	Matemática e Estatística
570	Matemática Aplicada à Economia e à Gestão	L	460	Matemática e Estatística
571	Matemática e Ciências da Computação	L	460	Matemática e Estatística
574	Matemática/Informática	L	460	Matemática e Estatística
577	Matemáticas Aplicadas	L	460	Matemática e Estatística
579	Matemáticas Aplicadas à Gestão	L	460	Matemática e Estatística
642	Estatística e Gestão de Informação	L	460	Matemática e Estatística
952	Estatística e Invest. Operacional + Probab. e Estatística	L	460	Matemática e Estatística
101	Ciência de Computadores	L	481	Ciências Informáticas



Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
187	Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia	L	481	Ciências Informáticas
275	Engenharia Informática e Computação	L	481	Ciências Informáticas
286	Engenharia Informática	B	481	Ciências Informáticas
292	Engenharia Informática	L	481	Ciências Informáticas
336	Engenharia de Sistemas Decisoriais	L	481	Ciências Informáticas
340	Engenharia de Sistemas e Informática	L	481	Ciências Informáticas
348	Engenharia de Sistemas e de Computadores	L	481	Ciências Informáticas
478	Informática	B	481	Ciências Informáticas
479	Informática	L	481	Ciências Informáticas
486	Informática e Gestão	B	481	Ciências Informáticas
488	Informática Industrial	B	481	Ciências Informáticas
489	Informática/Matemáticas Aplicadas	L	481	Ciências Informáticas
490	Informática de Gestão	B	481	Ciências Informáticas
491	Informática de Gestão	L	481	Ciências Informáticas
492	Informática e Gestão de Empresas	L	481	Ciências Informáticas
509	Informática Empresarial	L	481	Ciências Informáticas
572	Gestão de Sistemas e Informação	L	481	Ciências Informáticas
638	Engenharia da Computação Gráfica	B	481	Ciências Informáticas
645	Gestão da Distribuição e da Logística	B	481	Ciências Informáticas
766	Sistemas Informáticos	L	481	Ciências Informáticas
821	Engenharia Informática-Tecnologias da Informação	B	481	Ciências Informáticas
878	Tec.s da Informação Empresarial	B	481	Ciências Informáticas
1308	Engenharia de Sistemas e Informática	BL	481	Ciências Informáticas
1452	Engenharia Informática	BL	481	Ciências Informáticas
1455	Engenharia Informática e de Computadores	BL	481	Ciências Informáticas
1458	Engenharia Informática e de Sistemas	BL	481	Ciências Informáticas
1463	Engenharia Mecânica	BL	481	Ciências Informáticas
1512	Gestão e Informática	B	481	Ciências Informáticas
1572	Informática de Gestão	BL	481	Ciências Informáticas
1574	Informática	BL	481	Ciências Informáticas
1934	Engenharia Informática (regime nocturno)	BL	481	Ciências Informáticas
1939	Engenharia Informática, opção de Informática Industrial (só 1.º ciclo)	BL	481	Ciências Informáticas
1943	Engenharia Informática (regime nocturno - só 1.º ciclo)	BL	481	Ciências Informáticas
1944	Engenharia Informática e de Sistemas (regime misto)	BL	481	Ciências Informáticas
1959	Informática de Gestão (só 1.º ciclo)	BL	481	Ciências Informáticas
487	Informática -Gestão	L	482	Utilização do Computador
188	Engenharia Multimédia	B	520	Engenharia e Técnicas Afins
192	Engenharia Electrotécnica Industrial	L	520	Engenharia e Técnicas Afins
216	Engenharia de Transportes	L	520	Engenharia e Técnicas Afins
223	Engenharia de Produção Gráfica	B	520	Engenharia e Técnicas Afins
256	Engenharia Electrotécnica - Frio e Climatização	B	520	Engenharia e Técnicas Afins
283	Engenharia e Gestão da Produção	L	520	Engenharia e Técnicas Afins
417	Gestão Industrial	B	520	Engenharia e Técnicas Afins
481	Engenharia da Produção e Manutenção Industrial	B	520	Engenharia e Técnicas Afins
739	Engenharia de Manutenção e Gestão Empresarial	L	520	Engenharia e Técnicas Afins
1140	Gestão Industrial	L	520	Engenharia e Técnicas Afins
291	Engenharia Industrial	L	521	Mecânica e Trabalho do Metal
304	Engenharia Mecânica	L	521	Mecânica e Trabalho do Metal
307	Engenharia de Manutenção Industrial	B	521	Mecânica e Trabalho do Metal
315	Engenharia Metalúrgica e de Materiais	L	521	Mecânica e Trabalho do Metal
328	Engenharia de Produção Industrial	L	521	Mecânica e Trabalho do Metal

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
333	Engenharia da Produção Industrial	B	521	Mecânica e Trabalho do Metal
652	Produção Industrial	B	521	Mecânica e Trabalho do Metal
877	Engenharia Industrial	B	521	Mecânica e Trabalho do Metal
1469	Engenharia Mecânica - Produção	BL	521	Mecânica e Trabalho do Metal
1478	Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	BL	521	Mecânica e Trabalho do Metal
1945	Engenharia Mecânica (regime misto)	BL	521	Mecânica e Trabalho do Metal
1946	Engenharia Mecânica (regime nocturno - só 1.º ciclo)	BL	521	Mecânica e Trabalho do Metal
1947	Engenharia Mecânica (regime nocturno)	BL	521	Mecânica e Trabalho do Metal
241	Engenharia Electromecânica	L	522	Electricidade e Energia
251	Engenharia Electromecânica	B	522	Electricidade e Energia
261	Engenharia Energética	L	522	Electricidade e Energia
265	Engenharia Eléctrica Industrial	B	522	Electricidade e Energia
279	Engenharia de Processos e Energia	L	522	Electricidade e Energia
915	Eng. Mecânica, r. de Manut. Industrial-Sist. Electromec.	L	522	Electricidade e Energia
1335	Engenharia Eléctrica e Electrónica	BL	522	Electricidade e Energia
1355	Engenharia Electromecânica	BL	522	Electricidade e Energia
1398	Engenharia Electrotécnica	BL	522	Electricidade e Energia
1403	Eng. Electrotécnica - Automação Indust. e Sist. Potência	BL	522	Electricidade e Energia
1415	Eng. Electrotécnica - Sistemas Eléctricos de Energia	BL	522	Electricidade e Energia
1473	Engenharia Mecânica - Térmica	BL	522	Electricidade e Energia
1933	Engenharia Eléctrica e Electrónica (regime nocturno)	BL	522	Electricidade e Energia
1936	Eng. Electrotécnica - Sist. Eléctricos Energia (nocturno)	BL	522	Electricidade e Energia
1941	Engenharia Electrotécnica (regime nocturno - só 1.º ciclo)	BL	522	Electricidade e Energia
190	Electrotecnia e Computadores	B	523	Electrónica e Automação
193	Electrónica e Telecomunicações	B	523	Electrónica e Automação
219	Engenharia de Sistemas e Computação	L	523	Electrónica e Automação
231	Engenharia dos Computadores e Telemática	L	523	Electrónica e Automação
242	Engenharia Electrónica Industrial	L	523	Electrónica e Automação
244	Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	L	523	Electrónica e Automação
249	Engenharia de Telecomunicações e Informática	L	523	Electrónica e Automação
250	Engenharia Electrónica e Informática	L	523	Electrónica e Automação
255	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L	523	Electrónica e Automação
313	Engenharia Mecatrónica	L	523	Electrónica e Automação
327	Engenharia da Produção e Gestão Industrial	L	523	Electrónica e Automação
335	Engenharia de Recursos Informáticos	B	523	Electrónica e Automação
376	Engenharia de Automação e Controlo	L	523	Electrónica e Automação
637	Engenharia Electrónica e Instrumentação	B	523	Electrónica e Automação
934	Eng. Electrotécnica, r. Electrónica, Instrum. e Computação	L	523	Electrónica e Automação
1251	Engenharia de Automação, Controlo e Instrumentação	BL	523	Electrónica e Automação
1302	Eng. de Sistemas das Telecomunicações e Electrónica	BL	523	Electrónica e Automação
1311	Eng. de Sistemas Marítimos de Electrotecnia e Telecom.	BL	523	Electrónica e Automação
1345	Engenharia Electrónica e de Automação	BL	523	Electrónica e Automação
1385	Engenharia de Electrónica e Computadores	BL	523	Electrónica e Automação
1408	Engenharia Electrotécnica - Electrónica e Computadores	BL	523	Electrónica e Automação
1467	Engenharia Mecatrónica	BL	523	Electrónica e Automação
1935	Eng. Electrotécnica - Electrónica e Comput. (nocturno)	BL	523	Electrónica e Automação
1937	Engenharia Electrotécnica (regime misto)	BL	523	Electrónica e Automação
164	Engenharia da Qualidade	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
218	Engenharia Industrial da Qualidade	B	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
224	Engenharia Biológica	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
226	Engenharia Biotecnológica	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
281	Engenharia Química Industrial	B	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
326	Engenharia de Produção	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
331	Engenharia Química	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
714	Química Industrial	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
865	Engenharia Biotecnológica	B	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
930	Química, ramo de Controlo de Qual. de Materiais Têxteis	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
962	Engenharia Química, ramo de Eng. e Gestão do Produto	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
993	Engenharia Química, ramo de Polímeros e Agromateriais	L	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
1484	Engenharia Química	BL	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
1484	Engenharia Química	BL	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
1949	Engenharia Química (regime nocturno)	BL	524	Engenharia Química e Processos de Tratamento
200	Engenharia Aeronáutica	L	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
204	Engenharia Aeroespacial	L	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
239	Engenharia Naval	L	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
632	Engenharia de Manutenção Automóvel	B	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
675	Manutenção do Automóvel	B	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
1294	Engenharia de Máquinas Marítimas	BL	525	Veículos Motorizados, Embarcações e Aeronaves
201	Engenharia Agro-Industrial	L	541	Tratamento de Produtos Alimentares
207	Engenharia Alimentar	B	541	Tratamento de Produtos Alimentares
210	Engenharia Agro-Alimentar	B	541	Tratamento de Produtos Alimentares
351	Enologia	L	541	Tratamento de Produtos Alimentares
517	Engenharia Técnica Agro-Industrial	B	541	Tratamento de Produtos Alimentares
1228	Engenharia Alimentar	BL	541	Tratamento de Produtos Alimentares
1272	Engenharia das Indústrias Agro-Alimentares	BL	541	Tratamento de Produtos Alimentares
343	Engenharia Têxtil e do Vestuário	L	542	Texteis, Vestuário, Calçado, Couro
344	Engenharia Têxtil	L	542	Texteis, Vestuário, Calçado, Couro
346	Engenharia do Vestuário	L	542	Texteis, Vestuário, Calçado, Couro
228	Engenharia Cerâmica e do Vidro	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
302	Engenharia de Materiais	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
314	Engenharia dos Materiais	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
323	Engenharia do Papel	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
324	Engenharia de Polímeros	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
929	Química, ramo Controlo de Qual. de Matérias Plásticas	L	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
1235	Engenharia Cerâmica	BL	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
1291	Engenharia de Madeiras	BL	543	Materiais (Madeira, Papel, Plástico, Vidro)
220	Engenharia de Minas e Georrecursos	L	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
318	Engenharia de Minas	L	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
483	Engenharia Geotécnica	L	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
649	Engenharia de Minas e Geoambiente	B	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
1445	Engenharia Geotécnica	BL	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
1942	Engenharia Geotécnica (regime nocturno)	BL	544	Indústrias Mineiras e Extractivas
22	Arquitectura	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
25	Arquitectura Paisagista	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
26	Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
27	Arquitectura da Gestão Urbanística	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
161	Engenharia da Gestão e Ordenamento	B	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
339	Engenharia Topográfica	B	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
345	Engenharia do Território	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
395	Geografia, Planeamento Regional	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
515	Geografia e Planeamento	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
573	Gestão Territorial e Urbana	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
623	Planeamento Regional e Urbano	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
808	Urbanismo	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
812	Artes, Comunicação e Design, v. Design Paisagístico	B	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
996	Geografia, esp. Ordenamento do Território e Desenvolv.	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
1005	Arquitectura e Urbanismo	L	581	Arquitectura e Planeamento Urbanístico
233	Engenharia Civil	L	582	Edifícios e Engenharia Civil
254	Engenharia Civil e do Ambiente	B	582	Edifícios e Engenharia Civil
277	Engenharia de Projectos e Gestão de Obras	L	582	Edifícios e Engenharia Civil
542	Gestão da Construção	B	582	Edifícios e Engenharia Civil
737	Engenharia Civil e Ordenamento do Território	L	582	Edifícios e Engenharia Civil
1245	Engenharia Civil	BL	582	Edifícios e Engenharia Civil
1253	Engenharia e Gestão de Projectos e Obras	BL	582	Edifícios e Engenharia Civil
1932	Engenharia Civil (regime nocturno)	BL	582	Edifícios e Engenharia Civil
160	Engenharia da Produção	B	621	Produção Agrícola e animal
198	Engenharia Agrícola	L	621	Produção Agrícola e Animal
205	Engenharia Agronómica	L	621	Produção Agrícola e Animal
270	Engenharia das Ciências Agrárias	L	621	Produção Agrícola e Animal
285	Engenharia Rural	B	621	Produção Agrícola e Animal
347	Engenharia Zootécnica	L	621	Produção Agrícola e Animal
427	Gestão Agrária	L	621	Produção Agrícola e Animal
428	Gestão Agrícola	B	621	Produção Agrícola e Animal
435	Gestão da Empresa Agrícola	L	621	Produção Agrícola e Animal
880	Engenharia Agrária	B	621	Produção Agrícola e Animal
1198	Engenharia Agrária	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1202	Engenharia Agrícola, variante de Hortofruticultura	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1206	Engenharia Agrícola, variante de Zootecnia	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1222	Engenharia Agronómica	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1225	Engenharia Agro-Pecuária	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1977	Engenharia das Ciências Agrárias, opção Agrícola	BL	621	Produção Agrícola e Animal
1978	Engenharia das Ciências Agrárias, opção Animal	BL	621	Produção Agrícola e Animal
627	Engenharia Hortícola e Paisagista	L	622	Horticultura
890	Engenharia Agronómica, ramo de Hortofruticultura	B	622	Horticultura
263	Engenharia de Produção Florestal	B	623	Silvicultura
276	Engenharia Florestal	L	623	Silvicultura
1325	Engenharia dos Recursos Florestais	BL	623	Silvicultura
1432	Engenharia Florestal	BL	623	Silvicultura
586	Medicina Veterinária	L	640	Veterinária
519	Técnicos de Higiene e Saúde Ambiental	B	720	Saúde
533	Informação Médica	B	720	Saúde
599	Nutrição Humana Social e Escolar	B	720	Saúde
1605	Motricidade Humana	L	720	Saúde
580	Medicina	L	721	Medicina
18	Análises Clínicas e Saúde Pública	B	722	Serviços Médicos
47	Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica	B	722	Serviços Médicos
82	Ciências Farmacêuticas	L	722	Serviços Médicos
97	Ciências da Nutrição	L	722	Serviços Médicos
122	Cardiopneumologia	B	722	Serviços Médicos
155	Dietética	B	722	Serviços Médicos
173	Análises Químico-Biológicas	B	722	Serviços Médicos
273	Fisioterapia	B	722	Serviços Médicos
466	Higiene e Saúde Ambiental	B	722	Serviços Médicos
467	Higiene e Saúde Ambiental	L	722	Serviços Médicos

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
471	Farmácia	B	722	Serviços Médicos
587	Medicina Nuclear	B	722	Serviços Médicos
594	Neurofisiografia	L	722	Serviços Médicos
595	Nutrição	B	722	Serviços Médicos
597	Nutrição e Engenharia Alimentar	L	722	Serviços Médicos
610	Ortótica	B	722	Serviços Médicos
702	Psicopedagogia Curativa	L	722	Serviços Médicos
720	Radiologia	B	722	Serviços Médicos
723	Radioterapia	B	722	Serviços Médicos
773	Terapêutica da Fala	B	722	Serviços Médicos
774	Terapêutica Ocupacional	B	722	Serviços Médicos
197	Enfermagem	B	723	Enfermagem
956	Enfermagem (entrada Abril)	B	723	Enfermagem
583	Medicina Dentária	L	724	Ciências Dentárias
668	Prótese Dentária	B	724	Ciências Dentárias
1702	Reabilitação e Inserção Social	BL	760	Serviços Sociais
7	Acção Social Escolar	B	761	Apoio a Crianças e Jovens
17	Animação Educativa e Sociocultural	B	761	Apoio a Crianças e Jovens
14	Animadores Socioculturais	B	762	Acção Social
180	Educação Social	B	762	Acção Social
184	Educadores Sócio-Profissionais	B	762	Acção Social
214	Educação Social	L	762	Acção Social
626	Política Social	L	762	Acção Social
738	Trabalho Social	B	762	Acção Social
753	Segurança no Trabalho	L	762	Acção Social
755	Serviço Social	L	762	Acção Social
817	Animador Sociocultural	B	762	Acção Social
827	Animação Cultural e Educação Comunitária	B	762	Acção Social
864	Animação Socioeducativa	B	762	Acção Social
1148	Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental	BL	762	Acção Social
1593	Intervenção Social e Comunitária	B	762	Acção Social
1732	Segurança Social	BL	762	Acção Social
830	Cozinha e Produção Alimentar	B	811	Hotelaria, Restauração e Catering
1568	Gestão Hoteleira	BL	811	Hotelaria, Restauração e Catering
413	Guia Intérprete	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
414	Guias Intérpretes Nacionais	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
437	Gestão de Empresas Turísticas	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
442	Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
448	Gestão e Planeamento em Turismo	L	812	Viagens Turismo e Lazer
607	Organização e Gestão do Turismo	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
719	Turismo	L	812	Viagens Turismo e Lazer
726	Recreação, Lazer e Turismo	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
770	Técnicas de Turismo	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
805	Turismo	B	812	Viagens Turismo e Lazer
806	Turismo e Termalismo	B	812	Viagens, Turismo e Lazer
809	Turismo, Hotelaria e Termalismo	B	812	Viagens Turismo e Lazer
1164	Direcção e Gestão de Operadores Turísticos	BL	812	Viagens, Turismo e Lazer
1502	Estratégia e Gestão Turísticas	BL	812	Viagens, Turismo e Lazer
1569	Gestão Turística e Hoteleira	BL	812	Viagens, Turismo e Lazer
1571	Gestão Turística e Cultural	BL	812	Viagens, Turismo e Lazer
1681	Planeamento e Desenvolvimento do Turismo	L	812	Viagens, Turismo e Lazer
1792	Turismo	BL	812	Viagens, Turismo e Lazer

Cód.	CURSO-Nome	Gr.	Cód.	ÁREACIENTÍFICA -Nome
73	Ciências da Educação Física e do Desporto	L	813	Desporto
86	Ciências do Desporto	L	813	Desporto
89	Ciências do Desporto e Educação Física	L	813	Desporto
141	Desporto e Educação Física	L	813	Desporto
176	Educação Física, Saúde e Desporto	L	813	Desporto
177	Educação Física e Desporto	L	813	Desporto
186	Educação Física e Animação Social	L	813	Desporto
362	Desporto, variante de Condição Física	B	813	Desporto
575	Gestão do Desporto	L	813	Desporto
991	Ciências do Desporto, menção de Gestão do Desporto	L	813	Desporto
992	Ciências do Desporto, m. Educação Física e Desp. Escolar	L	813	Desporto
1923	Desporto, v. Treino Desp. de Alto Rendimento, Atletismo	BL	813	Desporto
1924	Desporto, v. Treino Desp. de Alto Rendimento, Futebol	B	813	Desporto
1925	Desporto, v. Treino Desp. de Alto Rendimento, Natação	B	813	Desporto
802	Transportes	L	840	Serviços de Transporte
1632	Pilotagem	BL	840	Serviços de Transporte
92	Ciências do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
213	Engenharia do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
217	Engenharia Biofísica	L	850	Protecção do Ambiente
274	Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais	L	850	Protecção do Ambiente
329	Engenharia dos Recursos Hídricos	L	850	Protecção do Ambiente
511	Engenharia de Recursos Naturais	L	850	Protecção do Ambiente
512	Engenharia da Energia e do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
514	Engenharia de Energias Renováveis	B	850	Protecção do Ambiente
548	Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	B	850	Protecção do Ambiente
549	Gestão da Água e do Ambiente	B	850	Protecção do Ambiente
567	Gestão do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
612	Património e Ambiente	B	850	Protecção do Ambiente
624	Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais	B	850	Protecção do Ambiente
662	Gestão Ambiental	L	850	Protecção do Ambiente
713	Ciências Químicas e do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
866	Engenharia do Ambiente e do Território	B	850	Protecção do Ambiente
919	Engenharia do Ambiente, ramo de Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
920	Engenharia do Ambiente, ramo de Engenharia Sanitária	L	850	Protecção do Ambiente
974	Ciências do Ambiente, ramo de Qualidade do Ambiente	L	850	Protecção do Ambiente
995	Geografia, área de especialização em Estudos Ambientais	L	850	Protecção do Ambiente
1315	Engenharia do Ambiente	BL	850	Protecção do Ambiente
354	Ergonomia	L	862	Segurança e Saúde Ocupacional
137	Gestão Cultural	B	990	Desconhecido ou não Discriminado
513	Filosofia e Desenvolvimento da Empresa	L	990	Desconhecido ou não Discriminado
677	Podologia	B	990	Desconhecido ou não Discriminado
709	Ciências da Comunicação e Desenvolvimento Intercultural	L	990	Desconhecido ou não Discriminado
1112	Comunicação Institucional	BL	990	Desconhecido ou não Discriminado